

CDOC

Revista do Laboratório de Pesquisa CDOC-ARREMOS

VOLUME 6 EDIÇÃO ANAIS 2021

VI SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM
CULTURA DOCUMENTAL, RELIGIÃO E
MOVIMENTOS SOCIAIS

REALIZADO EM 21,22,23 DE SETEMBRO DE
2021



ANAIS

VI Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião
e Movimentos Sociais
Realizado em 21, 22 e 23 de Setembro de 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
Laboratório Multidimensional de Estudos sobre Cultura Documental, Religião e
Movimentos Sociais
RIO DE JANEIRO
2022

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA

G892a Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

Anais [recurso eletrônico] / 5º Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, 21, 22 e 23 de set. 2021 / Rio de Janeiro – UNIRIO, 2022. 136 p.

Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/cdocarremos/publicacoes>

ISSN: 25266144

1. Cultura Documental. 2. Religião. 3. Movimentos Sociais. 4. Ditadura.

CONSELHO EDITORIAL

Promoção e Realização/ Promotion and organization: Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais

Comissão Científica/ Academic Committee:

Dr^a. Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005) e mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), no qual debruçou-se sobre o estudo da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO). É doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), onde investigou a atuação de líderes católicos na Diocese de Volta Redonda/ Barra do Piraí (1966-2010) e sua relação com o movimento sindical. Seus interesses acadêmicos concentram-se no domínio das investigações sobre História Social do Trabalho, Ditadura Civil-Militar no Brasil, Memória Social, Ação Coletiva, Movimentos Sociais, relação Igreja-Estado e História Oral. É pós-doutora pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), onde investigou as intervenções sindicais ocorridas durante os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira. Atualmente é pesquisadora da Subcomissão da Verdade na Democracia, vinculada à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (CDH-ALERJ).

Dr^a. Andréa Lucia da Silva de Paiva

Professora Adjunta Nível III do Departamento de Ciências Sociais da UFF/ Polo de Campos dos Goytacazes. Doutora em Ciências Humanas com concentração em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO (2004). Bacharel e licenciada no curso de Ciências Sociais da UFRJ (2000) onde se especializou em pesquisa na sobre memória e patrimônio. Recentemente, vem trabalhando nas linhas de pesquisa "Ensino de Sociologia e Sociologia da Educação" e "Memória, religiosidade e Educação".

Dr^a. Jacqueline Ribeiro Cabral

Atua como docente adjunta no Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS/UFF). Realizou estágio pós-doutoral em Sociologia no IUPERJ como bolsista da CAPES (2014-2015), e obteve os títulos de Doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz (2012), Mestrado em História pela UERJ (2003), Especialização em História do Brasil pela UFF (2001), Bacharelado e Licenciatura em História também pela UFF (1999), e Bacharelado em Arquivologia pela UNIRIO (2015). Possui experiência profissional em história das ciências e seus interesses de pesquisa dentro do campo informacional são: acervos pessoais, arquivos e direitos humanos, arquivos e sociedade, história dos arquivos e da arquivologia, memória social e relações de gênero. Integrante

dos grupos Informação, Memória e Sociedade - IMeS (IBICT) e Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros - Degenera (UERJ), ambos cadastrados no CNPq.

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

Doutor em história pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador e diretor da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz. Formado em história pela PUC-Rio, possui experiência na área de arquivologia com passagens pelo Arquivo Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde foi diretor. Atuou ainda no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Integra o Conselho Consultivo da revista Informação Arquivística da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). É professor permanente dos cursos de mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Coordena a Comissão Permanente do Acesso à Informações (CPAI) da Fiocruz. Publicou livros, artigos e outros trabalhos sobre os seguintes temas: arquivos e memória; arquivos pessoais de cientistas; gestão de documentos e arquivos de instituições de ciência & tecnologia e saúde; e história da arquivologia no Brasil. Além destes temas, tem interesse no estudo das relações entre arquivologia, arquivos, transformações do Estado e gestão pública.

Dr. Ricardo Medeiro Pimenta

Pesquisador Associado do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ) e Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ). É Historiador graduado (2003) pela Universidade Gama Filho - UGF com pós-graduação em História do Brasil (2005) pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Possui mestrado em Memória Social e Documento (2006) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ? UNIRIO, e doutorado em Memória Social (2010) pela mesma instituição, com estágio doutoral (2007 - 2008) na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS de Paris. É Pesquisador Associado do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (LIINC/UFRJ) e membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS). Durante o biênio de 2012-2014 foi membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional. É líder do Grupo de Pesquisa "Informação, Memória e Sociedade", registrado no diretório do CNPq, e participa como pesquisador de outros grupos como: "Estudos e Práticas de Preservação Digital", "Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)" e "Lavits: Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade". Tem interesse no campo de diálogos e análises sobre informação, memória e seus lugares/dispositivos; aspectos políticos e econômicos do controle da informação; seus mecanismos de vigilância (surveillance); e ciberespaço em perspectiva sociológica e histórica. Possui interesse nas reflexões concernentes ao papel

do documento e da tecnologia para os estudos sobre a Memória, o Esquecimento e as Humanidades Digitais. Pesquisa atualmente (1) os aspectos tecnopolíticos e culturais da visibilidade informacional na hipermodernidade e (2) a construção e usos do conceito de informação pela Escola Nacional de Informações (EsNI), durante a Ditadura Militar.

Comissão Organizadora/ Organizing Committee:

Bruno Ferreira Leite

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

João Marcus Figueiredo Assis

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Patricia Ladeira Penna Macêdo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Apoio/Support:

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExC UNIRIO

Pró Reitoria de Pós-graduação e pesquisa – PROPG UNIRIO

Editoração e Diagramação/ Editing and Diagraming:

Catarina Costa Coelho Alves

Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais

Contato / Contact:

Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

Avenida Pasteur, 458, Sl 208, CCH- Urca, Rio de Janeiro – Brasil

CEP: 22290-255

Telefone: +55 21 2542-1053

E-mail: grupocdocarremos@gmail.com

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

21 de Setembro de 2021

17:00 - 19:00

Mesa 1 – Religião e Movimentos Sociais: aspectos infocomunicacionais

Mediação: Nelson Lellis (UENF)

Título do Trabalho	Apresentador
Ensaio sobre a narrativa fílmica: diz-secando a “Chave Mestra”.	Marcos da Silva Junior
Igreja Universal do Reino de Deus em Angola: a demanda por ruptura como reflexo dos dispositivos (Neo)Pentecostais em operação.	Armando Feliciano de Jesus

19:00 – 21:00

Mesa 2 – Práticas Sociais e Produções Documentais: arquivo e memória

Mediação: Maria Thereza Sotomayor (UNIRIO)

Título do Trabalho	Apresentador
Experiências de difusão de documentos arquivísticos no contexto do Laboratório CDOC-ARREMOS (2019-2021).	André Felipe Paiva dos Santos
Acervo e Memória Institucional: reflexões em torno do espaço Memória Vale.	Gislaine Alhadas Ribeiro
O conceito de Cultura Documental na produção intelectual do Laboratório CDOC-ARREMOS e seus pesquisadores.	Ana Luiza Soares

22 de Setembro de 2021

19:00 – 21:00

Mesa 3 – Ditadura e Censura: informação, memória e movimentos sociais.

Mediação: Fernanda de Moraes Costa (FGV)

Título do Trabalho	Apresentador
---------------------------	---------------------

Arquivos da Repressão: a seção de arquivo das polícias políticas (1938-1946).	Daniel G. Elian dos Santos
Uma padroeira vestida de silêncios: o santuário de Nossa Senhora Aparecida e a ditadura civil-militar (1967)	Mathews Nunes Mathias

25 de Setembro de 2021

XI Mesa Redonda Arquivo, Memória e Ditadura (19:00) – Os efeitos do totalitarismo no Brasil em subjetividades e memórias

Marcelo Henrique da Costa – Doutor em Psicologia Social (UERJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas (PGCM/UERJ). Professor da Universidade Veiga de Almeida (UVA).

Javier Alejandro Lifschitz – Doutor em Sociologia (IUPERJ). Professor do Departamento de Ciências Sociais (UNIRIO) e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO).

Apresentação e Mediação: João Marcus Figueiredo Assis – Doutor em Ciências Sociais (UERJ). Professor do Centro de Ciências Humanas e Sociais (UNIRIO) e do Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ-UNIRIO). Coordenador do Laboratório CDOC-ARREMOS.

SUMÁRIO

- 3** **Conselho Editorial**
Promoção e Realização; Comissão Científica; Comissão Organizadora; Apoio e Contato
- 6** **Programação**
- 10** **Apresentação**
João Marcus Figueiredo Assis
- 13** **X Mesa redonda Arquivo, Memória e Ditadura – Os Arquivos e a promoção dos Direitos Humanos - Sandra Grisales**
Sandra Patrícia Arenas Grisales
- 20** **X Mesa redonda Arquivo, Memória e Ditadura – Os Arquivos e a promoção dos Direitos Humanos - Vítor Fonseca**
Vítor Manoel Marques da Fonseca
- 26** **Ensaio sobre a narrativa fílmica: diz-secando a “Chave Mestra”.**
Marcos da Silva Junior
- 50** **Igreja Universal do Reino de Deus em Angola: a demanda por ruptura como reflexo dos dispositivos Neopentecostais em operação.**
Armindo Feliciano de Jesus
- 64** **Experiências de difusão de documentos arquivísticos no contexto do Laboratório CDOC-ARREMOS (2019-2021).**
André Felipe Paiva dos Santos
- 82** **O conceito de Cultura Documental na produção intelectual do Laboratório CDOC-ARREMOS e seus pesquisadores.**
Ana Luiza Soares
- 101** **Arquivos da Repressão: a seção de arquivo das polícias políticas (1938-1946).**
Daniel G. Elian dos Santos
- 118** **Uma padroeira vestida de silêncios: o santuário de Nossa Senhora Aparecida e a ditadura civil-militar (1967)**
Mathews Nunes Mathias

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a edição 2021 da Revista CDOC. Atravessamos tempos difíceis de pandemia, os quais exigiram de nossa Equipe renovadas atitudes e pensamentos, adequações e readequações. Esses tempos exigiram um fortalecimento interno, a formação mais aprofundada sobre a própria situação pessoal e coletiva. Tivemos que fazer opções que nos conduziram ao entendimento de que teríamos que fazer escolhas e nos voltar para algumas situações de urgência. Nesse sentido, a edição da revista foi protelada em função dessas urgências.

Superamos as adversidades, mantivemos a unidade interna, refizemos e reinventamos caminhos. Nosso compromisso de promover serviços formativos, investigativos e de divulgação da produção científica em torno dos Arquivos foi mantida, apesar das adversidades.

Apresentamos, nesta edição, resultados parciais de pesquisa, reflexões iniciadas ou concluídas em torno dos eixos que nos envolvem no Laboratório CDOC-ARREMOS. Esta edição disponibiliza debates relevantes sobre os aspectos sociais e técnicos que envolvem os trabalhos com documentos arquivísticos, a pesquisa documental, a reflexão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade e os desdobramentos no universo da articulação religiosa.

Esses temas, que envolvem o fazer acadêmico do Laboratório e de pesquisadoras e pesquisadores próximas e próximos a nós são cada vez mais necessários. Essas temáticas atuais estão envolvidas com o compromisso da manutenção da cidadania e da democracia, no qual os documentos arquivísticos se apresentam como instrumentos fundamentais nos processos comunicativos e informacionais.

Neste número apresentamos trabalhos interessantes que ilustram o compromisso da Revista CDOC com a divulgação de reflexões fundadas nos princípios arquivísticos a partir da condição social dos registros documentais, da memória social e dos processos religiosos e sócio culturais dos Arquivos. Nesse sentido, os eixos estruturantes das investigações acadêmicas delineiam temáticas em torno da religião, dos movimentos sociais e dos arquivos. As temáticas refletem interesses de análise que atualizam o fazer acadêmico e profissional em torno dos Arquivos, da Arquivologia, da História, das Ciências Sociais, entre outros campos convergentes.

Nesta edição apresentamos a transcrição da palestra de dois grandes profissionais da área da Arquivologia, Sandra Arenas Grisales e Vitor da Fonseca. Devido à relevância de suas apresentações, buscamos transcrever suas falas para que fizessem parte da coletânea de artigos deste número da Revista. Os dois apresentaram a realidade dos Arquivos e os Direitos Humanos, Sandra apontando a realidade Colombiana e Vitor ressaltando o trabalho do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Esta edição traz reflexões de Marcos da Silva Junior sobre a narrativa fílmica “Chave-mestra”, buscando identificar ali elementos que reforçam preconceitos sobre ancestralidade e pertença a espiritualidades afro-americanas. Traz também o trabalho de Daniel Elian sobre as atividades e a metodologia de trabalho dos profissionais pertencentes aos órgãos de polícia política, os quais exerciam as funções arquivísticas nos respectivos setores de Arquivo e administrativos.

Outro trabalho apresentado nesta edição é o de Armindo Feliciano de Jesus sobre a situação da Igreja Universal do Reino de Deus em Angola. Seu trabalho atualiza a situação em que se encontra a Igreja em meio aos meandros políticos e sociais daquele país. O texto de Ana Luiza “O conceito de cultura documental na produção Intelectual do laboratório CDOC-ARREMOS e de seus pesquisadores” é resultado de sua monografia de fim de curso em Arquivologia. Reflete sobre o desenvolvimento e a abrangência do conceito de Cultura Documental em investigações sobre Arquivos. André Paiva, por sua vez, traz uma interessante reflexão sobre procedimentos de difusão de arquivos a partir de uma experiência prática de exposição museológica em Arquivos e seus desdobramentos.

O trabalho “Uma padroeira vestida de silêncios: história e memória do Santuário de Nossa Senhora Aparecida sob a ditadura civil-Militar”, de Mathews Nunes Mathias, propõe uma análise das complexas relações entre o Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e a ditadura civil-militar. A análise se volta para a festa do Jubileu de 250 anos de Aparecida, celebrada em 1967.

A satisfação que temos em apresentar esse número da Revista se traduz na qualidade dos textos, na amplitude e diversidade das temáticas, na seriedade de autoras e autores e de avaliadoras e avaliadores que nos acompanham. Boa leitura.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2022.
João Marcus Figueiredo Assis
Arquivista e Sociólogo. Professor da UNIRIO.
Coordenador do Laboratório CDOC-ARREMOS



X MESA REDONDA ARQUIVO, MEMÓRIA E DITADURA – OS ARQUIVOS E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS – SANDRA GRISALES

Sandra Patrícia Arenas Grisales¹

Boa noite. É um prazer para mim estar aqui nesse espaço com o Vitor e com o João Marcus. Muito obrigada ao Laboratório CDOC-ARREMOS pelo convite. Eu gostaria de ler minha participação para não demorar muito e dar espaços ao debate na segunda parte.

Arquivos, direitos humanos e memória. Acho muito interessante essa conexão, porque é uma conexão que tende a ser tanto ética quanto política, e que além disso, representa para a sociedade fortes questionamentos.

As sociedades que enfrentam processos de elaboração das memórias devem dar respostas às demandas sentidas pelas vítimas: demandas pela verdade, pela justiça, pelo reconhecimento do dano. Respostas éticas, porque todo processo de elaboração do passado incitou uma espécie de se olhar no espelho, de reconhecer, como sociedade, o que fizemos ou deixamos de fazer, aquilo que não quisemos ver ou escutar. E também uma resposta política, porque nos coloca de fato diante de diversas narrativas e construções sobre o passado, a disputa pela imposição e silenciamento de algumas instaurações de memória no público que permitam pensar um futuro comum, o que não é fácil em uma sociedade.

Esse cenário é difícil em todas as sociedades. Além disso, é um processo longo e um desafio enorme para todas as instituições da memória, e especialmente para os arquivos, que estão no centro da questão.

Autores como Elizabeth Jelin e Andreas Huyssen sugerem que a ligação entre os direitos humanos e a memória coletiva adquiriu um novo impulso, graças a acontecimentos como o desaparecimento das ditaduras conservadoras europeias; a

¹ Bibliotecóloga y Magíster em Ciencia Política (Universidad de Antioquia, Colômbia). Doctora em Memoria Social (UNIRIO). Coordinadora de la IV cohorte de la Maestría em Ciencia de la Información com énfasis em Memoria y Sociedad. CvLAC.

reunificação alemã; a dissolução da União Soviética; o fim das ditaduras militares no Cone Sul e o desmantelamento de regimes como o do Apartheid na África do Sul. Esse panorama apresenta também a consolidação daquele sistema denominado “Justiça de transição” ou “Justiça Transicional”, que não é mais do que um mecanismo alternativo de justiça para aqueles responsáveis pelas violações dos direitos humanos, que busca a verdade para esclarecer esse passado e construir uma memória coletiva, que procura a reparação das vítimas e dos sobreviventes e também mudanças institucionais que consolidem suas democracias.

De acordo com um balanço da literatura feitos por Martha Lucia Giraldo – uma professora que trabalha comigo na Escuela Interamericana de Bibliotecología e que recomendo muito para aqueles que estão interessados nesses temas –, os arquivos são cada vez mais relevantes nesses processos de justiça transicional, uma vez que esses arquivos e seus documentos funcionam como provas ligadas aos processos de verdade, justiça e reparação. Da mesma forma, são essenciais para o cumprimento do dever de memória do Estado. Por esse motivo, o tema da desclassificação dos documentos é urgente e é um imperativo que as leis de acesso à informação devam tratam explicitamente, já que esses arquivos são centrais no processo de verdade e de justiça.

Além da abertura dos arquivos do Estado, dos arquivos oficiais, é também necessário valorizar e promover o uso e a proteção dos arquivos das organizações da sociedade civil, das ONGs, dos coletivos em defesa dos direitos humanos, das organizações de vítimas, pois são fundamentais para o processo de justiça de transição.

Estes arquivos têm grandes contribuições para ações como as comissões da verdade ou processos em tribunais internacionais de justiça que investigam violações aos direitos humanos. Desse modo, como afirma Ludmila da Silva Catela – uma professora argentina –, os arquivos estão no centro das lutas pelo poder e pelo reconhecimento. Nada daquilo que é arquivado é imparcial ou neutro, os arquivos trazem a marca de quem os cria. São a expressão do poder que se dá justo no momento de definição daqueles documentos que serão arquivados. A marca das pessoas que os preservaram, os criaram, os dotaram de um valor social e histórico.

Em sociedades em que prevalecem as disputas pela construção das memórias do passado, como por exemplo, a sociedade brasileira e a minha sociedade colombiana, os arquivos são espaços desencadeadores de ações de memória, de justiça e reconhecimento. Há uma clara consciência por parte dos envolvidos de sua importância simbólica, sua grande versatilidade no trabalho da pedagogia da memória e também na recuperação dessas memórias que são silenciadas, negadas.

Os arquivos, pelo menos a partir das experiências das organizações sociais na colômbia, têm permitido a construção de narrativas que se opõem ao discurso oficial. E é através deles que as comunidades documentam a guerra que a colômbia quer negar, que por muito tempo a colômbia quis negar. Também registram as ações de resistência e sobrevivência diante da violência, e isso é muito importante. Não é só importante valorar aquilo que aconteceu como aquilo que as pessoas fizeram diante dessa violência, diante desses fatos. E nesse aspecto, pelo menos nos arquivos da colômbia tem um valor inegável.

Eu gostaria de me referir brevemente a alguns processos sociais na colômbia em relação à centralidade do arquivo na reconstrução da memória do conflito armado. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que o discurso sobre a memória na colômbia é relativamente recente, e não se corresponde com o fim de um conflito armado, como aconteceu, por exemplo, nas ditaduras do Sul, em que termina a ditadura e começaram os processos de construção de memória. Aqui não. Aqui nós fizemos a memória no meio do conflito armado, o que gera, obviamente, muitas dificuldades, fazer memória de um passado que não passa. Ainda hoje, depois de firmar acordos de paz entre o Estado e as FARC², continuamos em uma situação generalizada de violência. Na colômbia, a reconstrução da memória é um processo que ocorre no meio da guerra.

Gonzalo Sánchez, ex-diretor do Centro Nacional de Memória Histórica, que é uma entidade que por muito tempo tem realizado trabalhos muito importantes de reconstrução da memória, identificou nas décadas de 70 e 80 um primeiro momento chave nesse processo de reelaboração das memórias, e se refere a esse momento como o momento do

² Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

registro, da documentação. Isso porque era um momento que se caracterizava como uma urgência muito forte de demandas da sociedade civil, dos coletivos, das organizações, e por fazer compêndios de dados que permitissem mostrar, especialmente diante de organismos internacionais, o que estava acontecendo aqui na Colômbia e como ocorriam as violações dos direitos humanos por parte do Estado.

Posteriormente, na década de 90, que é um período no qual o conflito armado tem maior intensidade, se confrontam diversos grupos armados: guerrilheiros, paramilitares, além das forças armadas do Estado. Então, nos anos 90, a memória assumiu a forma de denúncia das vítimas, a denúncia do que estava acontecendo na guerra. É um momento em que surgem muitas organizações de vítimas.

Mas tem uma mudança no início do século XX, a reincorporação dos grupos paramilitares. A reincorporação da fileira civil dos grupos paramilitares durante o governo de Álvaro Uribe Velez³, e o início de um processo de Justiça transicional na Colômbia significou, de alguma maneira, uma explosão de ações de memória. É um momento paradoxal, porque é justo o momento que para o governo as vítimas eram negadas... a narrativa desse governo era que tínhamos uma guerra terrorista. Então, as ações que eram levadas pelos grupos guerrilheiros eram ações terroristas, e a resposta do Estado era uma resposta ao terrorismo, e as vítimas no meio de tudo isso não eram vítimas, eram ou aliadas dos grupos guerrilheiros ou vítimas dos grupos guerrilheiros, mas não havia vítima do Estado, isso não existia. E as vítimas dos grupos paramilitares também não, já estavam desmobilizados. Ou seja, era uma negação das vítimas.

Isso levou precisamente a um empoderamento desses grupos de vítimas. Isso chamou atenção para promover ações que levassem ao seu reconhecimento.

Esses processos, tanto o processo de negociação de Álvaro Uribe Velez com os paramilitares como o processo de paz posterior de Juan Manuel Santos Santos⁴ com as FARC, levaram à criação de uma série de instituições que acabaram sendo fundamentais para a consolidação de todo um espaço propício para a elaboração de memória, para o

³ Presidente da Colômbia entre 2002 e 2010.

⁴ Juan Manoel Santos, Presidente da Colômbia entre 2010 e 2018.

fortalecimento de arquivos. Foram criadas instituições como o Centro Nacional de Memória Histórica, o Registro Único de Vítimas, o *Archivo Nacional dos Direitos Humanos* e o *Museo Nacional da Memoria* (ainda em construção).

Depois do processo de negociação das FARC e o Estado colombiano, foram criadas três instituições muito importantes: a Comissão da Verdade, que é encarregada de construir um relato que explique porque aconteceu o conflito armado, quem são os responsáveis e que fatores permanecem desse conflito armado que tem mais de 60 anos. Também busca explicar quais são as principais afetações da população, entre muitas outras demandas que se passam pela comissão da verdade.

A “Justiça Especial de Paz” (JEP), encarregada de processar judicialmente os principais responsáveis dessas acusações, das FARC e do exército, e também terceiros, quer dizer, a população civil que esteve envolvida de alguma forma com algum desses grupos e se beneficiou desse conflito armado. A JEP não vai julgar paramilitares porque eles já foram julgados no processo anterior, durante o governo de Uribe.

A outra instituição muito forte é a Unidade de Procura de Pessoas Desaparecidas, que como se sabe, na Colômbia os registros oficiais dão conta de mais de 160 mil vítimas.

Esse período levou também a uma institucionalidade que criou museus em cidades, como por exemplo, Bogotá e Medellín, que têm museus da memória, mas que também gerou a criação de muitos museus e pequenos salões de memória no país todo, além de espaços de memória, unidos na *Red de Lugares de Memoria em Colombia*.

É nesse quadro, vamos dizer assim, de institucionalização da memória, em que muitas dessas organizações de vítimas encontram cenários favoráveis para fortalecer seu senso de construção de memória. É quando o país descobre, de alguma maneira, a riqueza em termo de arquivos comunitários dessas organizações, e quando se valorizam essas contribuições para a construção da memória, uma memória que seja bem mais plural e democrática.

E eu gostaria nesse processo de destacar especialmente a elaboração de uma política de arquivos de direitos humanos. O Centro Nacional de Memória Histórica foi o encarregado de criar um grande arquivo de direitos humanos onde reuniam os arquivos

que foram elaborados pelas diferentes organizações da sociedade civil no país. E esse arquivo, de alguma maneira, tem a intenção de conformar um grande arquivo de direitos humanos, mas com a diferença de que um arquivo dos direitos humanos construído a partir do aporte dessas diferentes organizações.

E digo que é valioso pelo processo que gerou a conformação desse arquivo. É um processo no qual as diferentes organizações conseguiram se encontrar e de alguma maneira conversar e se conhecer, e se reconhecer. E serviu também para que fossem identificadas como organizações de vítimas. E permitiu também um diálogo muito interessante entre o Arquivo Nacional, o arquivo dos direitos humanos do Centro Nacional de Memória Histórica e os arquivos da sociedade civil. Esses três testamentos, junto com a academia, configuraram essa política de arquivos de direitos humanos, acho que foi um ponto muito importante para nós.

No entanto, os arquivos na colômbia enfrentam sérias ameaças. Vou comentar só algumas. A primeira é que a nova liderança do Centro Nacional de Memória Histórica nega a existência do conflito armado. Vocês sabem que a gente nesse momento tem um governo muito vinculado com a direita no país que nega o conflito armado, que é contra o processo de paz e os acordos com as FARC e que é contra a Justiça Especial de Paz (JEP) e a Comissão da Verdade. Então esse novo governo, o governo de Duque⁵ colocou nas instituições da memória pessoas afins a essa ideia da negação do conflito armado e da imposição de uma outra memória sobre aquela que estava sendo construída coletivamente. É uma memória que afirma que o exército colombiano triunfou, é o grande vencedor dessa guerra, e que o exército colombiano não tem responsabilidades, o Estado colombiano não tem responsabilidades no conflito armado; as responsabilidades são todas das FARC, e não do Estado. Obviamente não vamos negar a responsabilidades das FARC, mas é necessário também reconhecer que os governos, o Estado em diferentes governos, cometeram muitas violações aos direitos humanos.

Então essa nova liderança nega esse conflito armado, e isso gerou uma profunda desconfiança nas organizações, que tinham levado os seus arquivos para que

⁵ Iván Duque Márquez

conformassem aquele grande arquivo dos direitos humanos e fez com que muitas delas retirassem seus arquivos. E essa retirada, apesar de ser algo simbólica, fraturou a confiança do Centro Nacional de Memória Histórica com a sociedade e com essas organizações. Então o arquivo que é um grande potencial, acabou sendo questionado profundamente pela posição desse líder que está agora no comando do Centro, e também pela desconfiança profunda que isso gerou com as organizações.

Outro tema tem a ver com um dos arquivos mais importantes relacionados com a violação dos direitos humanos é o arquivo de uma agência de segurança do Estado, que se chamada DAS, *Departamento Administrativo de Seguridad*, que era uma agência de segurança de contraespionagem desde os anos 1970 até 2011. São responsáveis por perseguição, desaparecimentos, assassinatos, escutas ilegais de conversas telefônicas, que eram realizados durante esse período. Além disso, um de seus diretores foi acusado de promover os grupos paramilitares e de proporcionar informação diretamente para esses grupos, para que eles assassinassem pessoas que estavam envolvidas com a esquerda, com grupos políticos. E esse arquivo está sendo objeto de muitos questionamentos. O DAS foi fechado e tentaram proteger o arquivo, mas essa proteção é bem difícil porque tem muitos interesses sobre esse arquivo, interesse de ocultar e interesses também de destruir as provas.

A Comissão da Verdade também tem tido muitos problemas com o acesso aos arquivos do Estado. Desde 2018, ano que eles começaram os trabalhos, até agora, eles vêm reclamando e denunciando as dificuldades para que as Forças Armadas, o Ministério da Defesa e o Ministério do Interior, que são ministérios do governo, entregassem, ou permitissem pelo menos, o acesso a esses arquivos.

Outro assunto muito sério para mim é que na sociedade não se tem uma posição clara sobre a necessidade da abertura desses arquivos e não exercem uma pressão para demandar sua abertura. Deste modo continua o silêncio e a impunidade sobre as responsabilidades do Estado, das forças armadas e dos funcionários do poder público.

Vou deixar por aqui por enquanto. Obrigada!



X MESA REDONDA ARQUIVO, MEMÓRIA E DITADURA – OS ARQUIVOS E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS – VÍTOR FONSECA

Vítor Manoel Marques da Fonseca⁶

Eu queria iniciar agradecendo o convite – é uma experiência extremamente positiva e alegre participar dessa mesa com a Sandra, com o João, com gente do CDOC-ARREMOS. Acho que o João e eu temos uma parceria muito grande, ele está na lista das pessoas que tenho conhecido nos últimos anos com as quais criei um laço de companheirismo e amizade.

Quando o João me convidou, fiquei pensando o que eu ia apresentar, o que discutir. Acabei optando por falar com vocês sobre o Conselho Internacional de Arquivos e a questão de direitos humanos. Minha opção por essa temática visou trazer algum grau de divulgação do que é realizado no Conselho com relação a direitos humanos, mas também porque acho que ao pensar o Conselho e a centralidade do tema nessa instituição, a gente acaba refletindo sobre como a própria área de arquivos e a profissão de arquivista vêm abordando e refletindo criticamente em relação à temática dos direitos humanos.

A primeira coisa a ressaltar é que arquivos estão extremamente ligados aos direitos humanos. Todos os direitos e o exercício dos direitos, de certa forma, acabam marcados por documentos. Então, nesse sentido, se a gente ficar pensando, por exemplo, o direito à cidadania, o direito a ter uma nacionalidade etc., tudo isso, nome, idade, família, certidão de casamento, certidão de nascimento, todas as questões com relação ao direito de propriedade, escrituras, pagamentos de impostos, questões relacionadas à saúde etc., tudo o que tem a ver com os direitos humanos, de certa forma encontra uma representação em algum tipo de documento, e, portanto, está presente nos arquivos.

Os arquivos estão indissoluvelmente ligados à preservação dos direitos, e à guarda dos documentos que comprovam tais direitos ou até ao desrespeito desses direitos, e o acesso a esses documentos sempre foi uma questão relevante para os arquivos. No

⁶ Professor do Departamento de Ciência da Informação, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFF)

entanto, observa-se que a discussão sobre direitos humanos se tornou muito mais central nos últimos anos, e normalmente está muito ligada a registros de crimes perpetrados contra a pessoa humana, principalmente crimes de natureza política, à questão dos delitos contra grupos sociais e minorias. É nessas questões que a gente pensa primeiramente quando se fala de direitos humanos e não nas demais questões, também relevantes.

A centralidade dessas questões ressalta algumas coisas que a gente pode pensar e discutir. Houve a incorporação de uma nova perspectiva com relação aos arquivos e aos arquivistas àquela tradicional, que é a da guarda e do acesso aos documentos.

A ideia da proatividade, tanto dos arquivos quanto dos arquivistas, a questão da ética e a tradução disso em algumas coisas que sempre foram feitas em arquivos, mas de que, de qualquer forma, são, agora, assumidamente, tarefas com relação à documentação ligada a direitos humanos. A difusão, uma das funções arquivísticas básicas, sempre foi realizada, mas agora é também marcada por essas novas questões. Por proatividade entendemos o deliberado esforço de um arquivo para custodiar preservar e dar acesso a essa documentação, além de promover a assistência a usuários que, muito comumente, precisam de apoio especial para identificar e usar os documentos arquivísticos que necessitam.

É importante lembrar que quando o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) é criado, em 1948, vivia-se o contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, do julgamento de Nuremberg (de 1945 a 1946) e dos processos de guerra (de 1946 a 1949). A ideia dos crimes perpetrados contra a humanidade, do genocídio etc. integravam o contexto de estabelecimento do CIA, que é criado no mesmo ano que é proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Então há uma certa coexistência.

Durante muito tempo, a ação dos arquivos com relação à documentação relativa aos direitos humanos foi bastante tradicional, principalmente enfatizando a guarda, a preservação e um acesso controlado. Uma perspectiva nova com relação à função dos arquivos e à função dos arquivistas em relação a essa documentação vai começar a surgir a partir de 1980. Como a Sandra lembrou, é o momento da crise dos regimes políticos repressivos na Europa nas décadas de 1980 e 1990. No final da década de 1980 e no início

da seguinte, assiste-se a reunificação alemã, o fim da União Soviética, o fim das ditaduras militares; na África, que já vivia desde a década de 1960 lutas coloniais muito fortes, a condenação do Apartheid era cada vez mais forte. Também, num contexto geral de valores, crescia a importância da cidadania e do direito à informação.

Na área de arquivos, esse debate sobre o papel dos arquivos e dos arquivistas enseja toda uma discussão, liderada pelos canadenses, com relevância para Terry Cook. O debate centrou-se em quem o arquivo representa – até que ponto o arquivo, que é um órgão do Estado, tem também uma função social relevante, tem que atender à população, à cidadania, e como os arquivistas devem ter uma posição ativa nesse processo.

Em 1993, nesse grande contexto de mudança da visão com relação aos arquivos e aos arquivistas, e da própria situação de mudança de valores da sociedade, da ascensão daqueles ligados aos direitos humanos, foi realizada a Conferência Internacional da Mesa-Redonda de Arquivos (CITRA), no México, em que vai ser definida e decidida a criação de um grupo de trabalho sobre arquivos de serviços de segurança e de Estado, que estavam em um processo de desaparecimento, principalmente na antiga Cortina de Ferro. A coordenação desse grupo ficou a cargo de António Gonzalez Quintana, que vai, junto com uma equipe, fazer um informe especial para a UNESCO e para o Conselho Internacional de Arquivos em 1995, sobre a gestão dos arquivos e serviços de segurança do Estado e dos desaparecidos regimes repressivos, aqueles recém-terminados.

Esse informe foi atualizado e ampliado em 2009,⁷ e ele está disponível na web. Há uma entrevista que foi feita por Silvia Ninita de Moura Estevão e por mim na revista *Acervo*, com o António Gonzalez Quintana, em que ele história bastante bem essas questões.⁸

Desde 1993, o CIA começa a ter uma atuação mais efetiva e forte nesse sentido. Um outro momento de repercussão grande, ocorre dez anos depois, em 2003, na CITRA

⁷GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. *Archival Policies in the Protection of Human Rights*. International Council on Archives: Paris, 2009. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/Report_Gonzalez-Quintana_EN.pdf Acesso em: 29 set. 2022

⁸ Entrevista com Antonio González Quintana. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, no 1, p. 7-22, jan/jun 2011. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/368/368> Acesso em: 29 set. 2022.

da Cidade do Cabo, no contexto do fim do Apartheid. O Apartheid vai acabar formalmente em 1994, mas a CITRA convida Desmond Tutu, um de seus maiores opositores, para o discurso de abertura da reunião. E nesse evento vai ser proclamada uma resolução acerca dos arquivos e das violações dos direitos humanos, sendo também criado o Grupo de Trabalho em Direitos Humanos. O novo grupo terá como funções básicas disseminar a informação sobre a importância dos arquivos para defender os direitos humanos e seu uso para comprovação das violações dos direitos humanos, desenvolver projetos para apoiar a cooperação entre o CIA e serviços arquivísticos e administrações no campo dos direitos humanos, bem como apoiar um melhor e mais amplo uso dos arquivos na defesa dos direitos humanos.

Uma das iniciativas extremamente importantes e que permanece até hoje é a publicação de uma *Newsletter* mensal sobre arquivos e direitos humanos. É possível se inscrever e recebê-la gratuitamente.⁹

Esse grupo de trabalho sobre direitos humanos vai ter a participação de algumas pessoas extremamente importantes na área, como Antonio González Quintana, Trudy Peterson, Perrine Canavaggio, Giulia Barrera e várias outras, de diversas partes do mundo, envolvendo-se com diversos projetos e produzindo documentos extremamente importantes.

Alguns documentos para os quais que eu chamaria a atenção são os *Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos*, de 2016, com traduções para diversas línguas, entre as quais o português,¹⁰ e a *Declaração sobre Arquivos Empresariais e Direitos Humanos*, de 2017,¹¹ ambos traduzidos por mim.

⁹ Para inscrição, acesse o formulário em <https://anai.us13.list-manage.com/subscribe?u=5942a8a83f3023c6a5a63139e&id=324882c3f7> A *Newsletter* é publicada em inglês, espanhol e francês.

¹⁰ O texto original, em inglês e suas traduções estão disponíveis em <https://www.ica.org/en/basic-principles-on-the-role-of-archivists-and-records-managers-in-support-of-human-rights-0>. A versão em português também foi publicada em *Informação Arquivística*, v. 5, n. 1, 2016.

¹¹ O texto, em português, foi publicado na revista *Informação Arquivística*, v. 6, n. 1, 2017, p. 372-393.

Em 2019, ou seja, no ano passado, durante a assembleia geral na Austrália, foi criada a Seção de Arquivos e Direitos Humanos, com a sigla, em inglês, SARH, ou seja, a transformação do Grupo de Trabalho em uma seção. Como seção, ele passa a ter a possibilidade de reunir todas as pessoas e instituições associadas ao CIA que tenham uma ligação com o tema, e ele pertence de uma forma muito mais estável à estrutura da instituição. A SAHR manteve todas as preocupações do Grupo de Trabalho, e tem alguns projetos novos, como um sobre mudanças climáticas e arquivos – há uma série de lugares em que arquivos, por causa das mudanças climáticas, estão em grave risco de perda, de desaparecimento, tanto das instituições como de seus acervos.

Está sendo criado um livro sobre arquivos e direitos humanos, com artigos de várias pessoas, inclusive da América Latina. Mariana Nazar, da Argentina, faz parte da direção da Seção e é autora de um dos capítulos.¹² Vai sair um número especial da revista do Conselho Internacional de Arquivos, a revista *Comma*, sobre arquivos e direitos humanos.¹³ E há um projeto sobre o desenvolvimento de material didático sobre arquivos e direitos humanos, para uso não só na formação de arquivistas, mas também para um público mais geral. Um outro projeto bastante interessante, que está avançando e já vinha em desenvolvimento antes, é sobre *safe havens*, instituições que podem receber arquivos em risco, em perigo, tanto fisicamente quanto digitalmente, na medida em que exista risco de perda de acervo por questões de mudanças climáticas ou por questões políticas.

Minha proposta nessa conversa com vocês – eu não chamaria isto de nada mais do que uma conversa –, foi chamar a atenção para a centralidade que a temática de arquivos e direitos humanos passou a ter e que é ameaçada hoje, e por isso ela necessita ser reforçada como uma temática central, diante de uma situação, que se verifica no mundo inteiro, de uma série de avanços conservadores que, como Sandra observou,

¹² BOEL, Jens; CANAVAGGIO, Perrine; GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio (Orgs.). *Archives and Human Rights* Routledge: London, 2021. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.4324/9780429054624/archives-human-rights-jens-boel-perrine-canavaggio-antonio-gonz%C3%A1lez-quintana> Acesso em: 29 set. 2022.

¹³ Archives and Human Rights. *Comma*, vol.2020, n. 1-2. Disponível em: <https://www.liverpooluniversitypress.co.uk/journals/id/46/volume/2020/issue/6490> Acesso em: 29 set. 2022.

negam a existência de evidências históricas, de coisas comprovadas, de casos efetivos de violação de direitos humanos e de situações semelhantes.

Essa mudança nos arquivos e no papel dos arquivistas tem de constante e diligentemente cuidada, a fim de se manter como uma temática central. Há um risco muito grande, e os arquivos vivem essa situação dúbia, em que são, por um lado, órgãos do Estado, e por outro, também órgãos de defesa do patrimônio, não só aquele do Estado, mas o da nação, e, portanto, devem atender também aos interesses dos cidadãos.

Ter essa preocupação, ter uma posição com relação a isso é extremamente importante e relevante. Qualquer outra questão que vocês quiserem, podem discutir, se eu souber responder, vou tentar fazer. Obrigado, obrigado João, obrigado a todos.

ENSAIO SOBRE NARRATIVA FÍLMICA: DIZ-SECANDO A “CHAVE MESTRA”

Marcos da Silva Junior¹

Resumo: O presente trabalho trata da narrativa fílmica a “Chave mestra”(2005) e enquanto investigação trata-se de verificar neste, em torno das cenas, objetos e alguns personagens do filme, aspectos como a perda da humanidade, o silêncio, a demonização, a *subalternidade*, o desencorajamento e a negação da ancestralidade. A narrativa se passa em Nova Orleans, cidade onde são observados diversos ícones da magia/cultura/religião *Hoodoo*, *sujeitos negros* inclusive aclamados, como a ancestral Marie Laveau, que mesmo com uma contribuição histórica, inexistente enquanto abordagem no filme. A metodologia adotada para realizar esse trabalho foi a de comparação da narrativa fílmica com a religiosidade afro-americana. O objetivo deste trabalho é demonstrar como uma narrativa fílmica/documento audiovisual como essa e tantas outras, impactam na experiência de uma/um espectador/a/usuário/cidadão ao assistir um filme ou qualquer documento audiovisual, cuja temática seja baseada na experiência cultural da população negra em território afro-americano, afro-brasileiro dentre outros e sobretudo, como essa experiência poderia impactar em como o/a espectador/a/usuário negro/o ou branca “se veria naquela lugar” ou “falaria sobre aquela cultura”.

Palavras-Chave: Hoodoo; ancestralidade; documento audiovisual; *sujeitos negros*; chave;.

ESSAY ABOUT FILM NARRATIVE: DISSECTING “ THE SKELETON KEY”

Abstract: This work deals with the film narrative "The Skeleton Key" (2005) and as an investigation is to verify in this, around the scenes, objects and some characters in the film, aspects such as the loss of humanity, silence, demonization, subalternity, discouragement and denial of ancestry. The narrative takes place in New Orleans, a city where several icons of Hoodoo magic/culture/religion are observed, including acclaimed black subjects, such as the ancestor Marie Laveau, who, despite her historical contribution, does not exist as an approach in the film. The methodology adopted to carry out this work was to compare the filmic narrative with African-American religiosity. The objective of this work is to demonstrate how a film narrative/audiovisual document like this one and many others, impact the experience of a viewer/user/citizen when watching a film or accessing any audiovisual document whose theme is based on the cultural experience of the black



population in African-American, Afro-Brazilian, and other territories, and above all, how this experience could impact how the black or white viewer/user "would see him/herself in that place" or "would talk about that culture".

Keywords: Hoodoo; ancestry; audiovisual document; black subjects; key.

¹ Estudante de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPQ) no Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

Introdução

Ao longo dos anos, muitos documentos audiovisuais (filmes, vídeos, registros sonoros e etc) têm sido produzidos e acumulados, no entanto, poucos foram ou estão sendo problematizados no sentido da leitura e análise do ponto de vista étnico-racial por arquivistas, bibliotecários dentre outros profissionais da informação que lidam com documentos desta natureza. Cabe ressaltar que, muitos desses documentos farão ou já fazem parte de acervos de centros de documentação, museus, arquivos, dentre outros lugares de memória, sejam eles empresas, instituições, dentre outros, e merecem atenção.

Essa discussão e análise é fruto de uma inquietação no âmbito da disciplina *Tópicos Especiais em Estudos de Informação VII*¹⁴ no período 2020.1, na graduação de Arquivologia. O objeto desse trabalho é a “*Chave Mestra*”¹⁵ (SKELETON KEY, 2005), sendo esse filme inspirado no Hoodoo, “que consiste em um grande corpo de práticas e crenças folclóricas africanas com uma considerável mistura de conhecimento botânico indiano americano e folclore europeu”. (YRONWODE, 2021), observei a necessidade de utilizar como escopo inicial a ancestralidade, conceito que é conectado a fenômenos culturais, políticos, de diferentes sujeitos, seja em África, em Nova Orleans, em Cuba, no Brasil e em qualquer outro território que tenha vivenciado o sequestro colonial. Essa *categoria analítica* (OLIVEIRA, 2009), que é a ancestralidade, me ajudou a compreender que, as experiências ancestrais apresentadas nessa seção, não dialogam com a narrativa fílmica justamente pelo sentido da “negação”, de “prática do mal” e “de exotismo”, aspectos que a narrativa intencionalmente apresenta no abandono da ancestralidade por parte do *sujeito negro*, nesse caso dos saberes e fazeres dos seus/suas *griôs*, experiências ancestrais essas encruzadas, que nessa primeira parte do trabalho, pelas referências, nos conduzem ao encanto e as estratégias de luta.

Nesse sentido, o documento audiovisual, que chamo de encantado- redirecionando a ideia da narrativa fílmica a chave mestra (2005) que desumaniza as práticas ancestrais- na segunda seção demonstro o papel dos terreiros de Candomblé no Brasil, que inspirados pelos seus mais antigos, ou seja, “aqueles/as que vieram antes”, estariam produzindo documentos audiovisuais em suma importantes para proporcionar, divulgar sabedorias e fazeres, e reivindicar direitos, caros a cultura afro-brasileira e o bem

¹⁴ Disciplina optativa presente na graduação de Arquivologia e Biblioteconomia pelo ajuste realizado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa realizado em 2008. Disponível em: <http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2008/198-2008.pdf>. Acesso em: 27 set 2021

¹⁵ A Chave Mestra. Direção: Iain Softley. Produtores: Iain Softley, Daniel Bobker, Michael Shamberg e Stacey Sher. Estados Unidos. 104 min. Color. Ano: 2005.

viver da sociedade. Nessa seção, utilizo enquanto recurso analítico a série documental “*Agbara Dudu- Narrativas Negras (2020)*, o *Asiwaju- Aquele que vem a frente* e a *Campanha dos 35 anos do Ilê Asé Omiojuarô (2020)*.

Mais adiante, ainda sobre as contribuições ancestrais, na terceira seção, destaco uma das mulheres mais importantes para Hoodoo em Nova Orleans, que seria Maria Laveau. Laveau quem exerce um papel fundamental na história do *Hoodoo*, contribuindo tanto para a aristocracia de Luisiana com os seus trabalhos, quanto para pessoas carentes e anônimas, mas isso não garante uma visibilidade, principalmente em narrativas. Existem pouquíssimas referências sobre Marie, e as poucas que existem reforçam a repulsa e aversão ao *Hoodoo* praticado por ela. E isso irá se refletir inclusive na abordagem do filme que é o escopo desse labor, em vários momentos. A lembrar que, o filme se passa no Sul dos Estados Unidos, que é marcado pelo racismo e perseguição à população negra, antes e fortemente depois da morte de Marie em 1881.

Conectado ainda a ancestralidade, analiso na quarta e última seção a chave, a luz de culturas não referenciadas no filme. A mesma que é verificada na Santeria, em Cuba, com *Eleguá*¹⁶. No Continente Africano, com os nagô-iorubá, com Èsù¹⁷, guardião dos caminhos, assim como o é para as religiões de matrizes africanas no Brasil. E, não menos importante, dada cultura ser uma das mais antigas, a egípcia, a luz de dois deuses Anúbis¹⁸ quanto *Seth*¹⁹ que também tem a chave enquanto um dos seus elementos.

O filme ora classificado enquanto terror, leva os *sujeitos negros* a perderem sua humanidade. Os mesmos, à saber, que possuem conhecimento sobre àquelas práticas do *Hoodoo* serão levados ao silêncio (KILOMBA, 2019), a demonização ou a negação de suas próprias origens. Observa-se sob algumas lentes também uma obsessão na narrativa em branquear esses corpos *negros*. Frantz Fanon, psicanalista martinicano, em seu livro

¹⁶Elégua é mais importante dos orixá na santeria cubana. Representado por uma criança, ele muito travesso, zombador e brincalhão(NASCIMENTO, 2017). Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/elegua-menino-e-malandro-ancestralidade-africana-para-criancas-em-peca-gratuita-no-centro-cultural-sp/>. Acesso em: 08 ago 2021

¹⁷ Èsù dentre duas vária atribuições, é por excelência o mensageiro de Olorun(deus)- grifo nosso-, revelado no mito da criação(nagô-yorubá) –grifo nosso- (SALLEs, 2001, p.43).

¹⁸ A divindade representativa da mumificação, Anúbis, é o senhor do embalsamamento, seu nome vem do grego Άνουβις (Anupu), mas o povo egípcio o chamava de Inpw que significa abridor dos caminhos, era representado na sua forma antropozoomórfica com cabeça de chacal e corpo de homem ou um chacal deitado. Disponível em: <http://museuegipcioerosacruz.org.br/anubis-o-senhor-do-embalsamamento/>. Acesso em: 08 ago 2021

¹⁹ Seth (ou Set) é o deus egípcio da violência e da desordem, da traição, do ciúme, da inveja, do deserto, da guerra, dos animais e serpentes. Disponível em: <https://www.egitoantigo.net/seth-deus-egipcio.html>. Acesso em: 08 ago 2021

Pele negra Máscaras Brancas (2008) já demonstra essa alienação do *sujeito negro* quando afirma “*que a parte mais negra da sua alma, através da zona de meias-tintas, se vê no desejo repentino de ser branco*” (FANON, 2008, p.69). Esse raciocínio integra o desejo de Papa Justify (McCall), um dos personagens *negros* principais da narrativa, quando o mesmo deseja não apenas tornar-se, mas manter-se branco, inclusive pelo fato de ter inclusive mulher branca. Em contrapartida, Mama Cecile (Jeryl Prescott), sua esposa, espírito que se apossa do corpo de Violet Devereaux (Gena Rowlands), não se contenta com o fato de ter de se apossar novamente de um corpo de uma mulher branca, nesse caso Caroline (Kate Hudson), a enfermeira. Ambos fazem um ritual de conjuração (possessão de corpos) para ocupar o corpo de pessoas brancas no filme.

Esse labor foi realizado através de uma metodologia comparativa, nesse caso entre a narrativa fílmica e a religiosidade afro-americana. Para isso, enquanto recurso foram utilizadas alguns autores/as e fontes de informações diversas para análise.

A ancestralidade em ação

O conceito/categoria, ou melhor ferramenta Ancestralidade, vem para contribuir, compreender, todo o amálgama dos *sujeitos negros* e de sua cultura. Segundo Oliveira (2009, p.03)

[...]Ancestralidade, é empregada como uma categoria analítica e, por isso mesmo, converte-se em conceito-chave para compreender uma epistemologia que interpreta seu próprio regime de significados a partir do território que produz seus signos de cultura (grifo meu) [...].

E, que territórios seriam esses? Existem diversos territórios, mas o qual em primeiro lugar cito, e que disputa esse conceito/categoria, constitui total relevância para se contar a história do Brasil. Nesse caso, se pode destaca aqui, os terreiros de candomblé, casas de santo que foram erguidas a partir de esforços intermináveis de descendentes de *negras/negros escravizadas/os*, que foram arrancados de sua terra mãe – a África- com destino ao Brasil a força em tumbeiros. Esses sujeitos que inclusive reinventaram a ideia de família ancestral, seus símbolos para continuarem mantendo vivos os seus saberes e fazeres

Tratando-se de família ancestral, inclusive destaca-se a designação “ampliada”. No Candomblé se passa a ter filhas, filhos, netos, netas, sobrinhos, sobrinhas de santo das diversas etnias, raças, gêneros, classes sociais, orientações sexuais. O Candomblé se

transforma num espaço de inclusão de sujeitos. E, para além de um espaço religioso, como comumente se observa, a casa de santo ou Comunidade de Terreiro (CTTro)²⁰ na sua ancestralidade nasce com uma ideia de espaço político, onde se travam diálogos e ações acerca de assuntos no que tange a economia, a política, direitos humanos e diversas outras pautas importantes no Brasil e no mundo.

Essa família ancestral, assegura códigos, símbolos, rituais que passados de gerações e gerações através da transmissão oral – vale ressaltar que o Candomblé não possui um livro sagrado em que possa apoiar de forma disciplinar as suas premissas de funcionamento, exceto registros limitados de rituais, a qual os mantém sobre alguns cuidados e restrições, registros que mantêm os fazeres e saberes vivos entre os seus restituindo assim, Asè- força, energia vital. Nessa discussão sobre a premissa de um livro sagrado, no sentido de espaço de luta e política, Beatriz Moreira Costa, conhecida como Iyá Beata de Yemanjá²¹ o fundamenta. A mãe de santo, militante pelos os direitos da população negra no Brasil, em uma das suas diversas entrevistas diz que,

“O candomblé não precisa de bíblia, de alcorão, de dogmas, de nada disso, é o coração. Nosso ouvido, nossos olhos, nosso nariz e nossa boca. O ouvido para ouvir o que fazem contra nós. Os olhos pra vê. O nariz pra sentir o cheiro de podridões que vem contra nós”²²

No Candomblé se resgata a premissa de cuidar, agregar, da escuta das/dos mais velhas/velhos. E algo que precisa ficar escuro, acerca do tempo no candomblé, é que as práticas e obrigações feitas pelos seus adeptos não redirecionam a idade de vida dos sujeitos nos terreiros. Ou seja, pessoas mais velhas, no sentido de terem cumprido todas suas obrigações, jamais devem desrespeitar uma pessoa cuja idade de vida é maior que sua idade de santo. Muito dos conflitos que emergem a partir desse conceito/categoria,

²⁰ Sigla correspondente a definição de Sidney Nogueira(2020, p.70)“[...]Comunidade Tradicional de Terreiro – como uma denominação aglutinadora de todas as práticas afro-brasileiras também chamadas Religiões de Matriz Africana ou tradições afro-brasileiras, como: Umbanda, Candomblé, Xambá, Nagô-egbá, Batuque, Tambor de Mina, Jurema e aparentados[...]”.

²¹ “[...]Beatriz Moreira Costa, nascida em 20 de janeiro de 1931, em Cachoeira do Paraguaçu, Recôncavo Baiano, filha de Maria do Carmo e Oscar Moreira, teve a mãe e o pai como exemplos de vida. Sua mãe, negra trabalhadora, mas de saúde frágil, legou à sua filha grande respeito à pessoa humana e seu pai, Oscar, a característica de saber lidar com as ferramentas do trabalho e da vida. Na década de 1950, Beatriz mudou-se para a cidade de Salvador, onde foi iniciada para o orixá Iemanjá no candomblé por Mãe Olga do Alaketu[...]”. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=26887. Acesso em: 22 set 2021

²² Trecho transcrito da entrevista de Mãe Beata ao programa Espelho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZAGvOvqUBrs>. Acesso em: 22 set 2021

que é a ancestralidade, nos terreiros de Candomblé, são ocasionados pela distorção e deslocamento dele, o que decisivamente é um dos tentáculos da colonização, onde se demonstra que, mesmo sendo um menor poder, ao recebê-lo os sujeitos oprimem os outros ao seu redor.

Existem experiências e interfaces importantes que rompem com esse colonialismo, principalmente na cultura africana e na cultura afro-brasileira principalmente nos terreiros. Seria interessante apresentar um evento que compreende a importância da ancestralidade na luta por uma *educação libertadora* como nos ensina Paulo Freire (1967, p.36). Esse evento tinha como bandeira negar a destituição das origens, dos símbolos e da cultura africana. Acerca disso menciono o Dia da criança Africana, que

“É celebrado todos os anos a 16 junho, que assinala-se em memória das crianças negras que foram mortas nesse dia, em 1976, no Soweto -África do sul, quando ergueram as suas vozes para recusarem que o ensino da língua *affrikaans* se tornasse obrigatório nos currículos escolares, reivindicando o direito a aprender a sua língua materna (não apenas o Inglês) e melhoria da qualidade de Ensino. A manifestação durou 14 dias e pretendia ter carácter pacífico, mas acabou em extrema violência, levando a óbito mais de cem pessoas e ficando feridas cerca de mil crianças e jovens que estavam em pleno exercício de um direito fundamental, reconhecido pela Declaração Universal de Direitos Humanos” (PORTAL GELÉDES, 2018).

Nesse sentido, podemos perceber o quanto as crianças de Soweto foram aguerridas. Se mostraram resistentes a imposição de um ensino de uma língua cuja importância não estava debruçada na sua língua materna, de origem africana. O que no Brasil não seria diferente, dada a distopia do ensino cuja a raiz está no pensamento universalizante, que movimentos tem se levantado a alguns anos, principalmente o movimento negro, para combater, através da pluriversalidade que é “*o reconhecimento de que todas as perspectivas devem ser válidas; apontando como equívoco o privilégio de um ponto de vista*” (RAMOSE, 1999, 2010, 2011 Apud NOGUEIRA, 2012, p.64)

Outro exemplo de deslocamento com o colonialismo seria o da Escola Maria Eugênia dos Santos, em Salvador –Bahia, que exerce um papel fundamental nessa prática de liberdade. Mãe Aninha, antiga Iyalorisá do *Ilê Asé Opó Afonjá*, Salvador-Bahia, inspira a criação da escola, Mãe assim como mãe Ondina e Mãe Senhora, suas sucessoras, junto de Mestre Didi, materializam esse sonho. Mãe Aninha, dizia que *queria ver os seus netos aos pés de Xangô com o anel no dedo*. E assim fora feito. Na escola foram e são ensinadas várias línguas africanas: iorubá, bantu dentre outras, assentadas em sabedorias ancestrais.

E mais do que combater o racismo epistêmico, e respeitar a lei 10.639/2003²³ cuja centralidade está no ensino de cultura e história afro-brasileira, a diretora da escola Irailde, filha de santo de Mãe Senhora diz em entrevista ao documentário Ágbara Dudu: “*que a escola também torna as crianças importantes*”²⁴.

Compreender a ancestralidade enquanto um conceito/categoria, possibilita que tomemos outras decisões acerca dos lugares ocupados no âmbito dos espaços acadêmicos, nas instâncias políticas, que a cada dia que passa nos levam a uma disputa auto-destrutiva. Nos faz reconhecer nossos valores, o respeito com outro. E, principalmente, a primeira diante de todas ora citadas: a natureza. A terra mãe exige que cuidemos dela e de tudo aquilo que a constitui: animais, plantas, árvores, mar, rios etc.

É preciso conscientizar-se de que a ancestralidade reflete cuidado, acolhimento, resgate de um “ser” ora perdido, um ser-natureza retirado do seu lugar de origem pelo colonialismo. É sobretudo, enxergar os institutos, organizações, os regimes políticos e econômicos e as próprias pessoas enquanto parte do todo, que são natureza, não individualizá-los, ignorando o que há de mais importante, e que retroalimenta a nossa vida como o próprio lugar que ocupamos, que é a terra.

Documentos encantados: *sujeitos negros*, terreiros e as estratégias para reinvidicação de direito à vida e a memória

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define documento audiovisual como:

“Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou imagens em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas (DIBRATE, 2005, p.73) ²⁵”

De acordo com *Multilingual Archival Terminology* documento audiovisual é definido enquanto um:

²³ BRASIL, LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

²⁴ Trechos transcritos da série documental Agbara Dudu exibido no Canal Futura sobre a história de Mãe Senhora, sacerdotisa do Ilê Asé Opó Afonjá. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/agbara-dudu-narrativas-negras/v/9260388/>. Acesso em: 21 set 2021

²⁵ Definição de Documento audiovisual para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 22 set 2021

“Documento cuja informação é veiculada através de imagens, fixas ou móveis, e de sons, carecendo de equipamento apropriado para ser visto e/ou ouvido²⁶”.

Conforme já foi mencionado anteriormente, alguns terreiros de Candomblé ao longo dos anos, sobretudo na gestão de diversas *Iyálóriṣàs* (sacerdotisas do culto aos *òriṣàs*) e *Bàbálóriṣà* (sacerdote do culto ao *òriṣàs*) de suas roças, como comumente são chamados esses terreiros pelos seus membros, vem se mobilizando para difundir e promover direitos e deveres. Aqui veremos que, seriam a partir de documentos audiovisuais que esses seriam materializados, justamente em virtude das demandas de acesso de suas comunidades e da política de extermínio da memória desse povo. Esses atos (dificuldades de acesso e extermínio da memória) intencionalmente redirecionam os saberes e fazeres pretos ao longo dos anos, dificultando cada vez mais a visibilidade e a existência dessas epistemologias, logo da própria cultura afro-brasileira.

No que se refere a promoção de direito e memória, através dos documentos audiovisuais, cito a minissérie “*Mães de Santo*” (1990) que foi exibida na TV Manchete, que possuía cerca de 17 episódios, contando a história dos orisás. Também o documentário realizado com *Obarayi*, mais conhecido como Balbino de Xangô *Bàbálóriṣà* do *Ilè Àṣẹ̀ Opó Aganjú* (Casa de força sustentada por Aganju), que foi transmitido pelo Globo Repórter em 1976. Intitulado o “*O Poder do Machado de Xango*” (1976) o documento audiovisual mostra a travessia de Pai Balbino à cidade de *Oyó*, e tem como objetivo contar a história da diáspora afro-brasileira e africana e suas relações. O filme “*Besouro*” (2009) que conta a história de um herói capoeirista que tinha nos *orisás* um porto seguro e que com eles enfrentava a Casa grande e seus algozes, os coronéis.

Todas essas narrativas e seus esforços, ao longo da história promovem pressões ao Estado brasileiro, para que o mesmo reconheça a sabedoria dos povos de terreiros e da população negra. Esses documentos são fontes de inspiração para diversas outras gerações que irão vir posteriormente. Todavia, o laço extensivo, como observamos acerca da ancestralidade, nesse sentido, é mantido nas recentes produções documentais audiovisuais.

Como iremos observar por exemplo em 2020, em meio a pandemia do COVID-29, uma série documental produzida por diversos terreiros e os seus adeptos. A série documental ambientada nos terreiros, *Agbára Dudu - Narrativas Negras*^{que} inclusive cito

²⁶ Definição de Documento audiovisual para o *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/6863>. Acesso em: 22 set 2021

anteriormente para contextualizar a importância da ancestralidade para vida e a educação. Essa série documental, composta por 13 episódios, cujo significado quer dizer em yorubá “Força Preta”, conta a história de diversos terreiros localizados em diversas regiões do Brasil. Uma série produzida em sua grande maioria por pessoas negras e adeptos das religiões de matrizes africanas, com objetivo de apresentar, cada uma a seu modo, sua tradição e história de existência e re(e)sistência junto aos seus saberes e fazeres.

Outra importante contribuição no sentido de produção documental audiovisual foi e tem sido realizada pelo *Ilê Àṣẹ̀ Omi Oju Arô* (Casa das águas dos olhos de *Ọ̀ṣọ̀ṣi*) que foi fundada em 1935 por Mãe Beata de Yemanjá e atualmente é liderada pelo Bábálórìṣà Adailton Moreira Costa. Esse terreiro, mesmo durante a pandemia, tem realizado e produzido documentos importantíssimos reivindicando direitos, e promovendo saúde às religiões de matrizes africanas e a população negra de maneira geral. Cabe ressaltar aqui, a série documental em decorrência da *Campanha dos 35 anos da Ilê Asé(2020)*. Acerca dessa campanha, vale ressaltar a fala da Iyákekerê (mãe pequena) da *Ilê Àṣẹ̀*(casa de axé), Mãe Doya, em uma das suas falas na campanha nos ensina que: “ *Ser de àṣẹ̀ também é combater a pedofilia*”²⁷, retomando inclusive um assunto caro à sociedade que seria o de abuso de crianças e adolescentes, considerado crime de acordo com a *lei 8.069*, no seu art.241²⁸, alterada e aprimorada pela *lei 11.829*, no seu art.241b²⁹, com pena de 3(três) a 6(seis) anos de prisão, e multa.

No sentido da oralidade, e conseqüentemente da memória, o mesmo terreiro tem exercido um papel fundamental. Nesse sentido, cabe destacar, o trabalho “*Asiwaju-Aquele que vem na frente(2020)*”³⁰ e o “*Encanto de Ossaim(2021)*”³¹ - esse inclusive que

²⁷ Campanha dos 35 anos do Ile Axé Omiojuaro pelos direitos humanos. Iyá Kekere Doya Moreira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TtCVIdO3neA>. Acesso em: 21 set 2021

²⁸Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 fev 2022

²⁹Lei 11.829, de 25 de novembro de 2008. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de nov. de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm#art2. Acesso em: 10 fev 2022.

³⁰ ASIWAJU - O que vem à frente! - Olhares sobre cultura e Direitos humanos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MhCe_Ld_duo. Acesso em: 21 set 2021

³¹ O Encanto de Ossain. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4qUgObuvzQ4>. Acesso em: 23 set 2021

faz parte de um projeto chamado Projeto Alájò: Novos Paradigmas para uma Sociedade sem Racismo e Violência que ocorre desde jan 2021- que são produções documentais audiovisuais que resgatam a memória dos terreiros, através de seus *itâns*-histórias contando às crianças de terreiro, às comunidades de terreiro e a sociedade o valor e o respeito a natureza e a todos os elementos que a compõem: a água, as matas, as folhas etc. Nessa produção, o Bábálórișà Adailton apresenta valorosas experiências ancestrais.

Esses/essas *griôs* revelam as estratégias de luta de seu povo, mostram que, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no decorrer dos anos, conseguem com as suas sabedorias “*dobrar qualquer perspectiva de escassez*” como afirma Rufino (2019, p.67) em “*O que pode Elegbara? Filosofias do corpo e sabedorias de fresta*”. Os documentos assim encantam-se, redimensionando sua concepção ocidental, proporcionando dessa maneira a possibilidade de inclusão, reparação e preservação de saberes e fazeres oriundos de experiências de povos de terreiros, comunidades quilombolas etc.

Marie Laveau: Uma ancestral a ser lembrada

A “chave mestra” é dirigida por Iain Softley, e realizada a 17 anos atrás, ou seja, em 2005, e se passa em Nova Orleans, centro de Luisiana, no Sul dos Estados Unidos, cidade inclusive onde Hoodoo, o qual o filme aborda, tem diversos personagens icônicos que são fundamentais para se contar a história dessa religião/sabedoria/manifestação popular. Uma delas é de Marie Laveau, uma feiticeira filha de descendentes “*africanos escravizados e colonos franceses, que nasceu em 1801, quando Louisiana ainda era uma colônia espanhola*”³². (LONG, 2017).

Figura 1 - “Marie Laveau, a rainha do vodu”.



³² LONG, Carolyn Morrow. *Marie Laveau*. World Religions and Spirituality Project. Disponível em: <https://wrldrels.org/pt/2017/10/27/marie-laveau/>. Acesso em: 22 set 2021

Fonte: Página Fala! Universidades³³

Marie teria sido reconhecida como a mulher do Vodou em Nova Orleans. Quando criança teve uma “*vida bastante confortável em uma fazenda*”³⁴ (CORDEIRO, 2020), no entanto não era oficialmente registrada pelo seu pai. Conforme afirma Long(2017) *isso era muito comum à época*. Anos depois que o mesmo a reconhece enquanto sua filha: “*embora não tenha sido listado no registro batismal de Marie Laveau, Charles Laveaux a reconheceu mais tarde*” (LONG, 2017). *Charles Laveaux foi o quinto prefeito de Nova Orleans (EUA)* (CORDEIRO, 2020) e após reconhecer Marie teria mantido com ela “*um relacionamento afetuoso pelo resto de sua vida*” (LONG, 2017).

Marie casou-se com *Jacques Paris, um homem de cor livre que era carpinteiro de Saint-Domingue (Haiti)* (LONG, 2017), mas anos depois o mesmo desaparece ou morre misteriosamente. Não se sabe certamente a causa, porque

[...]nenhum registro de morte ou enterro jamais foi descoberto. Marie foi doravante designada em documentos oficiais como a viúva Paris. Costuma-se dizer que durante esse período ela se sustentava como cabeleireira. Muitas mulheres livres de cor seguiram essa ocupação, mas ela nunca foi listada como tal em registros de censos e diretórios de cidades[...] (LONG, 2017).

Jacques Paris e Marie Laveau tiveram duas filhas, Felicité e Marie Angèlie (LONG, 2017). Provavelmente com ensinamentos de *sua mãe e de sua avó, ambas sacerdotisas do hoodoo* (CORDEIRO, 2020), Marie começou a fazer *rituais em praça pública* (CORDEIRO, 2020). Ela passou a ajudar homens e mulheres com suas práticas, *fazia pessoas enriquecerem* (CORDEIRO, 2020). *Ajudava a fazer abortos, e a resolver situações amorosas.* (CORDEIRO, 2020). Outros irão afirmar que

[...] Não se sabe exatamente como ou com que idade Laveau assumiu sua vocação como sacerdotisa de Voudou. Ela pode ter sido treinada e iniciada por sua avó Catherine Henry, por anciãos da comunidade africanos, ou por pessoas de cor que chegaram a Nova Orleans do Haiti na virada do século XIX. Pelo 1830 ela era o líder de uma congregação multirracial, principalmente feminina de Voudou[...] (LONG, 2017).

³³ Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/saiba-quem-foi-marie-laveau-conhecida-como-a-rainha-dos-vodus/>. Acesso em: 23 set 2021

³⁴ CORDEIRO, Thiago. *Marie Laveau, a feiticeira de Nova Orleans*. Superinteressante. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/marie-laveau-a-feiticeira-de-nova-orleans/>. Acesso em: 01 Nov 2020

Havia uma relação de repulsa implícita por Marie Laveau, principalmente por autoridades políticas da época. Cabe-nos destacar a descrição que o ex-presidente dos Estados Unidos, George Washington, *na Revista Century 1886, faz em um artigo, intitulado “Crioulo Escravo Canções, ”* antes de Marie vir a falecer: *“seu corpo se curvou, e suas selvagens tranças de bruxa cinza penduradas em seu pescoço enrugado e amarelo, a Rainha dos Voudous”*. (LONG, 2017). Aparentemente não percebemos uma repulsa profunda, por mais que gere sim um incomodo com o fato do mesmo se referir ao seu cabelo como de um animal selvagem, mas veremos isso sim posteriormente. Percebemos o racismo e a repulsa escancarada quando o mesmo fala sobre o *Hoodoo*. Segundo o ex-presidente o Hoodoo era

“[...] escuro e horrível quanto a selvageria bestializada poderia tornar a adoração de serpentes. Foi tão revoltante, tão moralmente hediondo, que mesmo nas possessões francesas das Índias Ocidentais há cem anos ... as orgias dos Voudous foram proibidas”(Cable 1886: 807-28 Apud LONG, 2017).

Em contrapartida, segundo relatos, até hoje as pessoas em Luisiana, acreditam *“que ao fazerem um ‘x’ na lápide de Marie, e dá três voltas em torno de si mesmo e fazer um pedido em alto e bom som, podem ser atendidos por ela”*(CORDEIRO, 2020). Marie *“teve morte natural, em sua casa na 152 St. Ann Street em junho 15, 1881”* (LONG, 2017) e foi enterrada no cemitério de St.Louis, em Luisiana, Nova Orleans, cidade onde viveu a maior parte da sua vida. Marie morre em um momento em que Nova Orleans *“estava entrando em uma época de racismo virulento e segregação que durou até o século XX”* (LONG, 2017).

Fazendo um giro decolonial nesse resgate histórico, entende-se aqui a forma de autonomia (KILOMBA, 2019). A figura de Marie Laveau ganha outro lugar a partir do momento que é lembrada, sim, mas considerar que além da ancestralidade, esse conceito que dialoga diretamente com a noção de memória para sujeitos subalternizados, existe a decolonialidade, que propõe outro modelo de conhecimento, que não o mesmo de sempre, como o eurocêntrico, que ao libertar os sujeitos, os possibilitam a se movimentarem e a moverem autonomamente as estruturas vigentes. Cabe ressaltar que, isso não redireciona nenhum pouco a possibilidade de brancos- já que estamos a discorrer sobre racialidade- de falar sobre essas histórias, desde que a façam de maneira responsável. Observamos nesse contexto que, há uma nítida ausência de Marie Laveau em referências e também em narrativas, por ser mulher, por ser negra, logo, é necessário “observar a localização

dos grupos nas relações de poder” como orienta Patrícia Hill Collins (1997) citada por Djamilia Ribeiro (2017, p.61). Esse lugar de fala está sempre associado às categorias como gênero, classe, raça e tantas outras. Logo, não é o fato de autorizar ou desautorizar quem ou o que de falar, mas sim o de se ter consciência de “como está se falando, e de onde está se falando”. Deve haver uma compreensão crítica e lúcida para se abordar assuntos que envolvam a cultura afro-diaspórica.

A chave e os *sujeitos negros*: análise sobre a ausência, alienação, demonização e silêncio no filme A Chave Mestra (2005)

A Enfim, após apresentar a ancestralidade como um “conceito chave”, produções audiovisuais frutos de sujeitos comprometidos com a cultura afro-brasileira como os terreiros de candomblé no Brasil que através desses documentos reivindicam direitos à saúde e a memória, a importância de figuras como Marie Laveau e o *hoodoo* cuja a história fora apagada, todos esses embebidos de uma ancestralidade, essa que se estrutura em saberes e fazeres, chego a análise da narrativa e de alguns dos elementos constitutivos de culturas afro diaspóricas na África, no Brasil, em Cuba e no Egito, ausentes na narrativa. Nesse sentido, a primeira percepção/problema acerca da narrativa é o seu primeiro elemento central: **a chave**.

A chave, tem referências de diversas culturas, sendo elas das mais diversas. A primeira que destaco é a da Santeria, que em Cuba, é carregada por *Eleguá*, um dos *mais* importantes dos orishas nessa “*representado por uma criança, travesso, zombador e brincalhão*” (NASCIMENTO, 2017). A Santeria, é uma religião/cultura afro-cubana, que tem forte relação com o *Hoodoo*, e Eleguá orisha tem a chave enquanto seu instrumento, com o objetivo de abrir caminhos.

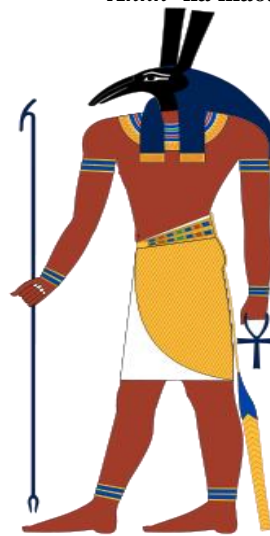
Figura 2 - Eleguá suas chaves, búzios e outros elementos.



Fonte: Pinterest³⁵

Considerada a chave da vida, o *Ankh* seria um símbolo de proteção, “*que liga o mundo dos vivos e dos mortos*”³⁶, carregada por Anúbis e Seth na iconografia egípcia. Essa referência simbólica é sagrada para o povo egípcio- a primeira inclusive na história da humanidade- nesse sentido tanto Anúbis quanto **Seth**, deuses egípcios a tem enquanto representação.

Figura 3 - Representação do Deus Seth com o um cetro e o *Ankh* na mão.



Fonte: Egito Antigo³⁷

No Continente Africano, para os nagô-iorubá, **Èṣù**, assim como também para o Candomblé no Brasil é um *óriṣà* (divindade da natureza) que também tem esse elemento como representação. Para os iorubá, e para o Candomblé no Brasil, Èṣù é o grande dinamizador, o deus da comunicação, que carrega um *Ogó* (falo), e em algumas outras *nações*- como são referidas casas de diferentes tradições- de culto afro-brasileiro- carrega uma chave. De todo modo, esses dois elementos tem o mesmo sentido: possibilitam que Èṣù, se transporte, tanto para o *Àiyé* (terra) quanto para o *Òrun* (espaço sagrado) e vice-versa, levando e trazendo mensagem para *Olórum* (Divindade suprema) segundo a

³⁵ Disponível em: <https://br.pinterest.com/tanyacandelaria/elegua/>. Acesso em: 23 set 2021

³⁶ Dicionário de símbolos,. *Cruz Ansata*. Significado de símbolos e sua simbologias.

Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/cruz-ansata/>. Acesso em:22 set 2021

³⁷ Disponível em: <https://www.egitoantigo.net/seth-deus-egipcio.html>. Acesso em: 23 set 2021

oralidade dos terreiros. Ilustrando nesse sentido, através de um provérbio iorubá, destaca-se as funções de Èṣù acerca desses elementos: *Èṣù matou um pássaro, ontem, com uma pedra que somente hoje atirou* (VERGER, 2002, Apud NOGUEIRA, 2020, p.61). Isso demonstrar o *Asé*- força vital/simbólica que constituem esse elemento de Èṣù: o de onipresença, segundo a sabedoria ancestral.

Figura 4 - Representação de Èṣù Bara com uma chave numa mão e outro elemento na outra.



Fonte: Picuki³⁸

Conforme observamos acima, para cada uma dessas culturas, a luz de suas iconografias existe uma conotação divina e de sociabilidade, justamente porque em cada uma delas existe uma relação que é intrínseca a própria vida dos sujeitos em questão. Porque dizer isso? Principalmente porque de alguma maneira, uma delas pela oralidade, esses/essas resguardam seus saberes e fazeres.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a chave foi carregada de sentidos ao longo dos anos, um deles, e o que se realiza costumeiramente seria o de abrir a porta. E, na maioria das vezes, salvo exceções, normalmente sabemos o que iremos encontrar do outro lado, quando estamos em nossa casa, mas quando não estamos é provável que tenhamos certa surpresa ao abri-la. A narrativa usa desse artifício, ou seja, da “surpresa”, para de alguma forma tornar a cena assustadora ao se deparar com que se vê. Não o é questionável esse ‘assustador’, até porque seria uma estranha entrando num espaço que não a pertence, mas a classificação da narrativa enquanto “terror”, como apresentadas nas

³⁸ Disponível em: <https://www.picuki.com/tag/orixamasculino>. Acesso em: 23 set 2021

plataformas de streaming, é absolutamente equivocada, principalmente porque trata de uma temática intrínseca e valorosa às culturas afro-diaspóricas, e o terror na maioria das produções audiovisuais retira a humanidades de seus personagens. De todo modo, a chave perde seu sentido ancestral como observamos através das culturas citadas acima.

Uma outra percepção/problema gira em torno dos personagens da narrativa fílmica: **os sujeitos negros**.

Para sustentar o argumento de que produções de documentos audiovisuais são instrumentos de lutas e reivindicações de direitos, realizo algumas leituras raciais e identitárias, que na narrativa fílmica são e estão muito marcadas pela face da “alienação” e do “silêncio”. Esses dois aspectos que encontram as/os personagens, irão se desdobrar em muitos outros, sobretudo em relação aos personagens principais *negros/negras*: Papa Justify, Mama Ceceli e Jill. Essas três personagens ocupam lugares de *subalternidade*, *fraqueza* e *demonização* que inclusive contrastam com a história de Marie Laveau.

A narrativa se dá em um contexto bucólico. No primeiro plano, aparece uma escultura de nossa senhora, referente a cultura cristã, mergulhada na escuridão, além de nos passar a ideia de que a casa é assombrada. E essas nuances “soam muito natural” no decorrer do filme, apenas com uma leitura criteriosa percebemos que a intenção é um tanto opressora. Nesta casa, vivem dois idosos brancos, tanto Ben Devereaux quanto Violet Devereaux. Ambos, recebem uma enfermeira chamada Caroline, para cuidar de um deles, e a mesma vive uma tensão do início ao fim. Para ela existe uma possível “forças das trevas” oriunda do *Hoodoo*, inclusive acometendo o idoso a qual a mesma estaria à cuidar. Caroline faz de tudo para “livrar Ben do mal” em que acredita.

Além disso, nos deparamos com algo muito importante que é o silêncio. Pensamos que Papa Justify e Mama Cecile estão mortos, mas no decorrer do filme percebemos que só a carne teria sido descartada- e isso por si só já é muito simbólico - mas a alma estaria intacta. O ritual que os dois fazem no passado é um *ritual de conjuração*, de imortalidade de sua alma. E para isso, os mesmos ocupam alguns corpos, nesse caso ele e ela ocupam o corpo dos filhos dos banqueiros, dos seus patrões durante a cerimônia. Logo, a alma que deveria está nos corpos dos *negros* queimados, passa a ocupar o corpo das crianças em vida. Ousaria dizer que, esses *sujeitos negros* fazem isso para não sofrerem mais e de certa forma se vingarem dos seus patrões. Ao ocuparem esses corpos, “poderiam falar e serem ouvidos”. Nesse sentido, na dimensão da posse, esses dois sujeitos teriam o direito finalmente de falar ao se apropriarem desses corpos? Observamos que não, o silêncio de

Papa Justify e Mama Cecile continuaria presente na narrativa do início ao fim acompanhado inclusive do branqueamento. “*A/o subalterna/o não pode, de fato, falar*”(SPIVAK, Apud KILOMBA, 2019, p.47).

O “*desejo do negro em tornar-se branco*” (FANON, 2008) pela maldade, sadismo perpetrado pelos seus algozes é nítido, mas ocupa um lugar também, em determinado momento, a alienação, justamente pela ideia de que “ tudo o que é branco é bom”. Logo, observamos isso no desejo de Papa Justify, que no filme é uma alma possante de um corpo branco. O mesmo deseja a todo custo ter uma mulher branca. Fanon (2008) problematiza isso em *Pele Preta Máscaras Brancas*, quando o mesmo afirma que “ *a parte mais negra da sua alma, através da zona de meias-tintas, se vê no desejo repentino de ser branco*” (FANON, 2008, p.69). Não diria repentino, nesse contexto ficcional, sobretudo porque, o inconsciente do homem negro, afetado pelo colonialismo fala mais alto, reafirmando o ódio de si mesmo, de sua própria existência, fazendo com que se coloque como um “não ser”, negando a si mesmo. Diferentemente de Mama Cecile, sua esposa, alma também apossante, que assume o corpo de Violet Devereaux, que de alguma maneira não se contenta com o fato de ter de se apossar novamente de um corpo de uma mulher branca ao final da narrativa, nesse caso da personagem Caroline.

Há um pano de fundo no filme também, em que desde o início da narrativa a mulher branca, nesse caso Caroline, é colocada enquanto mocinha - de praxe em filmes hollywoodianos-, em contraste como uma mulher corajosa, uma heroína, que irá livrar alguém do mal. Logo, mesmo que paire sobre ela: o medo, o terror e as tensões das mais diversas circunstâncias relacionadas ao *Hoodoo*, a mesma irá enfrentá-las. Por outro lado, sua amiga, nesse caso Jill, uma mulher negra, quem inclusive aparece de forma muito pontual na narrativa- mas uma vez o silêncio e *subalternidade* apresentados por Grada Kilomba-, é vista como uma mulher apavorada, que tem medo e teme enfrentar aquilo que conhece, quem nitidamente nega a sua própria ancestralidade, nesse caso o *Hoodoo*.

Ou seja, diante do exposto, o não-lugar, a qual inclusive nos apresenta Fanon (2008) ganha destaque nesta narrativa fílmica. Neste sentido, os personagens negros são distanciados de sua humanidade, e isso inclui não apenas seus corpos, mas também os aspectos simbólicos que os constituem: objetos e imagens. Por isso, a ancestralidade se faz tão importante, pois ela propõe uma outra perspectiva de mundo, sobretudo acerca das experiências de sujeitos negros e seus aspectos de sociabilidade. Há de considerar isso para que não se perpetue ainda, a ideia que Fanon (2008) em seu trabalho defendeu

quando citou obras cinematográficas em *Pele negra máscaras brancas*: “Ainda espero por mim no cinema”. Não há de se dá fala para quem quer que seja, principalmente à *sujeitos negros*, porque todos as tem, no entanto é preciso reconhecer quem é que está em cena? Como estão em cena? Como esses estão sendo lembrados? Tem de haver responsabilidade com corpos, símbolos e memórias ao serem produzidas em documentos audiovisuais, e aqueles que já passaram por todo esse processo, serem analisados de maneira criteriosa.

Orientações

A “naturalidade” com que algumas referências iconográficas, como é a “chave” para as culturas afro-diaspóricas e africanas, que são abandonadas na narrativa, acompanham o apagamento de figuras em suma fundamentais para se contar a história do *Hoodoo* em Nova Orleans, como de Marie Laveau. Cheguei a esse argumento porque caminhei com o conceito de ancestralidade desde o início. Ele me permitiu, com toda certeza a chegar a essas percepções/problemas. É importante ressaltar a ancestralidade, porque ela toca nesses assuntos, em que a colonialidade nunca deu conta, que foi de admitir a possibilidade de uma construção coletiva, amalgamada a outras perspectivas. Cito dois conceitos que também dialogam com essa lente: o de *pluriversalidade* (as diversas possibilidades filosóficas, históricas...) como nos ensina Mongobe Ramose (2011, p.10, Apud NOGUEIRA, 2012, p.64) e o de *afroperspectivismo* (associado a capoeira, aos terreiros, ao samba...) de Renato Nogueira (2011).

Não podemos nos abster de compreender de forma profunda documentos audiovisuais. Isso não quer dizer que, não tenhamos que lhe dá com as técnicas de armazenamento, preservação, descrição, apenas não podemos descartar o contexto, nesse caso a luz de questões sociais/raciais. O professor José Maria Jardim (2006, p.16) diz em uma entrevista que “*quanto menos refêns de uma Arquivologia prescritiva, mais teremos claro que há escolhas teóricas e metodológicas a serem produzidas e exercidas*”. Eu iria além, quanto menos refêns de uma Museologia, uma Biblioteconomia prescritiva, dentre outras áreas, seremos capazes de promover e sistematizar outras escolhas teóricas e metodológicas. Não existe uma receita de bolo. Deve existir sim, uma busca constante por conhecimento (s) das *margens* (SANTOS, 2002, p.244) para não cairmos na mesma cilada colonial: de destruição e apagamento de memória (s).

Filmes, vídeos, registros sonoros, e tantos outros documentos audiovisuais

precisam de outras leituras, principalmente racializadas, essa última inclusive emergente por parte dos/das profissionais que tratam e tem contato direto com esses materiais, dada as discussões sobre racismo não estarem superadas no âmbito das instituições de guarda de documentos. Senão levarmos essas pautas adiante, continuaremos tendo impactos desagradáveis no olhar de narrativas fílmicas, logo no acesso por parte dos expectadores/usuários/cidadãos a esses documentos, justamente porque, são eles quem os interpretam e reinterpreta. Documentos não são imparciais, neutros, isso deve ser cada vez mais destacado. Estamos na ponta enquanto estudantes e profissionais de arquivos, museus, bibliotecas, centros de documentação, dentre outros, logo precisamos nos *re-orientar* neste sentido e buscar caminhos pluridiversos e afroperspectivados para reparação das opressões causadas à população negra e à sua cultura que perduram até os dias atuais em instituições através de seus documentos, independente dos suportes.

REFERÊNCIAS

A CHAVE Mestra. Direção: Iain Softley. Produtores: Iain Softley, Daniel Bobker, Michael Shamberg e Stacey Sher. Estados Unidos. 104 min. Color. Ano: 2005.

ANTIGO, Egito. **Seth é o deus egípcio protetor/destruidor e do mal.** .[S.I.] 2019. Disponível em: <<https://www.egitoantigo.net/seth-deus-egipcio.html>>. Acesso em: 08 ago 2021

BENISTE, José. **Dicionário yorubá-português.** – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

BESOURO. Direção: João Daniel Tikhomiroff. Rio de Janeiro: Globo Filmes/Mixer/Teleimage, 2009, 90 min, 35 mm, cor.

BRASIL. Lei nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, 9 de janeiro de 2003. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em:

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Diário Oficial da União, Brasília, 16

jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 fev 2022

BRASIL. Lei 11.829, de 25 de novembro de 2008. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. **Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Diário Oficial da União, Brasília, 25 de nov. de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm#art2. Acesso em: 10 fev 2022.

CANAL Futura. **Agbará Dudu – Narrativas Negras.** Sinopse: Série documental ambientada nos terreiros e construída pelo povo de santo. Uma imersão na cultura afro-brasileira. Brasil. vídeo. color. 2020. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/agbara-dudu-narrativas-negras/t/cLC8wgtc6K/>. Acesso em: 21 set 2021

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Dicionário de Terminologia Arquivística (DIBRATE).** Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/publicacoes-tecnicas/37-publicacoes/26-dicionario-brasileiro-de-terminologia-arquivistica-dibrate.html>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CORDEIRO, Thiago. Marie Laveau, a feiticeira de Nova Orleans. **Superinteressante.** [S.I.] 26 jun 2017(publicado). 14 fev 2020(atualizado). Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/marie-laveau-a-feiticeira-de-nova-orleans/>. Acesso em: 01 Nov 2020.

CARDOSO, Julio Cesar. Entrevista com José Maria Jardim. **Arquivística.net** (www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.7-21, jan/jun. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56402>. Acesso em: 24 set 2021

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS: Significado de símbolos e sua simbologias. **Cruz Ansata.** [S.I]. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/cruz-ansata/>. Acesso em: 22 set 2021

DIA DA Criança Africana. **Portal Géledes.** [S.I]. 16 jun 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-16-de-junho-celebra-se-dia-da-crianca-africana/> . Acesso em: 23 set 2021

FUNDAÇÃO Palmares. **Breve Biografia de Mãe Beata de Yemanjá.** Brasília. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=26887. Acesso em: 21 set 2021

FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras brancas.** Trad. Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008 [1967]

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Editora Civilização Brasileira

S.A, 1967.

GLOBO Play. **Entrevista concedida por Mãe Beata de Yemanjá ao programa Espelho**. [Março. 2015]. Direção: Thiago Gomes. Entrevistador: Lazáro Ramos. Temp.10. Ep.03. Rio de Janeiro, 2015. Color. vídeo(25:00 min).

ILÊ Asé Omiojuarô. **ASIWAJU - O que vem à frente! - Olhares sobre cultura e Direitos humanos**. [19 set. 2020]. Miguel Couto- Nova-Iguaçu(RJ), 2021, youtube. vídeo(00:17:03min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MhCe_Ld_duo>. Acesso em: 22 set 2021

_____. **Campanha dos 35 anos do Ile Axé Omiojuaro pelos direitos humanos**. [22 Abr. 2020]. Miguel Couto- Nova-Iguaçu(RJ), 2021, youtube. vídeo(00:14:00min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TtCVIdO3neA>>. Acesso em: 22 set 2021

_____. **O Encanto de Ossain**. [22 abr. 2021]. Miguel Couto- Nova-Iguaçu(RJ), 2021, youtube. vídeo(00:13:11min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4qUgObuvzQ4>>. Acesso em: 22 set 2021

_____. **Projeto Alájò: Novos Paradigmas para uma Sociedade sem Racismo e Violência**. Miguel Couto- Nova-Iguaçu(RJ), 202. Disponível em: <https://ileaxeomiojuaro.com.br/projeto-alajo/>. Acesso em: 26 set 2021

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual archival terminology**. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/>>. Acesso em: 09 ago. 2021

LONG, C. M. Marie Laveau. **World Religions and Spirituality Project**. [S.I] 27 out 2017. Disponível em: <<https://wrlrels.org/pt/2017/10/27/marie-laveau/>>. Acesso em: 22 set 2021

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019

MÃE DE SANTO. Direção: Henrique Martins. Minisérie: Paulo César Coutinho. **Rede Manchete**. 1990.

NASCIMENTO, Silvia. Elégua o menino malandro: ancestralidade africana para as crianças em peça gratuita em São Paulo. **Mundo negro**. São Paulo, 6 jul. 2017. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/elegua-menino-e-malandro-ancestralidade-africana-para-criancas-em-peca-gratuita-no-centro-cultural-sp/>>. Acesso em: 08 ago 2021

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa** [livro eletrônico]. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pòlen, 2020. 160 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro)

NOGUEIRA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação (RESAFE)**, (18), 62–73,[S.I], 2012. Disponível em: <

<https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4523/4124> > . Acesso em: 06 ago. 2021

_____. Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas. : **Griot : Revista de Filosofia(online)**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1-19, 2011. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/500/222>>. Acesso em: 06 ago. 2021

OLIVEIRA, Eduardo David de. A epistemologia da ancestralidade. **Filosofia Africana: Textos diaspóricos**. [S.I.], 2009. Disponível em :<https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira__epistemologia_da_ancestralidade.pdf> . Acesso em: 22 set 2021

O PODER do Machado de Xangô. Direção: Paulo Gil Soares. **Globo Repórter**. Brasil. 43 min. Color. Ano: 1976.

RUFINO, Luis. O que pode Elegbara? Filosofias do corpo e sabedorias de fresta. **VOLUNTAS: Revista Internacional de Filosofia**, v. 10, ed. Especial (2019): Interfaces da Filosofia Africana Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39951/21311>>. Acesso em: 21 set 2021

REIS, Diego dos Santos. Re-ori-entar: Beatriz Nascimento e Mãe Beata de Yemonjá, historiadoras afro-atlânticas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 34, p. 841-863, nov. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/899>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. – Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017

SALLES, Alexandre de Salles. **Èsù ou Exu? Da demonização ao resgate da identidade**. Editora: Ilu Aiyê, 2001.

SANTOS, B. D. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de Ciências Sociais**. n.63, Outubro de 2002: 237-280. Disponível:<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS_63.PDF> Acesso em: 07 ago 2021

TUTANKHAMON, Museu. Anúbis - senhor do embalsamamento. **Museu Egípcio e Rosa Cruz**. 2020. Disponível em:<<http://museuegipcioerosacruz.org.br/anubis-o-senhor-do-embalsamamento/>>. Acesso em: 08 ago 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. **Resolução n°**. 198/2008, 2 de julho de 2008. Ementa: Estabelece o Ajuste Curricular do Curso de Graduação de Biblioteconomia e Documentação. Niterói: Conselho de Ensino e Pesquisa, 2008. Disponível em: <http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2008/198-2008.pdf>. Acesso em: 27 set 2021

YRONWODE, Catherine. Hoodoo, Conjure, and Rootwor: Terms Definition. **Lucky Mojo Curio Co.** Disponível em: <https://www.luckymojo.com/hoodoohistory.html>. Acesso em: 08 ag 2021

A COLISÃO ENTRE ANGOLA E UMA RELIGIÃO BRASILEIRA: BREVE REFLEXÃO SOBRE A CRISE E A RUPTURA NO INTERIOR DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Armindo Feliciano de Jesus

Resumo: Objetiva-se com esse trabalho identificar e analisar algumas características do imaginário moderno ocidental através das controvérsias públicas que envolvem a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Angola. Especificamente se busca entender Angola moderna a partir das narrativas sobre/da IURD durante a crise que se desdobrou em uma demanda por ruptura. Desse modo, apreendemos como os grupos identificados argumentam e se articulam em torno das controvérsias; perspectiva que nos possibilita analisar a associação entre os dispositivos neopentecostais e a construção narrativa emergente no projeto de nação moderna, democrática e liberal angolana.

Palavras-chave: Angola; pentecostalismo; modernidade.

Abstract: The aim of this work is to identify and analyze some characteristics of the modern imagination through public controversies involving the Universal Church of the Kingdom of God (IURD) in Angola. Specifically, it seeks to understand modern Angola from the narratives about/of the IURD during the crisis that unfolded into a demand for rupture. In this way, we learn how the identified groups argue and articulate around the controversies; perspective that allows us to analyze the association between neo-Pentecostal devices and the emerging narrative construction in the project of a modern, democratic and liberal Angolan nation.

Keywords: Angola; pentecostalism; modernity;

Contextualizando a controvérsia

No final do ano de 2019 se evidenciou a polêmica, quando no dia 28 de novembro um grupo de cerca de 300 bispos e pastores angolanos anunciou publicamente a ruptura com a direção central da Igreja Universal do Reino de Deus liderada pelo seu fundador bispo Macedo (ANGONOTÍCIAS, 22 jan. 2020). Entre as questões envolvidas nos debates sobre a ruptura estão acusações que abarcam o campo jurídico e moral. A crise gerou divisão no interior da IURD, com duas alas antagônicas conhecidas publicamente como *ala da reforma* e *ala brasileira*. Segundo a reportagem feita pela Televisão Pública de Angola (TPA) houve um abaixo assinado com a participação de cerca de 300 pessoas – entre bispos e pastores – da ala da reforma exigindo a expulsão dos líderes brasileiros, não apenas da instituição religiosa, como também do país (informação verbal)¹. Discriminação, humilhação, violação da integridade física – com a submissão à prática de vasectomia de forma compulsória – e evasão de recursos financeiros são categorias de acusação que compõem a narrativa da ala da reforma.

Por outro lado, a ala brasileira alega serem infundadas tais acusações, que segundo a liderança da IURD Brasil, são orquestradas por ex-bispos e ex-pastores desligados da igreja em razão de condutas impróprias. A ala brasileira aponta a xenofobia como uma das categorias de acusação; narrativa que mobilizou alguns atores sociais e políticos além-fronteiras. Nisso, foram registrados alguns desconfortos diplomáticos entre Brasil e Angola. Segundo o deputado federal brasileiro, Eduardo Bolsonaro (TERRA 17 jul. 2020), estaria havendo, em Angola, desrespeito à liberdade religiosa, de imprensa e direitos humanos em meio às agressões e expulsões de pastores e bispos brasileiros ligados à IURD. Embora o deputado tenha usado as redes sociais na *internet* para demonstrar sua preocupação e fazer suas alegações, a harmonia diplomática entre as duas nações não deixou de sofrer alguns pequenos “arranhões”.

O presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, também enviou, num tom mais conciliador, uma carta ao presidente de Angola João Manuel Lourenço, na qual expressou sua preocupação em velar pelos direitos dos brasileiros no país africano (GONÇALVES, 13 jul. 2020). Diante da acirrada disputa, a Procuradoria Geral da República (PGR) de Angola decidiu, no mês de agosto de 2020, interditar os templos da IURD em Angola. Oficiais da PGR, do Serviço de Investigação Criminal (SIC) e do Instituto Nacional para Assuntos Religiosos (INAR) selaram várias catedrais da IURD nos municípios de Viana, Talatona e Luanda. Segundo a reportagem feita pela

Angop tv, o representante do Ministério Público justificou que a apreensão dos templos se deve à indícios de que tais imóveis estejam relacionados à práticas suscetíveis de configurar crime (informação verbal)². Entre as supostas práticas criminosas constam: associação criminosa, branqueamento de capitais, exportação ilícita de capitais e outras.

Tal decisão tem gerado pouco alvoroço no espaço físico público angolano, talvez em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid 19³. Os espaços virtuais *online* registram maiores agitações advindos de variados grupos. Alguns fiéis da IURD passaram a manifestar posições dúbias em relação ao funcionamento da igreja no país. Dizem apoiar a doutrina iurdiana, mas são visceralmente contrários à organização administrativa da igreja como instituição.

Membros das igrejas pentecostais e protestantes históricas passaram a tecer opiniões no sentido de distanciar a IURD de suas denominações. Lembrando que a IURD já havia causado a interdição de várias igrejas pentecostais, quando no dia 31 de dezembro de 2012, organizou um *megaculto* chamado “O dia do fim”, resultando num incidente com 16 mortes e dezenas de feridos (DEJESUS, 2018).

A reportagem especial feita pela Televisão Pública de Angola (TPA) no dia 06 de agosto de 2020 foi crucial, fazendo com que grande parte da opinião pública angolana apoiasse a ala da reforma. Tal reportagem sinalizou implicitamente a posição do governo angolano em relação à polêmica. Uma posição confirmada pela fala do presidente da República – João Lourenço – em uma sessão na Assembleia Nacional:

[...] não devemos permitir que algo que é sagrado e de grande responsabilidade como é a religião e o bom nome de Deus seja banalizado, profanado e se torne num negócio das almas sem regras nem princípios [aplausos de maioria dos presentes]. Toda sociedade está desde já convidada a se mobilizar e a ser parte ativa desta luta (informação verbal)⁴.

A estratégia adotada pela ala da reforma foi moldada por uma perspectiva nacionalista. Membros da ala da reforma passaram a exibir a bandeira da República de Angola durante as manifestações em frente e no interior dos templos principais de Luanda. Tal estratégia suscitou a criação de uma dicotomia imaginária – estrangeiros x nacionais –, reforçando assim a ideia de exploração, que acabou levantando discussões sobre o que podemos chamar de “tendências neocoloniais”.

A perspectiva nacionalista seduziu parte dos campos político, jornalístico e intelectual, que passaram a olhar a IURD como uma instituição exploradora e sem comprometimento com o desenvolvimento da nação. A reportagem feita pela TPA no mês de agosto enfatizou a suposta falta de comprometimento com o desenvolvimento da nação. Segundo depoimentos feitos durante a reportagem, a IURD não construiu nenhum

hospital ou escola em 28 anos de funcionamento em Angola.

A ala da reforma criou uma Comissão da Reforma, tendo como coordenador o bispo angolano Valente Luis Bezerra. Foi realizada, no mês de julho de 2020, uma Assembleia Geral extraordinária em que a Comissão da Reforma estabeleceu algumas mudanças no corpo diretivo da Instituição religiosa em Angola. As decisões tomadas pela Comissão da Reforma, depois de algumas tentativas, se tornaram jurídica e politicamente legítima. O jornal O PAIS (24 dez. 2020, p. 10) fez a seguinte publicação:

O Instituto Nacional para Assuntos Religiosos (INAR), instituição afecta ao Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, reconheceu, recentemente, Valente Luís na liderança da Comissão de Reforma com base na Acta da Assembleia-Geral Extraordinária de 24 de junho. O INAR declara que, para efeitos de legalidade da liderança da IURD, é suficiente o Diário da República, III Série, número 129, de 26 de Novembro de 2020, emitido pelo Cartório Notarial de Luanda. O boletim oficial do Estado confirma a eleição dos representantes da IURD Angola e confere poderes ao coordenador da Comissão de Reforma, Valente Bezerra Luís, para representar a igreja nos vários organismos estatais, associações civis, públicas e privadas, bem como negociar, receber bens, meios e serviços conexos.

A ala brasileira enviou uma nota ao Jornal de Angola com a seguinte posição:

[...] Igreja Universal do Reino de Deus, liderada pelo bispo Honorilton Gonçalves, reconhece a veracidade do ofício emitido pelo Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos (INAR), que reconhece a Comissão da Reforma como a legítima representante da IURD em Angola. Confirma-se que o ofício nº 219/GDG-INAR/2020 foi de facto emitido pelo INAR”, refere a nota, que, no entanto, não reconhece competências desta instituição tomar esta decisão à luz do Decreto Presidencial nº 237/19, de 29 de julho (JORNAL DE ANGOLA, 23 dez. 2020, p.32)

Segundo o Jornal de Angola (24 jan. 2021), 62 pastores e 23 conselheiros da IURD Angola assumiram suas funções no dia 23 de janeiro de 2021 em Luanda, depois da cerimônia de posse organizada pela Comissão da Reforma que atualmente está no controle de mais de 200 templos. O angolano Antônio Miguel Ferraz, então vice-presidente da IURD na ala brasileira, também foi nomeado para assumir um dos templos mais prestigiados de Luanda (O PAIS, 24 dez. 2020). Mas não há notícias precisas sobre sua aceitação ou negação do cargo. O assessor para assuntos eclesiais e institucionais da Comissão da Reforma bispo Felner Batalha confirmou ao Jornal O PAIS a nomeação de integrantes da ala brasileira para compor a IURD Angola, dizendo que: “a missão da nova direção é também reconciliar a igreja, e precisamos fazer com atos como este” (O PAIS, 24 dez. 2020, p.10).

A IURD Angola neste momento funciona administrativamente, pois goza de legitimidade jurídica e política, mas parece não atestar ainda sua legitimidade entre os fiéis e parte da sociedade em geral, visto que vários templos permanecem inacessíveis

em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid 19.

Perspectiva metodológica para analisar as controvérsias.

A crise na IURD em Angola apresenta subsídios que possam nos auxiliar na compreensão das questões referentes ao processo de intervenção religiosa na esfera pública. Tais subsídios atestam o crucial papel da religião na estruturação da modernidade ocidental. Por isso é importante nos atermos às análises históricas dos movimentos religiosos, visando compreender a dinâmica da transnacionalização do pentecostalismo protestante, que segundo alguns estudos apresentam características diversas (FREESTON, 1999; SILVA; RODRIGUES; 2014; GRACINO JUNIOR, 2016).

Para discutir a religião como categoria socialmente relevante, recorreremos ao uso da controvérsia *pública* como categoria analítica. A noção de controvérsia, embora muito difundida pelos estudiosos britânicos dos *new religious movements* (NRM) (BECKFORD; RICHARDSON, 2003), aqui apresenta a mesma finalidade usada por Emerson Giumbelli (2002), que consiste na observação e análises das polêmicas públicas “que se constituem em torno e a propósito de grupos identificados, sob algum ponto de vista, como religiosos” (GIUMBELLI, 2002, p.18).

O estudo das controvérsias se deu através do acesso aos documentos, matérias de jornais, revistas *online* e aos interlocutores que estão imerso no debate público. Recursos tecnológicos nos permite, através de ferramentas como *Facebook* e *WhatsApp*, fazer uma etnografia que possibilite a aproximação virtual do pesquisador. As redes e mídias sociais virtuais nos possibilitam não apenas entrevistar os atores sociais, mas também observar e acompanhar alguns desdobramentos, pois recebemos alguns vídeos simultâneos aos acontecimentos. Essa possibilidade metodológica visa à concepção antropológica através das múltiplas narrativas provenientes dos múltiplos lugares da cidade de Luanda.

Para alcançar nosso objetivo foi imprescindível a contribuição de alguns autores pós-coloniais, que com suas abordagens atestam certa relevância crítica nas análises sobre os conceitos *dados* que, em alguns casos, suscitam uma visão essencialista. Talal Asad (2003), por exemplo, ao adotar a perspectiva genealógica, permite uma problematização ampla acerca da ideia de secularização que evidentemente permeia todos os estágios do processo de modernização ocidental. Sua problematização em torno do conceito de religião se torna inspiradora na medida em que adotamos um país africano como território cultural a ser pesquisado.

As construções narrativas em meio às controvérsias evidenciam o papel dos

dispositivos neopentecostais no processo de transformação cultural. Pensamos o termo dispositivo como uma categoria analítica que explica o conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados (AGAMBEN, 2009). Nesse sentido, os dispositivos operam para “orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar, e assegurar gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2009, p.12).

Analisamos o neopentecostalismo como uma corrente pentecostal inovadora que apresenta a IURD como um de seus grandes expoentes. Uma corrente religiosa com características intervencionistas que, de certa forma, rompe com os tradicionais sectarismo e ascetismo (MARIANO, 2014). O neopentecostalismo é visto aqui como um dispositivo capaz de construir subjetividades associadas ao sistema valorativo do estado e do mercado.

A crise na IURD em Angola ilustra os aspectos modernizantes na dinâmica pentecostal caracterizada pela associação ao neoliberalismo. Esses aspectos modernizantes são consubstanciados pela “produção de subjetividade „contábil“ [e] pela produção de concorrência sistemática entre os indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.30). Com isso, é necessário desconsiderar alguns rótulos binários e dicotômicos – religioso *versus* secular e tradicional *versus* moderno – provenientes de categorias prontas. No entanto, entendemos, tal como Asad (2003), que ações seculares não pressupõem necessariamente ausência dos preceitos religiosos. Tal evidência epistemológica nos permite estudar a modernidade, não representando uma ruptura com o passado, nem como um “objeto verificável” (ASAD, 2003, p.12), mas sim como um construto de narrativas que geram sentidos às instituições.

Entendemos que a perspectiva modernizante iurdiana se dá em torno da noção de agência, que no quadro entendido como secular representa a perspectiva de ação. Embora Asad (2003) concorde com ideia de agência como capacidade de fazer história, sua função não é essencialmente inerente ao homem/mulher, pois sua manifestação depende da construção e anulação de sujeitos em lugares específicos. No entanto, a noção da agência como capacidade de fazer história está associada às narrativas que produzem sensibilidades para adequação e transformação das instituições na modernidade. A demanda por ruptura no interior da IURD evidencia a relação entre os dispositivos neopentecostais e a agência neoliberal, como veremos adiante.

Problematizar o conceito de agência é, ao mesmo tempo, pensar sobre as relações de poder atreladas ao imaginário moderno. Entretanto, a religião como elemento que, de

certa forma, oferece substância à doutrina política do secularismo se torna preponderante nas relações e distribuição de poder na contemporaneidade. Entendemos que a melhor maneira de abordar a relação entre religião e a doutrina política e econômica do secularismo é analisar a IURD através do conceito de “religião pública” (CASANOVA, 1994). A IURD como religião pública se apresenta como mais um órgão nos espaços e territórios socialmente construídos, cuja função é, em muitos casos, produzir sensibilidades e comportamentos que atendam o quadro secular. É nesse contexto em que as abordagens de José Casanova (1994) se fazem pertinentes, pois o autor aponta para um importante paradoxo da contemporaneidade:

Enquanto a religião tem se tornado cada vez mais privatizada no mundo moderno, temos testemunhado simultaneamente o que parece um processo de „desprivatização“ da religião (CASANOVA, 1994, p. 41 traduções e grifo nosso).

O reconhecimento de tal paradoxo suscita interesse em pesquisar as ações do que podemos chamar de agência individual no interior das instituições religiosas, levando em consideração sua interação com o espaço público. Em meio a esse paradoxo, entendemos como os dispositivos neopentecostais fornecem elementos para atualizar a sociedade angolana no cenário neoliberal. Um cenário que forja as transformações culturais voltadas para a ocidentalização de Angola. É nesse sentido que entendemos que a crise na IURD, caracterizada pela demanda e concretização da ruptura no interior da instituição religiosa, aponta para uma possível articulação entre os dispositivos neopentecostais e a adequação da sociedade angolana num viés neoliberal.

A ruptura como sinal de novas subjetivações

A Nossa pesquisa mostra que a demanda por ruptura na IURD ilustra o êxito da operação dos dispositivos neopentecostais em Angola. Os dispositivos neopentecostais estimulam a formação da agência neoliberal supostamente necessária para concretização do que seria o Estado moderno. Entendemos que, por intermédio dessas noções do imaginário moderno, os discursos produzidos em meio à polêmica tendem a demonstrar como o proselitismo iurdiano converge com as reformas estruturais adotadas pelo Estado angolano a partir de 1992. Tal evidência advém da dissertação de mestrado (DEJESUS, 2018), na qual se constatou que a IURD surge em Angola num importante cenário de transição política, quando a crise no regime socialista demandou reformas constitucionais voltadas para a “reconstrução nacional” num viés econômico liberal. Nisso, entende-se que as ações e relações da IURD em Angola, mais especificamente na cidade de Luanda,

demonstram o insistente papel da religião como “reformador cultural”, através das alterações nas identidades individuais.

No caso angolano a implantação das políticas neoliberais seguiu subtraindo alguns elementos que de certa forma continuam impossibilitando a produção do que Dardot e Laval (2016, p.16) chamam de “certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver e certas subjetividades” próprias do neoliberalismo. O insistente autoritarismo ao lado de seu conseqüente acompanhante, o paternalismo, seguiu inibindo o crescimento do livre mercado angolano. As subjetividades próprias do neoliberalismo da qual Dardot e Laval fazem referência suscitam a formação de uma espécie de *habitus* em que o indivíduo aparece desprendido de uma gerência externa. Entendemos que os dispositivos neopentecostais facilitam o aparecimento desse “tipo de indivíduo” em Angola.

A demanda por ruptura, a nosso ver, indica que essas subjetividades e maneiras de viver a que os autores mencionam foram e continuam sendo bem desenvolvidas no interior da IURD. O discurso doutrinário, pedagógico e disciplinar da IURD tem criado sensibilidades que de certa forma aceleram o aparecimento de novas condutas, escolhas e práticas entre os indivíduos em Angola. Esses são elementos que, a nosso ver, estão intrinsecamente ligados a um quadro de *governamentalidade* neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) que transcende o campo religioso, mas que não subestima seu importante papel.

Essa *governamentalidade* neoliberal, embora arranjado ideológica e normativamente, repousou no indivíduo de uma forma sem precedente. No entanto, novas condutas e práticas no interior da conjuntura econômica são subjetivamente concebidas como formas de aspiração à liberdade. No caso angolano, essas novas condutas emergem das tramas vividas nas camadas pobres.

Essas tramas, no caso angolano, são formadas de acordo as demandas concretas que surgem principalmente nas periferias sociais e territoriais. Elas refletem às Demandas que estão intimamente ligadas aos aspectos econômicos e de reconhecimento de cidadania ou/e de humanidade. Assim, me parece que a fundição entre os aspectos morais e econômicos forma uma espécie de trampolim cuja função subjacente é o reconhecimento. A IURD com seu papel disciplinador e mobilizador, fornece elementos para uma reivindicação organizada no sentido de impulsionar os indivíduos ao sistema valorativo do Estado e do mercado.

Interessa apontar algumas categorias usadas pela ala da reforma em seus discursos acusatórios, que são: reforma, negociação, abandono e humilhação. Nota-se que se trata

de categorias muito usadas nas reivindicações de direitos trabalhistas nos países que apresentam estágios de capitalismo mais desenvolvidos. Devoção, respeito e lealdade se tornam insuficientes para cobrir as incoerências na própria estrutura organizacional e capitalista da IURD em Angola. Isso em razão do aparecimento do “homem empresarial” que emerge no neoliberalismo e passa a ser mais objetivo, direcionando seus cálculos para aspectos mais individuais. Seu comportamento econômico se destaca; um comportamento que segundo Israel Kirzner (2005, p.12 apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145), “[...] consiste [...] na vigilância das mudanças de circunstâncias, anteriormente despercebidas, que lhes permitem tornar a troca mais proveitosa do que era antes”. Esse “homem empresarial” é resultado do processo de construção subjetiva neoliberal empreendida pelos ensinamentos iurdianos.

A porta voz da ala da reforma, em declaração à Televisão Pública de Angola (TPA) frisou:

[...] não existe qualquer tipo de negociação com a outra ala, não existe negociação porque foi dada a oportunidade [para eles] no princípio, depois de ter sido despoletado a situação em 28 de novembro do ano passado [2019] (informação verbal)⁵.

Entende-se com essa fala que não se trata de um simples “levante dos descontentes”, mas sim de um projeto estruturado de reforma que exige radical ruptura, algo muito comum no movimento religioso e cultural protestante. Nisso, percebemos que as narrativas que sustentam o projeto de ruptura são fortemente consubstanciadas em torno de um elemento historicamente muito caro aos protestantes: *trabalho*.

Em outra entrevista cedida por um pastor expulso pela IURD Brasil, que busca ser recompensado com uma possível indenização, notou-se a emergência do comportamento econômico mencionados por Dardot e Laval (20016). O pastor, conhecido por Domingos, disse:

[...] são quase vinte anos de pastor que eu estava nessa instituição [IURD], vocês [IURD] me tiraram da escola, entrei naquele tempo de guerra. Fui em muitas províncias [...], eu dei a vida por essa igreja, não tenho nada, falei mesmo assim, estou sendo sincero com vocês, não tenho nada. Mas eu quero que vocês [IURD] me dão esse carro pequeno e me dão pelo menos no mínimo um milhão de kwanzas [em torno de 1300 dólares] para eu fazer negócio. Não aceitaram, [disseram] não, você não vai levar o carro e não temos dinheiro pra te dar (informação verbal)⁶.

Essas percepções que atendem os aspectos trabalhistas e econômicos foram estimuladas pelos dispositivos neopentecostais fomentados no interior da própria IURD. Confere-se, nesse processo de ruptura, uma sofisticada organização e mobilização fora do comum na sociedade angolana. Pois importa mencionar que situações de humilhação,

abandono e exploração são vivenciados em quase todas as instituições – públicas e privadas – angolanas. Direitos civis e trabalhistas ordinariamente atendidos nos países capitalistas mais desenvolvidos são frequentemente ignorados em Angola. Isso em razão da cultura autoritária e paternalista sobrepor-se à estrutura normativa do Estado ao longo dos anos.

No entanto, vemos que a demanda por ruptura na IURD em Angola evidencia a imbricação entre o religioso e o secular; imbricação essa inerente à religião pública analisada por Casanova. Nessa crise destacamos, portanto, o protagonismo da “agência neoliberal”, que acaba reorganizando “as noções de *liberdade*, *calculo* e *obediência*, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva” (GAGO, 2018, p.17 grifos do autor). Ou seja, a demanda por ruptura reflete os efeitos da dinâmica modernizante no interior da IURD.

A crise na IURD em Angola fornece elementos que desmistificam a ideia de que os dispositivos neopentecostais funcionam de cima para baixo, persuadindo e alienando indivíduos tomados por uma racionalidade puramente religiosa. Trata-se de um novo agenciamento de subjetividades dos fiéis caracterizado por uma “fé racional”. Segundo Mariana Côrtes, a “fé racional” funciona para:

[...] estabelecer uma nova relação de si para consigo, que implica racionalizar a vida cotidiana, cumprir desafios, estabelecer metas, trabalhar para a criação de si próprio como um capital humano que deve ser sistemática e infinitamente valorizável (CÔRTEZ, 2018, p.35).

A “fé racional” está além das fronteiras religiosas, sendo que alguns de seus componentes éticos advêm dos estágios elevados do capitalismo. Por isso entendemos ser necessário empreender um esforço intelectual diferente de Weber (2004 [1905]); ou seja, ao invés de estudarmos o campo religioso para explicar a formação do campo econômico, convém primeiramente analisar as transformações no mundo econômico. Portanto, entendemos que a perspectiva neopentecostal suscita rupturas e concorrências nos moldes neoliberais, contribuindo para o surgimento de novas relações sociais e econômicas na sociedade angolana.

Representações e percepções morais sobre a IURD

O obreiro iurdiano angolano, que optamos por chamá-lo de Manuel, nos cedeu uma entrevista no dia 08 agosto de 2020, nos permitindo apreender algumas percepções sobre a IURD em Angola. Através do uso das redes sociais *online* (*whatsApp*), Manuel disse: “não sou a favor das práticas erradas, mas também não sou a favor da dissolução da

IURD”. Manuel condena os supostos crimes cometidos pela IURD brasileira, mas também atesta a relevância da igreja na sociedade angolana. Há, no entanto, a distinção entre os aspectos doutrinários e a organização administrativa da instituição religiosa, que segundo Manuel funciona como uma empresa.

A fala de Manuel situa a crítica na estrutura capitalista da igreja, que, segundo alguns depoimentos, acaba explorando os membros e fiéis nacionais. A entrevista no programa “na lente” da TPA, cedida pelo ex-pastor de nome Mavinga enfatiza implicitamente os aspectos trabalhistas considerados inadmissíveis no quadro legal neoliberal. Segundo Mavinga,

Falam muito de alma, mas quando uma pessoa não se alia aos interesses deles [IURD] a pessoa é esquecida. Há uma grande decepção porque desde cedo nós acreditamos neles, nós demos nosso voto de confiança, tudo que nos mandavam fazer nós fazíamos, até metas grandes nas igrejas nós fazíamos. Há uma igreja que eu estava em que por mês era um milhão e duzentos mil kwanzas, eu apresentava. Poderiam reconhecer esse esforço, o que eu acho é que eles não têm consideração.

A entrevista cedida por Mavinga, que parecia visivelmente enfermo, comoveu grande parte dos angolanos, pois consistia em dois elementos chaves: o moral e o econômico. O elemento moral aqui aparece atrelado à agência, que tem como finalidade eliminar o sofrimento no cenário secular, como frisou Asad (2003). Essa agência, como empoderamento ativado voltado para as questões econômicas, foi de certa forma moldada no interior da IURD. Trata-se da construção de agência pautada na fé inteligente muito defendida pelo seu líder máximo no Brasil. A fé racional defendida pela IURD parece estar intimamente ligada a uma moral econômica, que não é condicionada unicamente pela religião, bem na perspectiva weberiana (FREUND, 2003). Trata-se efetivamente da noção de “fé em ação”, como interpretou Edlaine Gomes (2001), uma fé que tem seu encadeamento fora do campo religioso.

Entendemos que a fé inteligente propaga implicitamente os valores liberais na sociedade angolana, haja vista a pesada ênfase na ação do indivíduo no sentido de se diferenciar dos demais. O que demonstra que a fé inteligente tem como base alguns valores fundamentais do neoliberalismo. Entretanto, trata-se, grosso modo, da adoção – por parte dos fiéis – de princípios morais, econômicos e, até certo ponto, políticos que valorizem a autonomia individual na busca da satisfação quanto às coisas inerentes à vida social.

Considerações finais

A Igreja Universal do Reino de Deus representa a ambição do pentecostalismo em intensificar o movimento de reformas (ORO; CORTEN; DOZON, 2003). Para isso ela passa a agir como igreja transnacional, atingindo de maneira impactante as sociedades antes consideradas remotas. Com isso, passamos a considerar os dispositivos neopentecostais como uma engrenagem facilitadora da nova estrutura sócio econômica de Angola. Sendo assim, consideramos a demanda por ruptura como êxito na operação dos dispositivos neopentecostais e não como uma experiência que representa o fracasso iurdiano em Angola.

A demanda por ruptura no interior da IURD sinaliza as transformações culturais voltadas para o que Dardot e Laval (2016) chamam de “subjetivação contábil e financeira”, que segundo eles trata-se da forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. No entanto, não há negação do proselitismo iurdiano brasileiro, mas sim de sua gestão administrativa, que insiste em preservar hierarquizações estranhas ao teórico regime de meritocracia capitalista.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporaneidade? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ASAD, Talal. *Thinking about Secularism*. In *Formations of the Secular: christianity, Islam, modernity*. Stanford University Press. Stanford, California, 2003, p.03-17.

BECKFORD, James A.; RICHARDSON, James T. *Challenging Religion*. London and New York: Routledge, 2003.

CASANOVA, José. *Public religion in the modern world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CORTÊS, Mariana. *O dispositivo pentecostal e a agência dos governados*. Em *Debate*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.31-38, abril 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJESUS, Armando Feliciano. *A igreja Universal do Reino de Deus em Angola: representações e perspectivas modernizantes na província de Luanda*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Candido Mendes, Instituto Universitário

de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, 2018, p.58-61.

FRESTON, Paul. *A Igreja Universal do Reino de Deus na Europa*. Lusotopie, 1999, pp. 383-403. FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GAGO, Verônica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018, p.15-34.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002, p.17-24.

GOMES, Edlaine de Campos. *A era das catedrais: a autenticidade em exibição*. – Rio de Janeiro : Garamond, 2011.

GONÇALVES, Eduardo. *Bolsonaro se envolve em disputa de Igreja Universal em Angola*. VEJA, 13 jul., 2020. Disponível em: veja.abril.com.br/?s=bolsonaro-se-envolve-em-disputa-da-igreja-universal-em-angola&orderby=data. Acesso em: 16 fev., 2021.

GRACINO JUNIOR, Paulo. *“A demanda por deuses”: globalização, fluxos religiosos e culturais locais nos dois lados do atlântico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

IGREJA Universal do Reino de Deus poderá encerrar atividades em Angola. ANGONOTÍCIAS. 22 jan. 2020. Disponível em: angonoticias.com/artigos/item/63590/igreja-universal-do-reino-de-deus-podera-encerrar-as-atividades-em-angola. Acesso em: 16 fev., 2021.

MANAÇA. Milton. *Vice-presidente da ala brasileira integra Comissão de Reforma da IURD*. O PAIS. Edição n.º 2061, 24 dez. 2020.

MARIANO. Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. – 5 ed. – São Paulo: edições Loyola, 2004.

ORO, A. P.; CORTEN, A.; DOZON, J. *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. – São Paulo: Paulinas, 2003.

PRESSÃO de Bolsonaro e parlamentares para ajudar a Igreja Universal em Angola. Terra, 17 jul., 2020. Disponível em: terra.com.br/noticias/brasil/politica/a-pressao-de-bolsonaro-e-parlamentares-para-ajudar-a-igreja-universal-em

angola,ed8d343f8813b81a193bc23184736d47ae5bc8k.html. Acesso em: 16 fev., 2021.

QUILULA, Alberto. *62 pastores entram em acção na IURD*. Jornal de Angola. Ano 45 n.º 16243, 24 jan. 2021, p.09.

RODRIGUES, D.; SILVA, M. *Imigração e pentecostalismo brasileiro na Europa: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus*. Revista Angolana de Sociologia. n. 13, 2014, p.97-113.

SIBI, Andre. *Igreja Universal declara o fim do materialismo*. Jornal de Angola. Ano 45 n.º 16213, 23 dez. 2020.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Notas

¹ TPA, 29 nov., 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1vccNu9DIqo>. Acesso em: 17 fev., 2021.

² Reportagem feita pela Angop TV, 14 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CZCkHNRjRjQ>. Acesso em: 17 fev. 2021.

³ No mês de dezembro de 2019 houve a identificação de um novo coronavírus (SARS-CoV-2) denominado COVID-19. De acordo o Ministério da Saúde do Brasil, trata-se de uma doença que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. As primeiras transmissões da doença foram registradas na China, tomando rapidamente proporções globais.

⁴Fala do Presidente da República João Manuel Lourenço durante uma sessão na Assembleia Nacional. Luanda, TPA, em 28 de jun., 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YsCWbapsXD4&feature=youtu.be&fbclid=IwAR02XdKuaK2ZX4JxGxQ-TJSnzgoSxaswv_Gw2b-q7cgxYRwECicFreqatBo.

⁵Fala de Nilton Ribeiro, porta voz da ala da reforma. Luanda, TPA, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/TelevisaoPublicadeAngola/videos/2409845492489148>.

⁶Fala do pastor angolano Domingos Paulo. Luanda, TPA, 06 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D13-YaeJ6yM&t=170s>.

⁷ Trecho da entrevista realizada pela TPA no programa “na lente” que foi ao ar no dia 07 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D13-YaeJ6yM&t=2301s>. Acesso em 19 jun. 2021.



EXPERIÊNCIAS DE DIFUSÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NO CONTEXTO DO LABORATÓRIO CDOC - ARREMOS (2019 -2021)

André Felipe Paiva dos Santos³⁹

Resumo: O conceito de difusão em arquivos ainda é alvo de discussão na literatura arquivística. Ideias como acesso à informação, disseminação da informação, mediação cultural e divulgação científica permeiam o conceito de difusão e são alvo de amplo debate. Entretanto, um ponto em comum é a abordagem da difusão a partir do olhar institucional, tendo as instituições arquivísticas como principais agentes no processo de difusão de seus documentos. A partir de um olhar que tende ao comunitário e da reflexão do conceito de difusão de documentos tendo como sujeito outros agentes que não estão inseridos no núcleo das instituições de guarda documental, este trabalho visa relatar as ações de difusão realizadas no Laboratório Multidimensional de Estudos em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), entre os anos de 2019 e 2021 a partir da experiência de extensão universitária. Como resultado, identificamos que as ações de difusão de documentos no contexto da extensão universitária nos permitiram refletir acerca da apropriação dos arquivos por parte de sujeitos e comunidades, além da importância das ações de mediação cultural e educativa. Nesse sentido, é possível afirmar que a difusão de documentos se trata de uma atividade fundamental tanto por parte dos agentes institucionais quanto por agentes sociais, ONGs, comunidades e indivíduos que se identifiquem com a prática de organização e preservação de seus documentos

Palavras-chave: Difusão de Documentos. Mediação Cultural. CDOC-ARREMOS.

Abstract: The concept of diffusion in archives is still the subject of discussion in archival literature. Ideas such as access to information, information dissemination, cultural mediation and scientific dissemination permeate the concept of dissemination and are the subject of wide debate. However, a common point is the approach to diffusion from an institutional perspective, with archival institutions as the main agents in the process of diffusing their documents. From a perspective that tends to the community and the reflection of the concept of document dissemination having as subject other agents who are not inserted in the core of document custody institutions, this work aims to report the dissemination actions carried out in the Multidimensional Studies Laboratory in Documentary Culture, Religion and Social Movements (CDOC-ARREMOS), from the

³⁹ Arquivista e Museólogo. Mestre em Ciência da Informação (PPGCI IBICT/ECO-UFRJ). Bolsista de Apoio à Difusão do Conhecimento CNPq-Fiocruz.



Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), between 2019 and 2021, based on the experience of university extension. As a result, we identified that the actions of document dissemination in the context of university extension allowed us to reflect on the appropriation of files by subjects and communities, in addition to the importance of cultural and educational mediation actions. In this sense, it is possible to affirm that the dissemination of documents is a fundamental activity both by institutional agents and by social agents, NGOs, communities and individuals who identify with the practice of organizing and preserving their documents.

Keywords: Document Diffusion. Cultural Mediation. CDOC-ARREMOS.

Introdução

A difusão de documentos arquivísticos é uma discussão cada vez mais relevante no campo da Arquivologia Contemporânea. Comumente aplicado aos documentos em que são atribuídos o chamado valor secundário (SCHELLENBERG; 2002), ou seja, aqueles que em virtude de seu caráter informativo, científico, cultural ou histórico são destinados à guarda permanente, o conceito de difusão permite explicitar e ampliar as possibilidades de apropriação dos documentos pela sociedade, contribuindo para o cumprimento (em tese) da função social dos arquivos.

Embora as instituições arquivísticas públicas – bem como algumas instituições de natureza privada – atuem como protagonistas na difusão de seus arquivos, também é necessário considerarmos que o universo da difusão engloba a presença de agentes para além do campo institucional. A partir de uma visão macro, a difusão pode abarcar não só as instituições de guarda documental, mas também a ação de sujeitos fora de seu escopo, como por exemplo, aqueles inseridos no processo de ensino da Arquivologia – professores, alunos e pesquisadores envolvidos na formação universitária.

Tendo por objetivo a formação do estudante no processo de pesquisa e ensino a partir do constante diálogo com a sociedade, encontramos na extensão universitária uma oportunidade de exercício da difusão de documentos no âmbito dos Cursos de Arquivologia. Sendo o Curso de Arquivologia mais antigo do país⁴⁰, a adoção de estratégias de difusão nos projetos de extensão atua em prol do retorno da produção de professores e alunos da universidade pública para a sociedade, cumprindo seu papel ético/social na condição de instituição pública, gratuita e de qualidade, gerida e mantida pelo Estado, e, portanto, seus cidadãos. Nesse contexto, a visibilidade dada aos documentos arquivísticos e à Arquivologia na universidade pública também contribui para a promoção da função social dos arquivos.

Na condição de bolsista de extensão⁴¹ que participa como aluno do Laboratório Multidimensional de Estudos sobre Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

⁴⁰ Embora o Curso de Arquivologia tenha sua origem no Curso Permanente de Arquivos (CPA) do Arquivo Nacional em 1960, foi somente com a transferência do curso para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ, atual UNIRIO), em 1977, que é criado o primeiro Curso de Arquivologia no ensino superior no país (SILVA; 2013).

⁴¹ Projeto “Memórias e documentos em perspectiva social”, coordenado pelo Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis, do Curso de Arquivologia da UNIRIO.

(UNIRIO) desde março de 2019, as ações de difusão exercidas até então nos permitiram a coleta de dados que possibilitam a avaliação de ações de difusão de documentos no contexto da extensão universitária.

É importante ressaltar que, em virtude da Pandemia de COVID-19 desde o primeiro semestre de 2020, as ações de difusão realizadas pelo Laboratório incluem, além das atividades presenciais pré-pandemia, as atividades digitais e de comunicação adotadas pelo Laboratório CDOC-ARREMOS ao longo dos anos de 2020 e 2021.

O Grupo de Pesquisa CDOC-ARREMOS foi criado em 2009 – na época Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, cuja sigla também era CDOC-ARREMOS – por iniciativa do Professor Dr. João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO). O grupo tinha por objetivo “[...] refletir acerca da produção documental, das práticas desenvolvidas nos Movimentos Sociais e suas relações diretas ou indiretas com a Religião”⁴². A partir de 2018 foi criado o Laboratório CDOC-ARREMOS, que além de incorporar o Grupo de Pesquisa, agregou em seu cenário outros projetos de extensão no contexto do Curso de Arquivologia da UNIRIO.

Desde o início de suas atividades, o Laboratório CDOC-ARREMOS realiza a já tradicional Mesa Redonda “Arquivo, Memória e Ditadura”, que atualmente está em sua décima primeira edição. A partir de 2016, houve o início da “Jornada Científica do CDOC-ARREMOS”, que além de incorporar a Mesa Redonda, também prevê o “Seminário de Pesquisa do CDOC-ARREMOS”, além de minicursos e oficinas. Este evento também é anual e atualmente encontra-se em sua 6ª edição.

O relato apresentado neste artigo engloba os períodos de 2019 – 2021, mais especificamente a exposição “CDOC-ARREMOS – 10 anos”, e o curso “Arquivo: Memória e Preservação”.

Exposição “CDOC-ARREMOS - 10 anos”

A exposição “CDOC-ARREMOS – 10 anos” aconteceu durante a IV Jornada Científica CDOC-ARREMOS, entre os dias 3 e 4 de setembro de 2019, no auditório Tércio Pacitti, localizado no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, na UNIRIO. Em virtude da comemoração dos 10 anos de criação do grupo de pesquisa CDOC

⁴² ³ Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/cdocarremos> acesso em 12 jul 2021.

ARREMOS, uma exposição comemorativa foi proposta como atividade simultânea à jornada.

Na exposição, buscou-se desenvolver em diálogo interdisciplinar com a Museologia: um projeto de ação cultural que visasse a mediação entre a questão da cultura documental e o acesso à informação por meio de materiais de pesquisa utilizados pelo grupo, depoimentos de seus colaboradores, material informativo e reproduções de documentos históricos que fizessem referência aos temas trabalhados pelo grupo.

No contexto dos museus e centros de memória, as exposições aparecem como elementos-chave de comunicação de seus acervos. Na condição de dispositivo de mediação entre público e patrimônio cultural, uma exposição permite a comunicação direta entre os visitantes e o acervo (no nosso caso, acervo arquivístico), por meio de narrativas que envolvem experiências sensoriais⁴³. Essa ação reforça o valor histórico dos documentos, valorizando-os enquanto patrimônio cultural e representantes dos processos sociais.

A execução da exposição foi dividida em três etapas: pré-produção; produção e pós-produção.

A etapa de pré-produção envolveu quatro elementos: a definição dos temas que seriam abordados por meio de módulos expositivos; a seleção do material expositivo; o planejamento visual da exposição; à disposição dos módulos expositivos e as ações de interação entre público-exposição

Entre os meses de março e agosto de 2019, essas questões foram amplamente avaliadas pelos membros do Laboratório durante reuniões mensais, o que resultou na construção de um projeto expositivo a partir de quatro módulos: um introdutório, de caráter institucional que descrevia parte da trajetória do grupo em seus 10 anos, e outros três eixos temáticos, que abordassem os principais temas trabalhados pelo grupo – religião, movimentos sociais e ditadura civil-militar no Brasil.

Após a seleção dos módulos, foi dado procedimento à seleção do acervo. Para tal, foram definidas duas abordagens: o acervo institucional do CDOC-ARREMOS, representando a trajetória do grupo ao longo de sua existência, e a utilização de reproduções de documentos disponíveis online por parte de arquivos públicos.

⁴³ Embora as exposições comumente atuem por meio da experiência visual, nada impede a exploração de outros sentidos.

O primeiro módulo, de caráter institucional, tinha por objetivo apresentar a trajetória dos 10 anos do CDOC-ARREMOS. Nesse contexto, selecionamos material de estudo do grupo, como livros, revistas, pesquisas realizadas por antigos colaboradores e fotografias de eventos anteriores, além de material gráfico como cartazes de divulgação de eventos.

Ainda nesse contexto, foi realizado um inventário de acervo, que nos permitiu registrar informações como a dimensão do item, sua localização, seu material, seu estado de conservação, sua descrição sumária, entre outros elementos. Além da função de memória, a realização de um inventário dos itens expostos apresenta uma função operacional no controle e salvaguarda do acervo.

Para os módulos de Religião, Movimentos Sociais e Ditadura Militar, foram selecionados documentos a partir do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), onde encontramos uma série de documentos digitalizados. Nesse sentido, realizou-se pesquisas temáticas diretamente associadas às temáticas do grupo: o critério de busca foi a utilização de palavras-chave como “Frei Tito”, “MST”, “Estudantes”, “Movimentos Sociais”, “Censurado”, “Umbanda”, “Candomblé”, “Carnaval”, entre outras que permeavam os temas da exposição. Além desses documentos, também foram utilizadas algumas reportagens disponíveis em portais jornalísticos na internet e dossiês de desaparecidos políticos do site da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal ⁵.

A ideia inicial seria dispor esses documentos sobre mesas, ao lado de cartazes que representassem cada tópico. No módulo da ditadura militar, houve a proposta de uma atividade de caráter lúdico. A ideia partia de uma estante repleta de caixas de arquivo, que em sua lateral estariam sinalizadas como “Acesso Liberado”, “Confidencial” e “Secreto”. A ideia era permitir, a partir da visualidade e da interação do público, discutir o acesso à informação: será que as pessoas pegariam as caixas que estão somente como “Acesso liberado”? A “instalação” seria encarada como um exercício lúdico do acesso aos arquivos ou apenas como um módulo visual/expositivo? As pessoas iriam interagir com o módulo de forma espontânea?

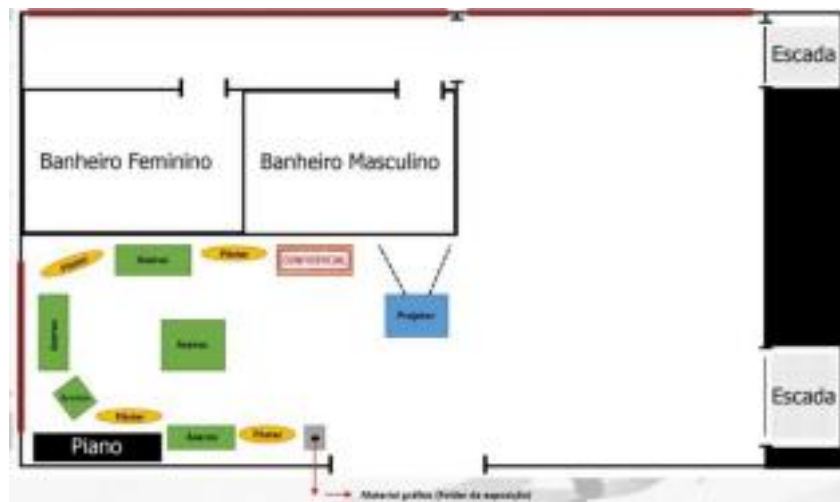
Além da discussão de acesso, também queríamos pensar formas de difundir documentos de arquivo que tivessem relação com as temáticas trabalhadas pelo grupo. Nesse sentido, pensamos em ao invés de deixar os documentos relacionados à ditadura sobre a mesa, estas estariam dentro das caixas definidas como “acesso liberado”. As demais caixas estariam lacradas e com algum peso dentro, para passar a percepção de sigilo e “peso” da informação sigilosa.

⁵ Atualmente o site encontra-se fora do ar. Antigo link: <https://cemdp.sdh.gov.br/>

Ao final da seleção do acervo e das ideias expositivas, demos início ao planejamento visual. Nesse quesito, tivemos como premissa a busca por referências na internet, a partir de imagens de exposições que utilizassem material arquivístico como acervo, similar aos que já havíamos selecionado. Para isso, utilizou-se termos como “exposição arquivística”, “exposições em arquivos”, “exposição fotográfica”, “exposição de fotografia”, “exposição de cartas” e “exposição de documentos” no *Google Imagens*. Além disso, foi definido que a exposição adotaria uma paleta de cores que representassem o Laboratório CDOC-ARREMOS, e nesse sentido, selecionou-se as cores predominantes no Logo do Laboratório: branco e dois tons de azul.

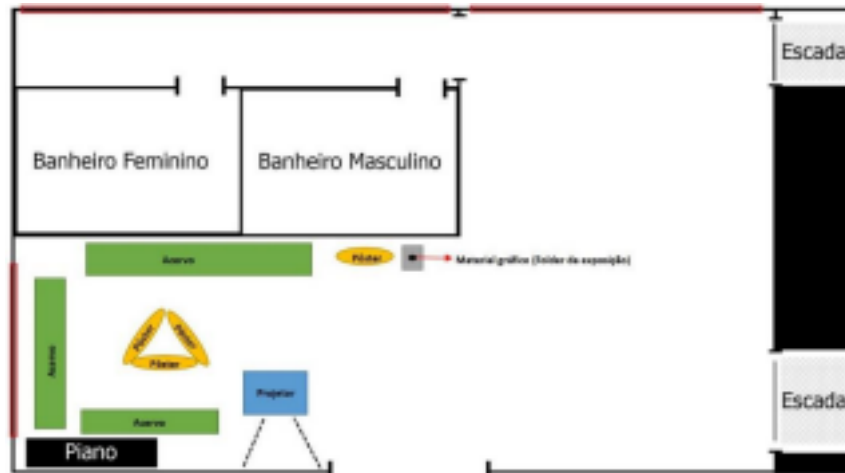
Em relação à disposição do espaço, o local escolhido foi o saguão do auditório Tércio Pacitti; as figuras 1 e 2 apresentam um esquema básico do auditório, com algumas das opções de disposição dos módulos expositivos.

Figura 1 – Esquema da exposição no salão do auditório Celso Pacetti, na UNIRIO (Opção 1).



Fonte: o autor

Figura 2 – Esquema da exposição no salão do auditório Celso Pacetti, na UNIRIO (Opção 2).



Fonte: o autor

Apesar do planejamento do espaço, um imprevisto no dia do evento nos obrigou a transferir a exposição para outra área do saguão do auditório, sem danos ou perdas ao conteúdo e ao material produzido para a exposição.

Após a definição do planejamento da exposição, elaborou-se um orçamento com os gastos previstos com impressão, material de consumo e demais gastos para a montagem da exposição. Ao final do orçamento, demos andamento à etapa de produção.

Na etapa de produção, foi realizado um trabalho técnico com produção de textos, imagens, material expositivo e de divulgação.

Nessa etapa, houve atividades como confecção de material gráfico; coleta e organização do acervo selecionado para exposição; impressão das reproduções dos documentos selecionados no SIAN; coleta, higienização e preparação das caixas de arquivo e do módulo expositivo, e gerenciamento de redes sociais para divulgação da exposição. Outra atividade que foi realizada nesta etapa foi a coleta de depoimentos de membros e colaboradores do CDOC-ARREMOS, que relataram sua trajetória em vídeos de até 1 minuto.

Na etapa de produção, é importante ressaltar a falta de suporte por parte da UNIRIO. Apesar de contar com meios para dar suporte aos eventos acadêmicos, inclusive em relação ao fornecimento de parte do material que será utilizado, não houve qualquer disponibilização de material (tanto gráfico quanto de consumo) ou verba para a produção da exposição – e do evento em geral. Portanto, os custos de impressão, produção de cartazes e material de consumo ficaram à cargo do professor João Marcus,

além da colaboração de membros do Laboratório e de terceiros⁴⁴.

Com o material em mãos, chegamos ao espaço do evento com quatro horas de antecedência e demos início à montagem. Além dos cartazes e do módulo expositivo com as caixas, dispomos dos livros e material gráfico sobre mesas, além de uma projeção com o depoimento dos colaboradores, conforme ilustrado pelas figuras 3 e 4.

Figura 3 – Exposição “CDOC-ARREMOS: 10 anos”, módulo institucional



Fonte: o autor.

⁴⁴ As caixas utilizadas para o módulo da ditadura militar foram gentilmente doadas pelo Arquivo Central da UNIRIO, na figura do prof. Flávio Leal, na época responsável pelo Arquivo Central.

Figura 4 – Exposição “CDOC-ARREMOS: 10 anos”, módulo lúdico



Fonte: o autor.

Ainda durante a exposição, houve o acompanhamento da atividade expositiva junto aos visitantes, a partir da promoção de debates e discussões a respeito da proposta expositiva, conforme registrado nas figuras 5 e 6.

Figura 5 – Exposição “CDOC-ARREMOS: 10 anos”, interação com o público



Fonte: o autor.

Após o evento, desmontamos a exposição e guardamos o material no local adequado, além de recolhermos a avaliação do público por meio de um formulário⁴⁵, – que contemplava tanto a opinião a respeito do evento quanto da exposição. Nessa etapa, iniciamos a pós-produção, em que se elaborou relatórios técnicos tendo em vista a avaliação e reflexão geral dos resultados obtidos. É também nesta etapa que se organizou um arquivo fotográfico do evento, registrado também por este aluno e disponibilizado ao grupo de pesquisa na época.

A avaliação e posterior relatório referente à exposição ocorreu em duas etapas: a primeira, de caráter observacional, que diz respeito às observações e debates deste autor durante a mediação com os visitantes na exposição, em que foi possível perceber indagações comuns – principalmente entre os alunos do curso de Arquivologia – e alguns questionamentos por parte de professores; a segunda etapa foi operacionalizada por meio dos resultados apontados no questionário de avaliação, na aba que especificava a avaliação da exposição.

No que diz respeito às indagações do corpo discente, foi constante a curiosidade em relação aos documentos relativos à censura no período ditatorial. O exemplo mais representativo foi em relação a um documento que tratava da solicitação à autoridade competente da época para censurar o enredo de uma escola de samba no carnaval de 1982. Muitos visitantes ficaram confusos e não compreendiam como a própria escola de samba poderia solicitar um ato de censura à própria obra. Após diálogo, foi possível perceber que a ideia de censura entre o público estava associada ao veto, e não necessariamente ao processo de analisar uma expressão artístico-cultural com o objetivo de autorizar ou não a divulgação de seu conteúdo.

Quanto aos questionamentos dos professores, destacamos a sugestão do professor Flávio Leal, do curso de Arquivologia UNIRIO, que sugeriu não só tratarmos de uma forma geral o acesso à informação, mas de pensarmos os diversos instrumentos jurídicos e normativos que viabilizam o acesso aos documentos. O questionamento da professora Rosale de Mattos Souza, professora do curso de Arquivologia UNIRIO, também foi bastante pertinente: no contexto da temática da ditadura militar, ela questionou qual fundo estávamos trabalhando. A opção de não selecionar um fundo específico, mas sim uma seleção temática dos documentos está de acordo com a proposta da exposição, porém se distancia dos princípios da arquivística. Pensar a

⁴⁵ O formulário avaliava o evento como um todo, e além do preenchimento do formulário ser opcional, a aba específica para a exposição também era de caráter optativo. Portanto, as respostas obtidas em relação à exposição não necessariamente correspondem ao total de formulários respondidos

possibilidade de estabelecer relações entre princípios teóricos da Arquivologia nas ações de difusão de documentos nos fez pensar em ações futuras que possam reforçar o valor arquivístico dos documentos e a potencialidade de seu uso social.

Em relação aos comentários coletados pelo formulário, obteve-se 17 respostas específicas sobre a exposição entre os 162 participantes do evento⁴⁶, ou seja, aproximadamente 10% do total de participantes. Apesar da baixa adesão, foi possível visualizar majoritariamente um resultado positivo, pois todos os comentários elogiavam a exposição – alguns apenas com elogios genéricos, enquanto outros detalhavam o que a pessoa gostou ou não em relação à proposta temática, à expografia⁴⁷, entre outros elementos. Apesar do resultado positivo, também pudemos detectar críticas, em especial quanto à atividade lúdica: muitas pessoas não sabiam que continham reproduções de documentos dentro das caixas, ou que a proposta era a interação e manipulação das mesmas como instrumento de diálogo com a cultura documental. Nesse sentido, a presença da mediação com o público durante a exposição foi fundamental a partir do incentivo de apropriação das caixas e descoberta dos documentos, fator fundamental para o sucesso da atividade.

Também foi possível observar em alguns comentários o desejo de ter acesso à mais material produzido pelo grupo CDOC-ARREMOS, ação que não foi possível em virtude do espaço disponível e dos recursos limitados para a elaboração da exposição.

Curso “Arquivo: Memória e Preservação”

No ano de 2020, houve a criação do curso online “Arquivos: memória e preservação”. Realizado pelo Laboratório CDOC-ARREMOS⁴⁸, com o apoio do Laboratório de Preservação de Documentos Arquivísticos (PDA), da UNIRIO, o curso foi promovido entre os dias 30 de junho e 31 de julho, no formato 100% digital e na modalidade de Ensino à Distância (EAD).

O projeto tinha por objetivo oferecer subsídios teóricos e técnicos para a organização de documentos pessoais e comunitários, tendo como premissa o entendimento da relação entre arquivo e memória. Propunha ainda a compreensão sobre aspectos teóricos e práticos sobre preservação de documentos, por meio da conservação

⁴⁶ Total de respostas considerando os dois dias de evento.

⁴⁷ Termo técnico da Museologia. Em termos gerais, trata-se do *Design* da exposição

⁴⁸ O curso foi coordenado pelos professores João Marcus Figueiredo Assis, Bruno Ferreira Leite e Patrícia Ladeira Penna Macêdo, todos docentes do curso de Arquivologia da UNIRIO. O projeto também contou com a colaboração de bolsistas de extensão, pesquisa e voluntários ligados aos projetos do CDOC-ARREMOS.

preventiva e da gestão de riscos. Totalmente gratuito, o curso foi dividido em três módulos que incluem, entre outros, tópicos que abordavam a metodologia de pesquisa em memória oral, tratamento de arquivos pessoais e conservação preventiva de documentos.

O Curso era voltado para agentes sociais e de trabalhos comunitários, integrantes de ONGs e coletivos, alunos das áreas das Ciências Humanas e Sociais e interessados em geral. Ao concluir o curso, foi conferido aos participantes um certificado com carga horária equivalente às 40h de atividades de formação. A conclusão era condicionada à finalização dos três módulos e de suas respectivas atividades avaliativas, assim como à participação em uma avaliação sobre o Curso ao final dos módulos.

Foram quatro semanas de profunda troca e aprendizado com mais de 30 alunos de todo o Brasil por meio da plataforma *Google Classroom*, em atividades que envolviam, além de material educativo produzido pelo grupo, indicações de textos, vídeos, atividades práticas e encontros virtuais.

Como bolsista de extensão, nossas atividades envolviam a confecção do material de apoio do módulo 1, “Memória Oral” e a monitoria do andamento do curso. A partir de textos e livros de referência, criou-se um material que abordasse tanto aspectos teóricos que fundamentam a História Oral no contexto da História e da pesquisa em Ciências Sociais, bem como aspectos metodológicos que focassem na criação e gestão de projetos de História Oral. Nesse sentido, indicamos a realização de etapas de planejamento, execução, organização, preservação e divulgação do material coletado, tendo em vista alinhar aspectos técnicos da produção audiovisual – como iluminação, captação de som e vídeo, e edição – com os aspectos teóricos/metodológicos da História Oral.

A tabela 1 a seguir sintetiza os assuntos abordados em cada tópico, dividido em apostilas.

Tabela 1 – Descrição do material de apoio desenvolvido para o curso “Arquivos: memória e preservação”, Módulo 1, “Memória Oral”.

Tópico	Apostila	Título	Descrição
3.0 Memória e História Oral	1	O que é História Oral?	Apresentação do conceito de História Oral e seus fundamentos teóricos.

3.0 Memória e História Oral	2	Modalidades e estilos da História Oral	Especificação das modalidades e estilos da História Oral: estilo arquivo-documentalista; estilo difusor populista; estilo reducionista; estilo analista completo.
3.0 Memória e História Oral	3 (parte 1)	Projeto de História Oral	Princípios técnicos e metodológicos para a construção de um projeto de História Oral.
3.0 Memória e História Oral	3 (parte 2)	Projeto de História Oral	Princípios técnicos e metodológicos para a construção de um projeto de História Oral.
4.0 Metodologia de trabalhos com memória e tratamento de dados de entrevista	1	Apontamentos técnicos no planejamento e produção de entrevistas	Técnica e metodologia para realização de entrevistas.
4.0 Metodologia de trabalhos com memória e tratamento de dados de entrevista	2	Tratamento de dados de entrevista e formação de Arquivo	Organização e classificação do material produzido. Aplicação dos princípios arquivísticos para manutenção do contexto de produção das entrevistas
5.0 Material de apoio	1	A produção audiovisual na História Oral	Fundamentos da técnica de produção audiovisual (Uso de equipamento; conceitos de fotografia e vídeo; iluminação; composição; captação de áudio, etc.)
5.0 Material de apoio	2	Modelo de Plano de Ação (APÊNDICE C)	Ficha de registro das etapas e detalhes técnicos da produção de um projeto de História Oral.

Fonte: o autor

O curso apresentou resultados bastantes positivos. Com uma procura inicial

além do esperado, contamos com aproximadamente 800 inscrições, em um cenário de apenas 30 vagas disponíveis. Destes, 27 começaram o curso; 20 concluíram o curso; e 19 avaliaram o curso.

O perfil dos cursistas apresentou bastante similaridade, embora pudéssemos notar diversidade em alguns aspectos. O público foi majoritariamente feminino (68%) e com idade média entre 25 e 50 anos; a maior parte do público possuía ensino superior (79%) e estavam espalhados por todo o território brasileiro – apenas não tivemos cursistas do Norte do Brasil. As áreas de formação também foram diversas, tendo predominância para os cursos de Arquivologia; História e Letras; também houve inscrições de pessoas das áreas da Biblioteconomia; Conservação e Restauração de Bens Culturais; Ciências Sociais e Farmácia. Quanto à ocupação, identificou-se a presença majoritária de estudantes (46%), colaboradores de ONGs/Coletivos (32%) e organizações locais, fundações e associações de bairro nos 22% restantes, além de colaboradores do Laboratório CDOC-ARREMOS. Por fim, 70% respondeu que já trabalhou ou trabalhar com arquivos, e os demais gostariam de trabalhar.

O curso em geral foi muito bem avaliado, obtendo, em uma escala de 1 a 5, sendo 1 para muito ruim e 5 para muito bom, uma média de 88% de avaliação “Muito bom” em todos os aspectos.

Em relação aos comentários relativos ao módulo 1, encontramos majoritariamente elogios ao material em seus aspectos teóricos e técnicos, bem como à atenção dos mediadores aos cursistas na plataforma. Mais especificamente ao conteúdo apresentado, encontramos uma crítica bastante pertinente, sobre a reflexão da prática de História Oral e do processo de coleta/gravação: a entrevista deve refletir uma troca entre entrevistando e entrevistado, tratados como iguais, seguindo princípios de respeito e ética. O entrevistado deve ter sua fala representada pelo seu olhar de mundo, e não pelo olhar do entrevistando. Na visão da crítica, é necessário tomar cuidado para não utilizarmos a fala e a imagem do outro a favor de nossa perspectiva e projetos, extraindo do entrevistando um material que será usado a partir de uma lógica capitalista, utilizando o material coletado como “mais-valia” e manipulando o material por meio do processo de edição. Consideramos a crítica bastante pertinente, e consideramos inserir um tópico a respeito desse pensamento em versões futuras do curso.

Considerações finais

A descrição das atividades realizadas durante o projeto de extensão nos permitiu traçar um registro dos processos de produção de ações de difusão fora do contexto tradicional das instituições de guarda documental. As ações promovidas pelo Laboratório CDOC-ARREMOS comprovam que é possível o uso e apropriação dos documentos de arquivo por sujeitos que não estão vinculados a essas instituições, inclusive permitindo a exploração e atribuição de novos sentidos aos documentos.

Nesse contexto, é possível uma discussão a respeito do processo de patrimonialização dos arquivos, resultante do reconhecimento de seu valor histórico para a instituição e direcionado para a guarda permanente no processo de avaliação. Portanto, entendemos que nos arquivos, esse reconhecimento de valor que o alça ao status de patrimônio vem primeiro de seus processos teóricos e metodológicos, e não de um reconhecimento social mais amplo. A difusão pode contribuir não só para esse reconhecimento, como para a apropriação desses documentos por sujeitos que antes não se viam ou se sentem representados pelos mesmos, permitindo a construção de outras narrativas e ressignificação simbólica dos conjuntos documentais.

Uma reflexão importante foi em relação às críticas recebidas na exposição, em especial a da professora Rosale, ao se referir ao uso de Fundos de arquivo para compor o acervo exposto. Pensar a exposição dotada de “qualidade arquivística” ao trabalhar um fundo pode ser uma ideia interessante, mas será que é suficiente? Acreditamos que não. O conceito de fundo prediz o conhecimento básico dos princípios arquivísticos, e o uso de um fundo apenas por ser um fundo não qualificaria uma exposição “arquivística”, tendo em vista que para o visitante – que não é obrigado a conhecer o conceito – está atento à narrativa e à construção da mensagem como um todo, e não necessariamente a aspectos conceituais do acervo. Nesse sentido, entendemos que o fundo pode e deve ser utilizado em exposições sim, mas não por sua representação dos processos e preservação do contexto de produção, mas sim como uma unidade simbólica da representação social da instituição e sujeitos. Esse aspecto simbólico deve ser expresso na narrativa da exposição, permitindo interligar aspectos histórico, sociais e culturais entre os documentos, visitantes e sociedade.

A partir da discussão apresentada, entendemos o uso de exposições como elemento relevante para a difusão de arquivos. Instituições como o Arquivo Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o Arquivo Público do Estado de São Paulo já contam com espaços expositivos, a fim de cativar o público a conhecer melhor

seu acervo e dar a estes um uso social. Além disso, é possível encontrar em seus sites – no caso do Arquivo Nacional – um espaço dedicado a exposições virtuais, outra forma de difusão de documentos alinhado às possibilidades tecnológicas do nosso tempo.

No contexto do grupo de pesquisa, a realização de uma exposição não só homenageia os dez anos de trajetória do CDOC-ARREMOS, mas traz à luz questões vitais para o fortalecimento da democracia e do debate público. Entender o dinamismo presente na construção de uma memória e identidade da (s) religiosidade (s) brasileira, a luta pela conquista de direitos nos movimentos sociais e a relação entre censura, direitos e democracia entre 1964-1985 evocam compreender como nossa sociedade absorve o eco que reverbera desse período na atualidade. Apesar de não se tratar diretamente de uma atividade de difusão de documentos, consideramos que o curso “Arquivo: memória e preservação” uma ação dentro do contexto de difusão, a partir da ideia de capacitação e qualificação de agentes sociais não institucionalizados em arquivos, a fim de que essas pessoas possam se organizar, preservar e difundir seus próprios documentos. Assim, contribuímos para a nossa ideia inicial, do cidadão como figura ativa no processo de difusão e capaz de trabalhar suas pautas, ideias, identidade e memória por meio de seus arquivos.

Em suma, entendemos que a relação entre a difusão e documentos de arquivo deve se manter múltipla e plural, em diálogo interdisciplinar com outras áreas – como a Museologia, a Pedagogia, a História e a Ciência da Informação – a fim de descoberta e construção de novos métodos e usos para os documentos de arquivo. Os estudos na área da Comunicação ainda são um viés a ser explorado, e que podem contribuir para a área no futuro. A interseção entre difusão, cultura e tecnologia é outro ponto fundamental se quisermos compreender e praticar com sucesso a difusão de documentos na atualidade.

REFERÊNCIAS

ARQUIVÍSTICA, DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. **Publicações Técnicas**, v. 51, p. 175-178, 2019.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane K. *Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo*. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos*. Ciências e Letras, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação,

Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, jan./jun. 2000.

_____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

CABRAL, Rosimere Mendes. *Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa*. **Acervo**, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012.

IVANA, D. *Difusão no e do arquivo: comunicação, mediação e ações educativas e culturais*. **SILVA**, p. 46, 2012.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**. FGV Editora, 2002.

SILVA, Eliezer Pires da. *Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)*. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2013, 130f.



O CONCEITO DE CULTURA DOCUMENTAL NA PRODUÇÃO INTELLECTUAL DO LABORATÓRIO CDOC-ARREMOS E DE SEUS PESQUISADORES

Ana Luiza Soares

Resumo: Este trabalho tem por finalidade pesquisar o conceito de Cultura Documental a partir das publicações acadêmicas realizadas no âmbito do CDOC-ARREMOS e por seus pesquisadores, bem como pesquisar de que forma o Laboratório aborda este conceito de forma prática. O Grupo CDOC-ARREMOS durante mais de seus 10 anos promoveu diversos eventos e publicações acadêmicas, tendo sempre como referencial a temática da Cultura Documental. O Grupo é reconhecido por promover eventos importantes e debates relevantes diante do contexto social-político atual. Conhecido também por ter ganho vários prêmios por conta de seus projetos de extensão e de pesquisa, o CDOC-ARREMOS se faz pertinente à comunidade acadêmica por empenhar-se em atingir pessoas diversas e levar informações extramuros universitários. Optou-se por pesquisar esse tema visto que a temática da Cultura Documental é insuficientemente abordada no meio arquivístico, e por ser um assunto intrinsecamente ligado ao Laboratório CDOC-ARREMOS, que conta com uma importante relevância acadêmica por seus mais de dez anos de história. Visando atingir os objetivos propostos, a metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa através de uma pesquisa bibliográfica e documental, buscando compreender a Cultura Documental a partir das publicações realizadas pelo CDOC-ARREMOS, como também por meio de seus registros internos.

Palavras-chave: Cultura Documental. Documentos. Laboratório CDOC-ARREMOS.

Abstract: This work aims to research the concept of Documentary Culture from academic publications carried out within the scope of CDOC-ARREMOS and by its researchers, as well as researching how the Laboratory approaches this concept in a practical way. The group CDOC-ARREMOS for more than 10 years, it has promoted several events and academic publications, always having as a reference the theme of Documentary Culture. The Group is recognized for promoting important events and relevant debates in light of the current social-political context. Also known for having won several awards for his extension and research projects o CDOC-ARREMOS it is relevant to the academic community because it strives to reach different people and take information beyond university walls. We chose to research this topic since the issue of Documentary Culture is insufficiently addressed in the archival environment, and because it is a subject intrinsically linked to the Laboratory CDOC-ARREMOS, which has an important academic relevance for its more than ten years of history. Aiming to achieve the proposed



objectives, the methodology used was a qualitative approach through a bibliographical and documentary research, seeking to understand the Documentary Culture from the publications made by the CDOC-ARREMOS, as well as through its internal records.

Keywords: Documentary Culture. Documents. Laboratory CDOC-ARREMOS.

Introdução

Registrar ações e produzir informação são comportamentos que estão intimamente ligados aos seres humanos. Esse procedimento iniciou-se na pré-história, com as pinturas rupestres e se consolidou com a invenção da escrita. Esse último invento foi fundamental para gerar a concepção de Arquivo que se compreende hoje em dia, pois foi a partir daí que indivíduos e instituições compreenderam a necessidade de registrar suas ações visando utilizar essas informações para transações presentes naquele momento e para comprovações futuras.

Para Lousada, citando Vivas Moreno (VIVAS MORENO, 2004 apud LOUSADA, 2015, p. 26) na época do Império Romano houve um progresso no modo de organização dos arquivos, principalmente por conta do notório senso prático e pela valorização dada à administração e a jurisprudência.. Desde essa época os documentos são produzidos e conservados visando a necessidade governamental e de outras administrações, e a garantia jurídica. O direito romano conferia princípios importantes aos arquivos, como o valor probatório e a garantia de que eram instrumentos jurídicos e meios para salvaguarda de direitos.

Visto isso, é possível compreender que historicamente o documento de arquivo dispõe de um caráter probatório. Principalmente se for produzido no âmbito do Estado, pois não precisam passar por aprovação pública para se tornarem “oficiais”, logo são conferidos a eles o valor probatório e a fé pública de que as informações registradas nele são verossímeis. Na visão arquivística clássica os documentos são registros documentais gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, que tem como características a imparcialidade, a autenticidade, a naturalidade, organicidade e unicidade (PAES, 2004, p. 26) Porém, partindo da perspectiva da Cultura Documental conceituada nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Laboratório Multidimensional de Estudos sobre Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS), os documentos são compreendidos como uma entidade construída e inscritos dentro de relações de poder, funcionando como ferramentas de validação para narrativas por vezes unilaterais. Diante disso, esta pesquisa busca compreender o conceito de Cultura Documental e os aspectos relacionados a esta temática, por meio da produção intelectual do CDOC-ARREMOS.

Além disso, busca-se estudar a importância das relações interdisciplinares promovidas no contexto do CDOC-ARREMOS e suas contribuições para a comunidade

acadêmica geral, principalmente no que se refere ao conceito de Cultura Documental. A interdisciplinaridade rompeu com o modelo clássico, cartesiano, de pensar a ciência e, atualmente o pensamento científico se dá de maneira integrada, promovendo diversos pontos de vista, contribuindo assim para uma abordagem mais ampla de uma temática (ASSIS; SOUZA, 2011 apud JAPIASSÚ, 1976, p.4). Desde sua criação, o CDOC-ARREMOS é intrinsecamente interdisciplinar, propõe pesquisas que possibilitem intercâmbio teórico-metodológico com áreas das Ciências Humanas e Sociais como a Antropologia, História, Sociologia, Psicologia e outros. Portanto, por meio desta pesquisa se planeja estudar como se dão essas relações nas publicações acadêmicas do Laboratório.

O Laboratório Multidimensional do CDOC-ARREMOS, desde a sua fundação, priorizou atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão, partindo dos eixos principais da Cultura Documental, dos Movimentos sociais e da Religião. Visto isso, compreender como as ações interligadas de Ensino, Pesquisa e Extensão confluem para a caracterização do conceito de Cultura Documental, também é um dos principais objetivos desta pesquisa.

Visando atender os objetivos propostos, foi realizada uma abordagem qualitativa através de uma pesquisa bibliográfica e documental. Uma abordagem qualitativa responde a questões particulares, se preocupa com o que não pode ser quantificado, trabalha com um universo de significados (MINAYO; DESLANDES, 1994, p. 21), essa metodologia se adequa perfeitamente a esta pesquisa, visto que se fez necessária uma análise qualitativa de dados bibliográficos e documentais no desenvolvimento da mesma.

Nesta pesquisa foram utilizadas como fontes de dados as publicações intelectuais do CDOC-ARREMOS e de seus pesquisadores, bem como publicações externas a este contexto, mas que tenham relação com o objeto de estudo desta pesquisa. Também foram utilizados como fonte informacional vários documentos internos pertencentes ao Laboratório CDOC-ARREMOS. A utilização desses registros internos se fez muito importante para a compreensão do histórico do Grupo e sua trajetória nesses mais de dez anos de atuação acadêmica.

Este artigo está dividido em três seções. Na primeira seção é apresentado o histórico do Grupo de Pesquisa CDOC-ARREMOS, sua trajetória acadêmica até a fundação do Laboratório Multidimensional e os eixos de pesquisas desenvolvidas no contexto do Grupo. Na segunda seção é tratado como o CDOC-ARREMOS aborda o conceito de Cultura Documental de forma prática por meio de seus eventos, que são

brevemente apresentados. Na seção seguinte a relação entre a Cultura Documental e as publicações intelectuais do CDOC-ARREMOS e de seus pesquisadores é abordada, e é apresentada também a visão do conceito de documento arquivístico compreendida pelos pesquisadores do Laboratório. Nas considerações finais é destacada a relevância do CDOC-ARREMOS para a comunidade acadêmica e como as pesquisas acerca da Cultura Documental ainda são insuficientes, o que aponta a necessidade de mais divulgação e estudos acerca desta temática.

História do CDOC-ARREMOS

O Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS) foi fundado em 2009, por iniciativa do professor Dr. João Marcus Figueiredo Assis. Desde 2006 o prof. João desenvolve pesquisas sobre a temática dos documentos em torno das ações religiosas, dos movimentos sociais e das organizações populares. Durante sua trajetória como docente na UNIRIO, o professor notou que havia poucos projetos de pesquisa que envolvessem os estudantes de graduação. O Grupo foi fundado visando ampliar as pesquisas e gerar mais envolvimento entre os discentes do curso de Arquivologia da UNIRIO e o desenvolvimento da Iniciação Científica na área.

Tendo em vista a oficialização e legitimação do Grupo, ocorreu então a inclusão do mesmo na base de dados de Grupos de Pesquisa do CNPq. As linhas de pesquisa continuaram seguindo os três eixos temáticos: Religião, Arquivos e Movimentos Sociais. O Grupo CDOC-ARREMOS, durante seus mais de 10 anos de existência, promoveu diversos eventos e publicações acadêmicas, tendo sempre como referencial primeiro a temática da Cultura Documental. O Grupo é reconhecido por promover eventos importantes e debates relevantes diante do contexto social-político atual.

Visando ampliar sua atuação, expandir as pesquisas e congregar novos projetos, o professor João Marcus juntamente com outros docentes e discentes, também integrantes do Grupo de Pesquisa, elaboraram um projeto de criação de um Laboratório multidimensional de Estudos em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, utilizando a mesma sigla CDOC-ARREMOS, do Grupo de Pesquisa.

De acordo com o Projeto de Criação do Laboratório (CDOC-ARREMOS, 2016) uma das justificativas para a sua criação é promover uma discussão mais ampla dos

aspectos epistemológicos da Arquivologia, visando também o entrelaçamento entre Ensino, Pesquisa e Extensão. A criação de um Laboratório possibilita uma ampliação no escopo das pesquisas já desenvolvidas pelo Grupo, desde 2009.

Com a oficialização do Laboratório Multidimensional foi proposto que se mantivesse o caráter interdisciplinar que já existia no Grupo. Quando se fala em relações interdisciplinares entre a Arquivologia e outras áreas do conhecimento, tradicionalmente se atribui as relações com a História, a Administração e a Biblioteconomia, porém, desde a criação do Grupo de Pesquisa propõem-se um intercâmbio teórico metodológico com outras disciplinas, como a Sociologia e a Antropologia, ainda pouco exploradas até então no âmbito da Arquivologia. Especialmente as relações interdisciplinares com a História Oral, que segundo o CPDOC-FGV (2015) é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, modos de vida, ou outros aspectos da história. Frequentemente problematizaram-se no âmbito do Grupo algumas questões epistemológicas da Arquivologia. Uma dessas problematizações se referem ao conceito de documento arquivístico, o qual só é passível de existir se houver informação registrada em algum suporte, sem levar em consideração outras fontes documentais, como por exemplo as informações documentais obtidas por meio das metodologias da História Oral.

Esse diálogo com a produção oral, especialmente nas práticas da História Oral, por exemplo, possibilita que não haja uma subordinação entre as fontes escritas e as orais e sim um reconhecimento de suas particularidades e confluências. A noção de Cultura Documental remete principalmente à questão das relações interdisciplinares, pois compreende tanto a informação registrada (documentos convencionais, especialmente os manuscritos e impressos) como também produções informacionais ligadas à oralidade e a outros diversos meios contemporâneos.

Além de ampliar os debates acerca dos paradigmas arquivísticos, o projeto de criação do Laboratório também visava entrelaçar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão¹, aspectos muito relevantes para a formação das/dos discentes de graduação. O incentivo à Iniciação Científica desde o começo foi um dos maiores objetivos do Grupo e isso foi expandido com a criação do Laboratório. O ensino, pesquisa e extensão formam um tripé fundamental nas universidades. São indissociáveis e estão previstas na Constituição Federal. A tríade além de contribuir para a produção e formação universitária, abrange o caráter solidário, social e cultural para com a sociedade.

Portanto, de acordo com o Projeto de Criação do Laboratório, seus objetivos se

referem a

Fomentar o debate acerca da Cultura Documental e sua vinculação com as práticas dos Movimentos Sociais em sua inter-relação com a Religião. Visa constituir-se em um espaço de pesquisa interdisciplinar que agrupe pesquisadores de diferentes instituições que abordam a dinâmica da Cultura Documental em sua diversidade e amplitude e as relações diretas ou transversais entre Religião e Movimentos Sociais, em especial visando compreender a função da produção e circulação documental nesses meios como fonte propiciadora de conhecimentos de cunho popular, identidades e memórias coletivas. (PROJETO DE CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO, 2016, p. 04)

Para alcançar esses objetivos, o Laboratório visa desenvolver e atender a alguns pontos como: Produção de estudos e pesquisas sobre a temática dos registros documentais, religião e movimentos; desenvolver pesquisas; desenvolver atividades de extensão; divulgar a produção e o resultado das pesquisas e atividades de ensino e extensão; integrar alunos de graduação e pós-graduação que tenham interesse nessa temática; realizar eventos relacionados a essa temática como cursos, seminários e etc.; desenvolver atividades didáticas relacionadas aos cursos da UNIRIO, aos quais os pesquisadores associados estejam vinculados.

Após ser finalizado o projeto de criação, em 2018 o Laboratório Multidimensional de Estudos em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais – CDOC-ARREMOS foi fundado. Atualmente o Laboratório CDOC-ARREMOS situa-se, fisicamente, na sala 208 do prédio do Centro de Ciências Humanas da UNIRIO, no bairro da Urca na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Desde a sua fundação o Laboratório contou com vários integrantes, hoje em dia é composto por vinte e cinco membros. Dentre esses membros, três são professores do Departamento de Arquivologia da UNIRIO, são eles: Bruno Ferreira Leite (Doutor em Ciência da Informação/IBICT), João Marcus Figueiredo Assis (Doutor em Sociologia/UERJ) e Patrícia Ladeira Penna Macêdo (Doutora em Ciência da Informação/UFF)⁴⁹.

O Laboratório conta ainda com quatro pesquisadores colaboradores, três colaboradores técnicos e mais quinze membros, dentre eles bolsistas e voluntários.

Visando atingir o tripé educacional citado anteriormente, atualmente as Pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório CDOC-ARREMOS são as seguintes:²“Entre o acesso, a difusão e a apropriação social do patrimônio documental arquivístico” coordenado pelo Prof. Dr. Bruno Ferreira Leite; “Repressão e memória: análise das políticas de aquisição

⁴⁹ Maiores informações acerca dos Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidos pelo CDOC ARREMOS: < <http://www.unirio.br/cch/cdocarremos>>

para arquivos pessoais. ” Coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Macêdo e “Frei Tito de Alencar Lima: cultura material e articulações entre experiências político-religiosas e santidade” coordenado pelo Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis.

Além das Pesquisas desenvolvidas no âmbito do CDOC-ARREMOS, o Laboratório também é composto por projetos e programa de Extensão. O Programa intitulado de “Memória, documento e cidadania: reflexões sobre direitos humanos e participação popular” visa agregar Projetos de Extensão que tenham propostas de diálogo em torno das condições de participação popular via constituição de memórias, produção, organização e usos sociais de documentos. Tem o objetivo de promover um espaço para discussões sobre as possibilidades de motivação para a cidadania pela organização dos documentos e das memórias das ações políticas, socioeducativas e populares. Para isso o Programa, junto do Laboratório CDOC-ARREMOS, promove eventos, seminários, palestras, debates, mesas redondas e etc. Como um dos objetivos é congrega Projetos de Extensão que tenham relação com a temática proposta, há três Projetos de Extensão ligados ao Programa, o “Preservando lembranças, construindo histórias: o arquivo pessoal e seu papel social”, o “Documentos arquivísticos: o que, por que e como preservar? ”, e o “Memórias e documentos em perspectiva social”. O Programa, juntamente ao Laboratório, fornece todo tipo de auxílio que os Projetos possam precisar e atuam em conjunto sempre que necessário.

Finalizando a composição da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, o Laboratório conta com cinco projetos de Ensino atualmente: “Arquivologia e análise social: categorias, conceitos e classificações em processos sociais e documentos”, “Divulgação da produção científica discente: experiências com a disciplina Pesquisa em Arquivística”, “Opinião crítica e debate na formação do gestor da informação”, “Teoria e Prática Arquivística: duas dimensões de uma Ciência” e “Conservação Preventiva de Documentos: estudos sobre como evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar a deterioração de documentos de arquivo”⁵⁰.

Desenvolver atividades didáticas complementares às disciplinas dos Cursos da UNIRIO aos quais os pesquisadores associados estejam vinculados é um dos principais objetivos do Laboratório CDOC ARREMOS, todos os Projetos de Ensino citados acima são vinculados a componentes curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO.

Tendo em vista que a disseminação do conhecimento desenvolvido a partir das

⁵⁰ Informações retiradas dos registros dos Projetos de Pesquisa nas pró-reitorias correspondentes a UNIRIO

Pesquisas e debates promovidos pelo CDOC-ARREMOS é um dos principais objetivos do Laboratório, os meios de comunicação se apresentam como ferramentas fundamentais para a veiculação dessas informações. Atualmente o CDOC conta com site oficial vinculado ao Portal da UNIRIO⁵¹, contas oficiais nas principais redes sociais como o Facebook⁵², Instagram⁵³ e Youtube⁵⁴, além do e-mail institucional.

A conta do Laboratório CDOC-ARREMOS na rede social Facebook já existe há anos, essa página tem o propósito de socializar informações sobre eventos, notícias e pesquisas sobre as temáticas abordadas no CDOC-ARREMOS. A página conta com mais de 700 seguidores e as publicações realizadas demonstram um desempenho satisfatório em relação ao alcance de pessoas. A proposta da conta do CDOC no Instagram se assemelha ao propósito da página no Facebook que é divulgar eventos, seminários, resultados dos projetos de Pesquisa e Extensão vinculados ao Laboratório, atualmente a conta na plataforma conta com centenas de seguidores.

Com a pandemia da Covid-19, os eventos presenciais foram suspensos, porém o Laboratório não deixou de realizar os seminários e debates propostos para os anos de 2020 e 2021. Para que os eventos fossem mantidos, a solução foi criar uma conta no Youtube e realizar as transmissões por esta plataforma. Ao todo o Laboratório promoveu onze transmissões, dentre seminários externos, Jornada Científica, Mesa Redonda e etc... Somando as visualizações de todos os eventos transmitidos pelo Youtube o número passa de 2.300. Um ótimo desempenho, visto o contexto pandêmico e político que a sociedade está vivenciando. Para que atingisse esse excelente desempenho o Coordenador do Laboratório e o bolsista de Extensão André Paiva, juntamente com a equipe do CDOC-ARREMOS, realizaram pesquisas e estudos para descobrirem formas de transmitir o evento da melhor maneira possível. O desempenho foi tão satisfatório que posteriormente o Laboratório forneceu apoio técnico à Escola de Arquivologia para que pudessem transmitir a Jornada Arquivística, que acontece anualmente.

O e-mail institucional ⁷do CDOC-ARREMOS é também um importante canal de comunicação com a comunidade em geral. É por meio dele que qualquer pessoa pode entrar em contato com a Equipe do Laboratório e solicitar informações, bem como pedir acesso ao espaço físico do CDOC, onde se encontra o acervo do Grupo e a biblioteca composta por livros referentes à temática abordada nas Pesquisas desenvolvidas no

⁵¹ Disponível em: < <http://www.unirio.br/cch/cdocarremos>>

⁵² Disponível em: < <https://www.facebook.com/cdocarremos.unirio>>

⁵³ Disponível em: < <https://www.instagram.com/cdocarremos/>>

⁵⁴ Disponível em: < <https://www.youtube.com/channel/UCIQvaoTpdm5AFIs0YIB42Uw>>

âmbito do Laboratório.

O trabalho desenvolvido pelo Laboratório CDOC-ARREMOS busca fomentar e promover para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, debates acerca da Cultura Documental e sua vinculação com as práticas dos Movimentos Sociais em sua inter-relação com a Religião. Dentro do Laboratório é proporcionado um espaço de pesquisa interdisciplinar que agrupa pesquisadores de variadas instituições que se interessem pela temática da Cultura Documental em sua diversidade e amplitude e as relações diretas ou transversais entre Religião e Movimentos Sociais, em especial visando compreender a função da produção e circulação documental nesses meios como fonte propiciadora de conhecimentos de cunho popular, identidades e memórias coletivas⁵⁵.

Cultura documental: Perspectivas práticas

Os eventos acadêmicos são essenciais para quem busca novos conhecimentos. Visando difundir e socializar as informações adquiridas a partir das pesquisas fomentadas pelo CDOC-ARREMOS, o Grupo promove seminários, debates, mini cursos, capacitações, entre outros. Uma vez que a ciência está em constante desenvolvimento, novos conhecimentos e perspectivas surgem continuamente, assim como a sociedade que como um todo se configura em uma permanente transformação, esses eventos se tornam extremamente necessários para dar espaço a novas pesquisas e debater essas mudanças, principalmente as que ocorrem no contexto político, cultural e social. A presente seção apresentará alguns dos eventos promovidos pelo Laboratório e irá demonstrar como que eles se relacionam com o conceito de Cultura Documental.

1.1 Jornada Científica do CDOC-ARREMOS

A Jornada Científica do CDOC-ARREMOS é composta pela Mesa Redonda: Arquivo, Memória e Ditadura e pelo Seminário de Pesquisa do CDOC-ARREMOS. Esse evento ocorre anualmente desde 2016, conta com a presença de discentes, docentes e ouvintes em geral interessados nas temáticas abordadas pelos palestrantes e pesquisas apresentadas no decorrer da Jornada.

A Mesa Redonda é um evento que já acontecia anualmente desde 2010, era

⁵⁵ Maiores informações: cdoc.arremos@unirio.br.

promovida pelo Grupo de Pesquisa CDOC-ARREMOS e desde sua primeira edição o objetivo era apresentar formas de articulação acerca dos debates sobre arquivos, ditadura e democracia no Brasil. Toda edição da Mesa Redonda possui um tema central e a equipe do CDOC convida palestrantes que tenham relação com a temática abordada. (ASSIS, 2016, p.7)

O Seminário de Pesquisa do CDOC-ARREMOS teve sua primeira edição em 2016, inserido na originária edição da Jornada. O Seminário de Pesquisa é um evento anual, congrega pesquisadores que tenham trabalhos referentes aos seguintes eixos temáticos: “Religião e Movimentos Sociais: aspectos infocomunicacionais” e “Práticas Sociais e produções documentais”. Os trabalhos apresentados no Seminário de Pesquisa são compilados e publicados posteriormente na Revista CDOC, após passarem por avaliação às cegas.

O eixo I “Religião e Movimentos Sociais: aspectos infocomunicacionais” aborda as relações entre o universo religioso e as práticas sociais. Portanto, dentro desse eixo se encaixam as seguintes temáticas: Construção de conhecimentos populares pela produção, disponibilização, circulação e utilização de produtos documentais e informacionais; Aspectos sociais da Religião; Aspectos materiais, simbólicos e rituais da memória; Religião e Sociedade; Arquivos Eclesiásticos e sua função social; Informação Social; Religião, Ditadura e Movimentos Sociais. (CDOC ARREMOS, 2021)

Em relação ao eixo II “Práticas Sociais e produções documentais” são abordadas a diversidade e as implicações das práticas sociais e seus produtos documentais, principalmente as produzidas por grupos, indivíduos, movimentos sociais e coletividades. Nesse eixo se encaixam as pesquisas que se relacionam com representações sociais em arquivos pessoais, acervos e coleções de pessoas, instituições, coletividades e etc., preservação, memória, identidade, práticas de controle, cidadania e Direitos Humanos. (CDOC-ARREMOS, 2021)

A Jornada Científica do CDOC-ARREMOS é conhecida por promover debates relevantes para a comunidade acadêmica da UNIRIO, pois aborda a importância de estudos e relações interdisciplinares sobre a correlação entre a Cultura Documental, Religião e os Movimentos Sociais na estruturação dos processos democráticos e participação popular. O evento foi conquistando notoriedade no meio acadêmico e nos últimos anos foi registrado um crescimento considerável no número de participantes. Um desempenho importante para o Laboratório e sua equipe, pois desde 2010 promovem

eventos visando a democratização da informação e do conhecimento oriundos de suas pesquisas, bem como a de colaboradores externos.

1.2 Seminários CDOC-ARREMOS

Além dos eventos citados anteriormente, o Laboratório CDOC-ARREMOS ainda promove Seminários externos, para todos que se interessarem pelas temáticas da Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais. Esses Seminários são promovidos pelo CDOC-ARREMOS com o apoio do Programa e dos Projetos de Extensão, pois entende-se que é somente por meio do diálogo entre o ambiente acadêmico e os diversos grupos sociais que ocorrerá a socialização da informação e do conhecimento, auxiliando assim na promoção da cidadania e da justiça social.

Esses Seminários externos ocorrem anualmente desde 2018, de acordo com alguns registros internos do Laboratório. Porém, por conta da pandemia do covid-19, em 2020 esses Seminários passaram a ser transmitidos pelo canal do youtube do CDOC-ARREMOS, citado anteriormente.

Um exemplo de seminário externo promovido pelo CDOC-ARREMOS foi “A preservação do potencial informativo do documento como base para o direito à memória e à informação”⁵⁶ tendo como palestrante o Prof. Dr. Bruno F. Leite e a Thayane Vicente Vam de Berg que é arquivista e doutoranda em Memória Social (UNIRIO). O Seminário abordou questões relacionadas a preservação, o potencial informativo do documento, o conceito de documento, memória social, e as relações entre Memória, Documento e Informação. Esse Seminário está intrinsecamente ligado ao conceito de Cultura Documental, pois aborda a questão do conceito de documento e a problemática de focar apenas no suporte, independente da informação contida ali. Tratou-se também da questão do documento como um local de sedimentação de Memórias e representação da informação. A transmissão desse Seminário contou com mais de 400 visualizações, até a data de realização deste trabalho, e os ouvintes parabenizaram e elogiaram a relevância do tema e a ótima apresentação dos palestrantes. (LEITE; VAM DE BERG, 2020)

Somando os resultados dos 05 Seminários externos promovidos em 2020, obtiveram-se mais de 1300 visualizações, também foram emitidos no total 203

⁵⁶ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=XEbLMkuzfRY&t=1245s>>

certificados para os ouvintes. Comparando o desempenho dos Seminários de 2018, com os Seminários de 2020, foi registrado um aumento de 306% na participação do público, um número expressivo, visto o contexto pandêmico. Com esse crescimento o objetivo de disseminar e divulgar informações e conhecimentos relacionados aos eixos de pesquisa do Laboratório foi alcançado. (CDOC-ARREMOS, 2020)

1.3 Apresentações na Semana de Integração Acadêmica

Anualmente ocorre na UNIRIO a Semana de Integração Acadêmica (SIA), é uma oportunidade para os estudantes apresentarem os resultados de suas pesquisas e atividades desenvolvidas ao longo do ano na faculdade. O Programa e os Projetos de extensão, bem como os Projetos de Pesquisa e Monitoria, vinculados ao Laboratório CDOC-ARREMOS apresentam seus resultados na SIA. Na Semana de Integração Acadêmica de 2019, os discentes que integram o Programa, os Projetos de Pesquisa e Extensão representaram o Laboratório CDOC-ARREMOS, eles fizeram uma exposição do que foi desenvolvido no decorrer do ano no âmbito do CDOC ARREMOS.

Nessa edição da SIA, três bolsistas do Laboratório foram premiados pelos seus trabalhos e desempenhos, sob a orientação do professor João Marcus, Suzane Mayer Varela, foi premiada por melhor trabalho da iniciação científica na área de Ciências Sociais. Sob a orientação da professora Patrícia P. Macêdo, foram premiadas as bolsistas do curso de Arquivologia; Kalila Bassanetti, por melhor trabalho da iniciação científica e Rafaella Serafim, premiada na categoria de projeto de extensão. O esforço dos integrantes do Grupo faz com que o CDOC-ARREMOS se projete como um Laboratório de peso na Unirio pela competência, seriedade e comprometimento de seus membros.

1.4 Curso EAD “Arquivos: Memória e Preservação”

Outro grande exemplo de como o Laboratório CDOC-ARREMOS aplica o conceito de Cultura Documental na prática é o Curso “Arquivos: Memória e Preservação” que foi promovido no ano de 2020, na modalidade de ensino a distância (EAD) por conta da pandemia do covid-19. O curso foi destinado aos interessados na discussão entre arquivo e memória, abordando temas como Memória Oral, Arquivos Pessoais e Preservação Preventiva, assuntos amplamente debatidos no âmbito do CDOC-ARREMOS. De acordo com as informações disponibilizadas no site do Laboratório, o

curso teve o seguinte objetivo:

[..] oferecer subsídios teóricos e técnicos para a organização de documentos pessoais, tendo como premissa o entendimento da relação entre arquivo e memória. Propõe ainda a compreensão sobre aspectos teóricos e práticos sobre preservação de documentos, por meio da Conservação Preventiva e da Gestão de Riscos. Totalmente gratuito, o curso é dividido em 3 módulos que incluem, entre outros, tópicos que abordam a metodologia de pesquisa em memória oral, tratamento de arquivos pessoais e conservação preventiva de documentos. (CDOC-ARREMOS, 2020)

Como citado acima, o curso contou com três módulos de conteúdo, o primeiro intitulado de “Técnicas de trabalho com memória e documentos” focou em transmitir conhecimentos iniciais sobre a temática da Memória em seus aspectos coletivos e sociais. O segundo módulo tinha como tema principal os Arquivos Pessoais, sua conceituação, relevância social, a importância desses arquivos para a representatividade social, bem como a questão do reconhecimento e afeto que esses arquivos são capazes de transmitir. No terceiro e último módulo a temática abordada foi a preservação, perspectivas teóricas e práticas, o objetivo era ensinar técnicas de preservação para que os participantes pudessem preservar seus arquivos pessoais, prezando pela prevenção preventiva e planejamento. Acadêmica.

Ao abrir as inscrições para o curso EAD, em menos de 5 dias já haviam cerca de 790 inscritos, pessoas de vários estados do país. Para fazer uma triagem e selecionar os participantes, a comissão de organização do curso levou em conta o público alvo dessa capacitação. Era voltado principalmente para agentes sociais e pessoas que desenvolviam trabalhos comunitários, integrantes de ONGs e coletivos, bem como alunos das áreas das Ciências Humanas e Sociais e interessados em geral. Seguindo esses critérios de escolha, foram selecionadas 27 pessoas de diferentes formações acadêmicas e de vários estados do país. (CDOC-ARREMOS, 2020)

A realização do Curso EAD era algo muito planejado pelos membros do Laboratório, o elevado número de inscrições no curso demonstra a relevância dos temas tratados na capacitação e sua importância para a atuação profissional dos participantes, bem como para aplicação em suas vidas pessoais também. O conceito de Cultura Documental é amplo, abrange diversas temáticas que são muito relevantes para a tanto para os indivíduos quanto para a sociedade, como foi demonstrado a partir dos módulos

do curso ofertado.

Abordar esse conceito partindo de uma perspectiva prática é promover eventos que difundam os conhecimentos acerca dessa questão, é identificar concretamente em quais situações esse conceito pode ser oportuno para auxiliar a compreensão de algo, quais debates ele pode fomentar e etc. Os eventos, cursos, palestras e seminários oferecidos pelo Laboratório, bem como os serviços de consultoria arquivística para ONGs e associações, tratam concretamente da Cultura Documental, seja por meio das pesquisas que se inserem nessa temática, seja por debates referentes a esse conceito.

O CONCEITO DE CULTURA DOCUMENTAL NAS PRODUÇÕES DO LABORATÓRIO CDOC-ARREMOS E DE SEUS PESQUISADORES

Como já foi apontado anteriormente, as pesquisas elaboradas no âmbito do CDOC-ARREMOS apresentam um viés interdisciplinar e abrangem as relações entre Arquivos, Religião e Movimentos sociais, tendo como foco a Cultura Documental e os aspectos referentes à produção, disponibilização, circulação, utilização e reapropriação de produtos documentais. Diante disso, o Laboratório compreende a Cultura Documental como:

[...] cultura de produção de registros que pode ser entendida tanto em seus aspectos de produção de provas e de “verdades”, quanto entendida como produção de possibilidades de interpretações, reinterpretações, apropriações e reapropriações múltiplas. (ASSIS, 2016, p. 7)

Portanto, os Arquivos podem ser entendidos como privilegiados por lidarem com os documentos considerados tradicionais, com foco no suporte e nas informações registradas nele. Porém, não se pode presumir que são as únicas fontes documentais. Partindo do aporte teórico-metodológico de outras disciplinas pertencentes as Ciências Humanas e Sociais como a História, Sociologia, Antropologia e Psicologia os Arquivos são compreendidos como parcelas associadas a outras formas de produções de materialidades. Portanto, ao se tratar de pesquisas relacionadas à Cultura Documental é improvável que não haja a presença de intercâmbios teórico metodológicos com outros campos do saber.

No artigo de Assis e Souza eles apontam que a Arquivística, assim como outras áreas do conhecimento, está passando por transformações em seu escopo teórico, bem

como mudanças em seus paradigmas por conta das novas tecnologias da informação e do rompimento com o modelo clássico de ciência.

A interdisciplinaridade é algo que rompe com o modelo clássico, cartesiano de se pensar a ciência, e tem a ver com esta nova ciência "das incertezas" que antes se efetuava de forma fragmentada e compartimentada. Agora o pensamento científico se dá de maneira integrada, onde os diversos pontos de vista podem ser imbricados e complementados. (ASSIS; SOUZA, 2011, p.4)

Visto isso, cada vez mais é possível notar na literatura arquivística as relações interdisciplinares, visando utilizar aportes teórico-metodológicos de outros campos do conhecimento para tratar as problemáticas da área. Contudo, mesmo diante do surgimento de novas temáticas de estudos por conta das tecnologias da informação, assuntos como o conceito de memória, dados, documentos, informação, continuam sendo importantes eixos de pesquisa para o campo arquivístico e também se utilizam de aporte teórico de outras áreas, pretendendo resolver as questões que cercam esses temas e criar novas abordagens e perspectivas do assunto.

Dado que o conceito de Cultura Documental se trata de uma cultura de produção de registros, é evidente que o conceito de documento e toda a problemática que o cerca é um dos importantes assuntos abrangidos por essa temática. No artigo de Leite em conjunto com a arquivista Paula P. Cerqueira publicado na Revista CDOC em 2016, é abordada a questão do conceito de documento, bem como outros assuntos como a memória e a preservação. Neste artigo os autores compreendem que o conceito de documento diverge entre as áreas do conhecimento. Segundo eles, diferentemente da visão arquivística clássica, o documento, partindo da visão de outras áreas do conhecimento, pode ser entendido com uma ampliação da informação registrada, pois os "suportes" de memórias são variados, podendo ser coisas, objetos, períodos, ou seja, materiais ou imateriais. (LEITE; CERQUEIRA, 2016, p.70)

Com isso, é possível observar que na perspectiva arquivística o documento é criado devido ao seu caráter probatório, parte da necessidade natural de registrar uma ação ou informação e só existe se houver um suporte. Contudo, partindo da perspectiva da memória social e da História Oral, o foco é o registro das informações, frutos de narrativas e memórias coletivas ou individuais, independentemente de suporte, visando criar novas fontes para pesquisas e diálogos entre o passado, o presente e o futuro. Assis e Souza explicam como essa relação entre as várias noções de documentos são

abordadas no âmbito do CDOC-ARREMOS

Nossa preocupação principal, portanto, baseia-se nos sentidos atribuídos ao documento, entendido enquanto registro formal, o qual circula nos meios oficiais ou destes para outros meios como forma de prova, informação ou comunicação. Por outro lado, interessam outras inúmeras maneiras de informar e comunicar que não passam necessariamente por tais meios oficiais. Nesse sentido, os documentos não oficiais e a narrativa se colocam como espécies de contraponto dialógico quanto à oficialidade imputada aos documentos arquivísticos. (ASSIS; SOUZA, 2011, p.13)

Várias pesquisas de investigadores do Laboratório CDOC-ARREMOS utilizam como metodologia a pesquisa documental e a coleta de entrevistas, especialmente quando a pesquisa possibilita diálogos com agentes religiosos, políticos, sociais e acadêmicos. Para esses autores, as propostas de pesquisa do Laboratório visam analisar os processos de comunicação oficial, principalmente os que são via instituições arquivísticas, bem como as informações “não oficiais”.

Em conjugação com essa perspectiva, buscamos pesquisar assimilações ou reapropriações das memórias coletivas produzidas no intercâmbio das produções oficiais e não oficiais, por diferentes agentes ou grupos, visando entender as transformações sociais, políticas e religiosas nos contextos observados. Buscamos ainda identificar a penetração da projeção de tais memórias nos diversos espaços religiosos, assim como em espaços não católicos ou não religiosos buscando perceber suas utilizações como justificação ou negação de ações religiosas e sócio-políticas. (ASSIS; SOUZA, 2011, p.9)

Com as pesquisas desenvolvidas pelo CDOC-ARREMOS e seus pesquisadores busca se fomentar e apresentar para grupos acadêmicos e sociais os debates acerca da Cultura Documental e suas relações com os Movimentos Sociais, Religião e Arquivos. Visto que este ainda é um assunto escasso na literatura arquivística nacional. Por meio dos Projetos, eventos, pesquisas, se objetiva a divulgação desse conceito e todo as temáticas relacionadas a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar sobre o conceito de Cultura Documental nas publicações do CDOC-ARREMOS, e de seus pesquisadores, o pioneirismo do Grupo na abordagem dessa temática no meio arquivístico demonstrou-se inegável. Além disso, o Laboratório ainda conta com uma trajetória com mais de 10 anos de história, priorizando o atendimento das demandas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Nessa perspectiva, tem-se como proposta

possibilitar uma formação integrada para os estudantes de graduação, incentivar a Iniciação Científica e sociabilizar com a sociedade em geral os conhecimentos obtidos a partir das pesquisas realizadas no âmbito do Laboratório.

Os eventos promovidos pelo CDOC-ARREMOS alcançam mais pessoas a cada ano, além de congregarem discentes, docentes, pesquisadores da área, agentes sociais e interessados em geral em torno da temática da Cultura Documental. Por conta dos eventos, pesquisas e projetos de extensão, já foram concedidos vários prêmios ao Grupo, o que faz com que o mesmo se projete como um Laboratório de peso na UNIRIO pela sua competência e seriedade, gerando um importante reconhecimento acadêmico ao CDOC-ARREMOS.

As pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório, e por seus pesquisadores, tratam de assuntos relevantes, principalmente no atual contexto sócio-político nacional. Os estudos que seguem o viés da interdisciplinaridade e pesquisam os aspectos relacionados à Cultura Documental, possibilitam a compreensão acerca de mudanças ocorridas na sociedade, bem como nos paradigmas da Arquivologia e demonstram como essa cultura de produção de registros pode potencializar estratégias e ações de entrave à mobilização popular.

Visto isso, é possível afirmar a importância do Laboratório CDOC-ARREMOS para a parcela da comunidade acadêmica que se interessa pela temática do documento arquivístico e seus aspectos sociais. Após essa pesquisa sobre o conceito de Cultura Documental se faz necessário reiterar a importância dessa abordagem para o campo arquivístico, pois por meio deste conceito é possível identificar e compreender o papel social dos Arquivos e dos arquivistas, como os documentos podem ser importantes ferramentas nas disputas de poder, bem como auxiliares na construção de narrativas e memórias.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. M. F.; SOUZA, R. M. . Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais: experiência de diálogo interdisciplinar entre Arquivologia e Ciências Humanas e Sociais. In: Anna Carla Almeida Mariz; José Maria Jardim; Sérgio Conde de Albite Silva. (Org.). *Novas Dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: Mobile, 2012, v. 1, p. 397-415.

ASSIS, João M. Figueiredo. Apresentação da Revista CDOC. *REVISTA CDOC*. Rio de Janeiro: UNIRIO, v. 01, 2016. Anual, Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/cdocarremos/arquivos/revista-cdoc-2016>>. Acesso em: 30 agosto 2021

CDOC-ARREMOS, Grupo de Pesquisa. *Projeto de criação do Laboratório Multidimensional*. Documento interno. 2016

CDOC-ARREMOS, Laboratório. *Edital VI Seminário de Pesquisa do CDOC ARREMOS*. Documento interno. 2021.

CDOC-ARREMOS, Laboratório. *Relatório de avaliação do curso EAD 2020*. Documento interno. 2020

CDOC-ARREMOS, Laboratório. *Relatório de desempenho 2020*. Documento interno. 2020

CDOC-ARREMOS. Laboratório CDOC-ARREMOS, 2020. *Eventos do Laboratório*. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/cdocarremos/eventos-do-laboratorio>>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

CPDOC – FGV. O QUE É HISTÓRIA ORAL. 2015. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em: 05 de setembro de 2021

LEITE, B. F.; CERQUEIRA, P. P. . PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA E ARQUIVO: APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS CONCEITUAIS. In: *I Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais*, 2016, Rio de Janeiro, 2016. p. 65-76.

LEITE, Bruno F.; VAM DE BERG, Thayane V. *A preservação do potencial informativo do documento como base para o direito à memória e à informação*. Youtube, 26 ago 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=XEbLMkuzfRY&t=60s>>. Acesso em 07 maio 2021

LOUSADA, Mariana. *A mediação da informação na Teoria Arquivística*. 2015. 135 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/lousada_m_do_mar.pdf)

[Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/lousada_m_do_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/lousada_m_do_mar.pdf)>. Acesso em: 02 de setembro 2021.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 228

ARQUIVOS DA REPRESSÃO: A SEÇÃO DE ARQUIVOS DAS POLÍCIAS POLÍTICAS (1938 - 1946)

Daniel G. Elian dos Santos

Resumo: Este artigo analisa as atividades e a metodologia de trabalho dos profissionais pertencentes aos órgãos de polícia política que exerciam as funções arquivísticas nos respectivos setores de Arquivo e/ou Administração. A partir da análise do aparato montado pela polícia política – em especial da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) e da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) – para a produção da documentação das Polícias Políticas e os métodos utilizados para o registro e recuperação da informação dentro desses órgãos, foi possível observar a importância do setor de Arquivo para o desenvolvimento do trabalho policial. Criado em 1938, cinco anos após a instauração da DESPS, o Arquivo tinha como principal atribuição identificar e qualificar os indivíduos fichados pelo órgão a fim de reunir em prontuários todas as informações.

Palavra-Chave: História dos Arquivos. Arquivos da repressão. Polícias Políticas.

Abstract: This article analyzes the activities and methodology of the professionals belonging to the political police that worked as archivists in the Archive's and Administration's sectors. From the analysis of the apparatus set up by the political police – in particular the Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) and the Divisão de Polícia Política e Social (DPS) – for the production of this documentation and the methods used for registration and recovery information, it was possible to observe the importance of the Archive's sector for the development of police work. Created in 1938, five years after the establishment of DESPS, the Archive's main task was to identify and qualify individuals registered by the agency in order to gather all information in records

Keywords: Archive's history. Archives of repression. Political police.

Introdução

O Arquivo desempenha diversas funções como um armazenador coletivo de conhecimentos. Entre as funções podemos citar a conservação, a seleção e a acessibilidade. Para além da visão tradicional de guardião da memória e da história, o Arquivo também um lugar de produção, retenção e apropriação de informações para a construção do conhecimento (SANTOS, 2021, p. 13)

No entanto, as funções primárias dos arquivos são sempre administrativas, funções de gestão, mesmo quando são arquivos pessoais, portanto, o arquivo não é uma finalidade em si (CAMARGO, 2015). Os documentos de arquivos viabilizam/comprovam as atividades de instituições ou pessoais e preservam as relações orgânicas entre si. São reunidos naturalmente, no decorrer das atividades desenvolvidas, não são reunidos deliberadamente. Tal natureza instrumental dos documentos de arquivo, atrelada à lógica da entidade produtora, garante-lhes a condição de refletir exatamente a ação na qual se originou (CAMARGO, 2009, p. 427).

O objeto de estudo desse artigo – os arquivos da repressão – foram criados com a finalidade específica dentro da lógica repressiva, portanto, é preciso reconhecer a estrutura, a forma, e a perspectiva sob a qual eles foram produzidos a fim de analisá-los e desconstruí-los (CATTONI apud SANTOS, 2016, p. 14). Nesses acervos, predominam informações nominativas, apreciações ou julgamentos de valor sobre pessoas designadas, “resultantes das ações persecutórias empreendidas por serviços de inteligência durante os períodos totalitários, alimentando sistemas de informação que acabam por se transformar em mecanismos de auto sustentação do próprio regime” (CAMARGO, 2002).

Os arquivos da repressão passaram a ser reconhecidos como fonte fundamental para a comprovação da violência cometida pelo Estado brasileiro a partir da criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, prevista pela Lei nº 9.140/95, de 4 de dezembro de 1995. A referida Comissão tinha como atribuições proceder o reconhecimento de pessoas desaparecidas ou que tenham sido mortas em dependências policiais ou em virtude da repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público. O trabalho realizado pela Comissão permitiu aos familiares de mortos e desaparecidos requererem indenizações a fim de repararem os crimes cometidos pelo Estado, mas também possibilitou a emissão de novos

documentos, como, por exemplo, a certidão de óbito dos entes desaparecidos⁵⁷.

Paradoxalmente, esses arquivos produzidos pelo regime serão os mesmos a servir de prova contra o estado nos processos de indenização de ex-presos políticos, seus familiares ou perseguidos políticos durante a ditadura, em uma busca pela legitimidade das informações prestadas por eles próprios (RODRIGUES, 2014, p. 221).

Os arquivos da repressão são entendidos como “conjuntos que foram criados como instrumentos de repressão (...) guardam um poder potencial, uma potência inerente ao valor informacional que mantêm mesmo que não estejam ativos” (PLATHE apud THIESEN, 2014, p. 235). Portanto, é fundamental que esses arquivos sejam preservados, pois “são provas legais e científicas que comprovam e responsabilizam aqueles que cometeram violações, além de servirem à pesquisa histórica” (SANTOS, 2021, p. 29).

Num período em que a arquivologia buscava consolidar-se no cenário mundial, é pertinente o estudo dos métodos de trabalho dos profissionais que, sem qualquer formação superior – visto a tardia criação de cursos de graduação na área em âmbito nacional, desempenhavam as atividades no Arquivo Geral dos órgãos de segurança e informação do país⁵⁸.

Este artigo pretende analisar as atividades e a metodologia de trabalho dos profissionais que exerciam as funções arquivísticas nos respectivos setores de arquivo e/ou administração da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) e a Divisão de polícia política e Social (DPS).

Será analisado o aparato montado pela polícia política para a produção dessa documentação e os métodos utilizados para o registro e recuperação da informação dentro desses órgãos, atividade de suma importância para o desenvolvimento do trabalho policial.

A fim de alcançar os objetivos propostos aqui, nos debruçamos especificamente sobre a documentação administrativa das polícias políticas em seus primeiros anos de atuação, desde sua criação, em 1933, ao início do curto período democrático vigente no

⁵⁷ Em 13 de novembro de 2002, foi promulgada a Lei nº 10.559, que regulamentou o artigo 8 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A referida lei definiu a condição de anistiado político e possibilitou a reparação econômica pelo Estado, mediante a reunião de elementos que comprovem a condição de anistiado político e de cidadão impedido de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política entre 1946 e 1988

⁵⁸ A despeito do reconhecimento oficial da profissão no Brasil ter ocorrido em fins da década de 1970, o exercício da profissão de arquivista no país é anterior a esse período. Após uma breve pesquisa realizada nos arquivos administrativos dos órgãos da polícia política, é sabido que tais atividades eram executadas por investigadores e detetives, a princípio, profissionais sem estrita relação com a arquivologia.

país entre as duas ditaduras, 1946 e 1964. Esse recorte se justifica pelo fato da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) exercer suas atividades – sem significativas mudanças estruturais – em âmbito federal até 1960, ano de transferência da capital federal para a recém-criada cidade de Brasília, e ter sido substituída em 1962 pelo Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS/GB). A partir desse momento uma nova estrutura organizacional se impôs nos órgãos de polícia política, principalmente em 1964 com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável por superintender e coordenar todas as atividades de segurança, informação e contrainformação. Portanto, a análise sobre a seção de Arquivo das polícias políticas será restrita ao período de existência da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) e da Divisão de Polícia Política e Social (DPS).

A principal fonte utilizada para o desenvolvimento desse artigo é o acervo dos órgãos da polícia política custodiados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Esse acervo permaneceu sob a guarda da Polícia Federal desde a extinção do Departamento Geral de Investigações (DGIE) e recolhido ao APERJ para que se procedesse o tratamento adequado e garantir a consulta aos cidadãos interessados⁵⁹. A partir da análise dos relatórios anuais, folhas de frequência, organogramas e outros documentos administrativos, identificamos a metodologia de trabalho desenvolvida pelos responsáveis pela seção de Arquivo das polícias políticas, a estrutura organizacional e operacional, além dos resultados produzidos em consequência dessas atividades.

Também foram exploradas as entrevistas⁶⁰ concedidas pelos investigadores Cecil Borer e José de Moraes, que tiveram papel de destaque na repressão anticomunista, e forneceram detalhes técnicos de enorme valor sobre a produção e a gestão da informação na polícia política entre as décadas de 1940 e 1950.

O tratamento técnico arquivístico do acervo das Polícias Políticas

Em abril de 1993, poucos meses após o recolhimento da documentação, foi iniciado no APERJ o tratamento técnico do acervo, com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Contando com uma equipe multidisciplinar formada por historiadores, cientistas sociais, bibliotecários e restauradores, o projeto priorizou a conservação dos acervos a fim de responder às

⁵⁹ O DGIE, último órgão da polícia política, herdou os arquivos das polícias políticas em âmbito federal e estadual (do Rio de Janeiro e do antigo Estado da Guanabara)

⁶⁰ As referidas entrevistas encontram-se publicadas no livro *A Contradita*, de organização dos pesquisadores Leila Menezes Duarte e Paulo Roberto Pinto de Araújo

demandas da sociedade civil que ansiava pelo acesso aos acervos. Em função das más condições de armazenamento ao longo dos anos, a documentação, primeiramente, foi higienizada e recebeu um novo acondicionamento.

Em paralelo, a equipe de pesquisadores das áreas de História, Ciências Sociais e Arquivologia do APERJ buscou através de instrumentos legais presentes em nossa legislação franquear o acesso à documentação. Mediante a assinatura de um termo de responsabilidade, os usuários – em sua maioria pertencentes à comunidade acadêmica – passaram a ter acesso aos documentos, comprometendo-se a responder por quaisquer ônus e ações decorrentes da divulgação de informações previstas na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a Lei de Arquivos, no Código Penal e na Constituição Federal de 1988.

Em 5 de outubro de 1994, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decretou a Lei nº 2.331 – sancionada pelo governador Nilo Batista, reiterando o dever do Poder Público na “gestão documental e proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e à cidadania, onde servem como elementos de prova e informação na garantia dos direitos individuais”. Em razão da ausência de uma legislação arquivística, essa lei colocou o estado do Rio de Janeiro em posição pioneira no país⁶¹.

Diversos foram os órgãos de polícia política que atuaram ao longo do século XX, desde o Corpo de Investigações e Segurança Pública, criado em 1907, ao Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), extinto em 1983. Ao longo de toda sua existência, as polícias políticas reuniram os mais diversos gêneros documentais: documentos textuais, iconográficos, sonoros e tridimensionais. Esse acervo apresenta aproximadamente 390 metros lineares, reunindo cerca de 120 mil prontos, 3 mil pastas agrupadas em 58 setores e 2,5 milhões de fichas remissivas, além de centenas de códices.

Durante o tratamento, optou-se por manter a organização original do acervo a fim de ser respeitada a organicidade presente. Os prontos, organizados e ordenados numericamente pela polícia, contêm fichas de identificação, termos de declaração, fotografias, relatos de investigação e resumo das informações. Os dossiês, organizados fisicamente em pastas agrupados em 58 setores, cujas denominações foram atribuídas

⁶¹ A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a chamada Lei de Arquivos, dispôs sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados a nível nacional, porém, até a apresentação do Projeto de Lei nº 1.819/94, não havia sido objeto de regulamentação, inviabilizando assim a sua aplicação.

pelo próprio produtor, contêm relatos de investigação, correspondência de outros órgãos de informação, boletins, termos de declaração, fotografias, recortes de jornais e documentos apreendidos: panfletos, folhetos, cartazes, ilustrações, fotografias, periódicos, objetos tridimensionais, correspondências, registros de identidade, entre outros. A ordem interna é cronológica e nas pastas as folhas encontram-se numeradas. Podemos destacar nesse acervo os documentos relativos à Aliança Nacional Libertadora, ao Partido Comunista, à Ação Integralista Brasileira, e a organizações da Esquerda Armada, partidos políticos, sindicatos, entidades estudantis, espionagem, anistias, eleições e greves.

As fichas remissivas estão organizadas em fichários pelo prenome, sobrenome e codinome; associações e assunto, porém não obedecem a uma padronização. Por vezes apresentam, além dos dados remissivos aos prontuários e aos setores em que se encontram os documentos, informações pessoais como filiação, profissão, endereço etc. Em algumas dessas fichas é possível identificar o investigador responsável por sua abertura e também a data em que foi criada. É a partir da pesquisa nesse fichário que se concretiza a recuperação das informações presentes nos documentos das polícias políticas, portanto, os fichários são o principal instrumento de pesquisa desse acervo. Era assim quando os investigadores buscavam por informações sobre um investigado, e permanece assim nos dias de hoje, quando um pesquisador deseja ter acesso aos documentos ou um ex-presos político almeja obter informações produzidas sobre ele pelo Estado no intuito de reaver seus direitos como cidadão (SANTOS, 2021, p. 28).

As Polícias Políticas: DESPS e DPS

1.1 A origem das Polícias Políticas

Em 1907, diante do contexto histórico, político e social do pós-Revolta da Vacina, o governo criou o Corpo de Investigação e Segurança Pública da Polícia Civil, órgão subordinado ao chefe de polícia do Distrito Federal. O processo de reestruturação do corpo policial da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, consolidou-se, portanto, ainda em princípios do século XX. Entre as oito seções que compunham o novo órgão, apresentava-se a Seção de Arquivo Geral e Informações, responsável pela reunião dos dados sobre os indivíduos, sistematização e catalogação dos respectivos prontuários, além da atribuição de informar e esclarecer as autoridades sobre os antecedentes criminais dos indivíduos presos (SANTOS, 2020, p. 127).

No entanto, a Polícia Civil mantinha, desde o século XIX, um conjunto de

registros criminais que auxiliavam no desenvolvimento dos trabalhos investigativos. O Gabinete de Identificação e de Estatística era o responsável pela organização de uma “galeria” de ladrões conhecidos, para uso privativo das autoridades policiais.

Em cada delegacia de polícia havia a presença de um identificador – funcionário do Gabinete – que tinha como incumbência tomar as impressões digitais dos detidos e preparar os prontuários, a fim de facilitar os pedidos de informações a respeito dos antecedentes criminais. Havia, já nesse período, uma preocupação por parte das autoridades policiais da difusão das informações entre as diferentes repartições da polícia do Distrito Federal. Para tornar o sistema eficiente, cada delegacia produzia um livro de registro geral que compilava as informações dos criminosos e contraventores da sua zona de jurisdição, formando assim um cadastro que, por meio de uma turma especial de identificação subordinada ao diretor do Gabinete, era disseminado às demais delegacias (SANTOS, 2020, p. 127).

Em princípios dos anos de 1930, vigorava no Brasil a primeira Lei de Segurança Nacional, responsável por definir os crimes contra a ordem política e social. Diante desse contexto, o presidente da República, Getúlio Vargas, criou a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) em substituição à 4ª Delegacia Auxiliar, em 1933.

No decreto de criação estabeleceu-se que a DESPS seria independente da polícia administrativa e judiciária, tendo suas atribuições definidas por regulamento especial, ficando diretamente subordinada ao chefe de Polícia. Sob o argumento de garantir a rapidez nas nomeações para ações que se fizessem necessárias, a DESPS seria formada por investigadores extranumerários, isto é, fora do quadro efetivo de funcionários. O quadro extranumerário é formado pelos servidores públicos que desempenham as funções pública, que não fazem porém parte do quadro permanente da administração. Era claro o interesse do governo em manter um “quadro móvel” de investigadores, posto que as atividades a serem desenvolvidas no novo órgão seriam sigilosas e envolviam espionagem e controle de informação (SANTOS, 2021, p. 33).

O caráter sigiloso das atividades da DESPS era usado como justificativa para que as modificações na estrutura e na competência do órgão não constassem no Decreto nº 24.531, de 2 de julho de 1934, que aprovou novo regulamento para os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal. O documento era bastante minucioso sobre todos os demais órgãos da administração policial, e não acrescentou qualquer informação sobre a estrutura da DESPS. A fonte principal de informações sobre o órgão está nas portarias e nos relatórios de atividades anuais, principalmente os relativos ao período de 1939 a 1943 (SANTOS, 2020, p. 129).

Quando de sua criação, além do Gabinete do delegado especial e da Secretaria –

que contava com um Serviço de Prontuários de Investigadores, a Delegacia Especial, chefiada pelo capitão Affonso Henrique de Miranda Corrêa, contava com três seções, a saber: Seção de Segurança Política (S/1) – responsável pela repressão ao integralismo e às manifestações políticas de direita, pela organização dos fichários nominais, fotográficos e residencial e de garantir a segurança do presidente da República; Seção de Segurança Social (S/2) – responsável pela repressão ao comunismo e às ideologias de esquerda, competindo-lhe realizar sindicâncias, garantir o funcionamento dos estabelecimentos industriais e comerciais em caso de greves, controlar sindicatos e entidades, conceder licença prévia para a realização de assembleias sindicais etc; Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições (S/3), que exercia o controle sobre os registros de armas do Distrito Federal. Não havia, até então, uma seção responsável pela centralização das informações coletadas pelos investigadores em serviço (SANTOS, 2020, p. 129-130).

Em 1942, a estrutura organizacional da DESPS foi ampliada com a criação do Serviço de Investigações e Pesquisa, formado pela Seção de Investigações (S/5) – responsável por proceder investigações secretas nos setores político, social, naval, aéreo, militar, econômico, espionagem e contraespionagem; e Seção de Pesquisas (S/6) – responsável por realizar pesquisas de caráter político-social, executar as censuras postal e telegráfica, e proceder a coleta no noticiário jornalístico. Nessa mesma reorganização, foram criados também o Serviço de Fiscalização dos Pontos de Embarque e Desembarque – responsável pelo controle do embarque e desembarque de passageiros no Distrito Federal, pela garantia pessoal do Presidente da República e dos representantes dos governos estrangeiros e pelo controle de bagagens, correspondência clandestina, metais preciosos e armas; e o Serviço de Controle de Investigadores, em substituição ao Serviço de Pessoal, com o objetivo de controlar a vida funcional dos agentes do órgão (SANTOS, 2021, p. 34).

Em 1944, após uma nova reforma na estrutura policial, a DESPS foi substituída pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS), cuja finalidade era a de prevenir e reprimir os crimes e atividades contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social.

A estrutura do novo órgão consolidou-se a partir da atuação dos serviços de Investigações (S. Iv.) e de Informações (S. I.), unidades administrativas que funcionavam sob a coordenação das delegacias de Segurança Política e de Segurança Social, que formavam a espinha dorsal da organização (REZNIK, 2004, p. 114). Em suma, a

Delegacia de Ordem Social tratava de toda e qualquer atividade considerada de “esquerda”, ligada ao Partido Comunista – grande ameaça vigente no país, na visão dos dirigentes. Já a Delegacia de Ordem Política tratava das demais atividades políticas, em especial o nazismo, fascismo, reproduzidos no país pelos integralistas pertencentes à Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado.

O Arquivo era um dos setores pertencentes ao Serviço de Informações da DPS. Competia aos funcionários do setor a responsabilidade de abrir prontuários nominais, fichas índices e dossiês, e arquivar a documentação oficial produzida como leis, decretos, regulamentos, Diário Oficial e Boletim de Serviço. Além disso, o setor deveria lançar progressivamente os dados informacionais nas folhas de anotações dos prontuários, assim como documentos, termos de declarações, relatórios e qualquer outro expediente de interesse do órgão. Também era de competência do setor o recebimento e arquivamento de coleções de correspondências expedidas, com encadernação proposta e realizada pelo setor de Expediente; compilação e atualização dos fichários de índice geral, de antecedentes, fotográfico, datilográfico, de profissões, de controle de presos e do preventivo; arquivamento em dossiês aos prontuários e fichários de todos os documentos sobre casos, fatos, representações e firmas acerca de assuntos que escapam por sua complexidade (SANTOS, 2021, p. 36).

1.2 A seção de Arquivo Geral

Apenas cinco anos após a criação da DESPS, o Arquivo Geral (S/4) foi criado, em abril de 1938, com a principal atribuição de identificar e qualificar os indivíduos fichados pelo órgão a fim de reunir em prontuários todas as informações. Em seus primeiros anos de atuação, o serviço de organização do acervo produzido e acumulado e de atendimento aos pedidos de informação sobre os diversos assuntos era realizado pelas seções de Segurança Política e Segurança Social da própria DESPS. Cada seção era a responsável por reunir as informações coletadas a partir das respectivas investigações procedidas e abrir e alimentar os prontuários dos indivíduos, associações, sindicatos e similares. A partir da criação da S/4, os prontuários produzidos por ambas seções foram unificados garantindo o rápido e preciso compartilhamento das informações. A nova seção passou a confeccionar fichas remissivas sobre os investigados que facilitavam a consulta pelos próprios investigadores. O Arquivo Geral assumiu como órgão coordenador das atividades consideradas ilícitas cometidas pelos chamados “inimigos” do Estado e repositório dos antecedentes políticos individuais.

Com a criação do Arquivo Geral, as seções S/1 e S/2 – respectivamente as seções de Segurança Política e Segurança Social – remeteram para este, os prontuários, que ao serem unificados, tiveram suas capas substituídas e padronizadas. Para termos uma ideia do volume documental que passou por esse tratamento, o relatório anual de 1942 apresenta quase 36 mil prontuários. No relatório do ano anterior, a má confecção dos referidos prontuários foi destacada pelo chefe da seção, pois, por vezes, impossibilitou a

confirmação ou negação de uma determinada informação constante nos documentos, prejudicando as investigações vigentes (SANTOS, 2021, p. 40).

O primeiro relatório produzido pelo responsável da seção de Arquivo da DESPS é datado de 1941. O referido relatório assinado por Pedro de Freitas Regazzi, Comissário Classe I, apresenta a estrutura da seção, os serviços prestados às outras seções da Delegacia e os mapas de movimentação de acervo desde a criação até a presente data de elaboração do documento. No entanto, o relatório da seção faz parte do relatório anual apresentado pelo capitão Felisberto Baptista Teixeira, delegado especial de Segurança Política e Social, ao chefe da Polícia Civil. O relatório anual da DESPS, além de expor a movimentação dos documentos produzidos em 1940, critica “a organização acanhada e provincial” apresentada pelo órgão.

Desde a sua criação, os serviços internos de todo o órgão eram realizados por investigadores desviados de suas funções de vigilância, que passaram a executar atividades meramente burocráticas causando graves “prejuízos para o serviço público e notável diminuição da capacidade informativa e preventiva que constitui a razão de ser de um agente secreto”. Pelo Decreto nº 24.531, as atividades desenvolvidas pela DESPS deveriam ser executadas por pessoal especializado, porém, na prática, eram desempenhadas por investigadores que já pertenciam ao corpo técnico da Polícia Civil. Assim sendo, não é de se imaginar que a seção de Arquivo Geral apresentasse cenário diferente em seus primeiros anos de atuação (SANTOS, 2021, p. 40).

A falta de pessoal especializado nas seções da DESPS não era o único inconveniente para a administração do órgão. A ausência de um serviço de Protocolo prejudicava o andamento das atividades devido a desorganização dos serviços de Expediente. Todos os documentos eram simplesmente entregues em mãos aos chefes de seção ou de funcionários subalternos sem qualquer tipo de controle, acarretando na perda de documentos e, por conseguinte, de informações. A fim de resolver o *modus operandi*, reorganizou-se a Secretaria, a qual ficou afeto todo o expediente administrativo da Delegacia e criou-se o Protocolo com os respectivos registros dos documentos em trânsito na Delegacia (SANTOS, 2021, p. 41).

Anexo à Secretaria, o Serviço do Pessoal, responsável pela criação de novos prontuários e abertura de fichas informativas e fotográficas dos investigadores, também foi organizado. Tais fichas apresentavam a capacidade de produção, as habilidades, os antecedentes e as especialidades na vida civil dos investigadores com o objetivo de mapear e conhecer profundamente o corpo técnico da DESPS. Em seu primeiro ano, o Serviço do Pessoal abriu 565 prontuários e atualizou outros 916, abriu 1.481 dossiês, além de ter criado 8.886 fichas informacionais e arquivado 2.962 documentos. Outro

serviço anexo à Secretaria era o Serviço de Correspondência do delegado especial, responsável pelo recebimento e expedição de cartas e telegramas.

No relatório de 1940 é possível também dimensionar a quantidade de documentos transitados pela seção de Arquivo Geral no ano. Cerca de 114 mil documentos transitaram pela seção, tendo sido criados 1.353 dossiês diversos, consignando a existência total de 13.754 dossiês. Além disso, o fichário foi acrescido de 4.910 fichas, sendo 2.123 relativas ao fichário nominal, 1.581 ao cadastro de armas e 1.206 ao cadastro de ocorrências. No total, o fichário apresentava até fins de 1940, 68.609 fichas se somadas as fichas elaboradas pela seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições (SANTOS, 2021, p. 41).

Um dos serviços pertinentes à seção era o de datiloscopia, processo que permite a identificação humana a partir das impressões digitais. Ao ser preso, as impressões digitais dos indivíduos eram recolhidas e passavam a fazer parte do acervo do Serviço Datiloscópico da DESPS. As individuais datiloscópicas eram classificadas pelo Sistema de Vucetich⁶² e distribuídas em armários apropriados para seu armazenamento.

O arquivamento é feito a partir das impressões dos dez dedos das mãos do indivíduo, que são coletadas e dispostas em uma ficha específica que contém em um dos lados dez campos na sequência polegar, indicador, médio, anular e mínimo, com os dedos da mão direita e esquerda postos nos campos superiores e inferiores, respectivamente. Em seu verso, constam as informações de nome, filiação, data de nascimento e a impressão de cada um dos polegares nos locais determinados a fim de conferir com as impressões coletadas no primeiro lado (SANTOS, 2021, p. 41).

O Arquivo mantinha a organização de um fichário com as fichas dos indivíduos prontuariados e outro fichário com fichas preventivas, contendo a classificação e a fotografias daqueles que passaram detidos por averiguações pela polícia, mas que por algum motivo não geraram prontuários. Portanto, a polícia era capaz de manter o registro informacional de boa parcela dos cidadãos brasileiros e estrangeiros que transitavam pelas salas de detenção e corredores dos prédios das delegacias da capital federal.

Além dos fichários, os investigadores tinham a disposição livros índices organizados por ordem alfabética com o nome dos prontuariados, álbuns fotográficos de condenados foragidos comunistas, integralistas e políticos, e livros com a relação de todos os processos e indiciados contendo um resumo histórico do fato que originou o

⁶² Cf. SILVA (2016). Método datiloscópico que se baseia na representação da disposição das papilas dérmicas e dos elementos que compõem esse sistema de classificação, cuja aplicação e a ordenação permite consulta rápida quando compara uma peça padrão arquivada no contexto dos arquivos criminais com um fragmento extraído de local de crime.

processo, organizado por Estados, para auxiliar na busca por informações. A seção de Arquivo mantinha também um livro em que eram consignados os objetos, valores e documentos pertencentes aos indivíduos no momento da prisão que lhes eram entregues em caso de soltura. A seção reunia ainda uma coleção de livros e revistas consideradas de teor ideológico contrário ao regime vigente no país apreendidos em ações da polícia. O catálogo era formado por brochuras, folhetos, livros e revistas de ideologia comunista e integralista. Portanto, a seção não restringia se apenas ao tratamento dos documentos de arquivo (SANTOS, 2021, p. 42).

O Arquivo contava também com o Gabinete Técnico, por vezes denominado Gabinete Fotográfico. O serviço funcionava com dois aparelhos fotográficos emprestados pelo Instituto de Identificação⁶³, órgão governamental especializado em identificação através de impressões digitais. Entretanto, a falta de material e de espaço físico dificultava o andamento das atividades, tendo o serviço sido interrompido por diversas vezes ao longo do ano de 1940. José de Moraes, que desempenhou as funções de identificador, investigador, detetive e papiloscopista ao longo de sua trajetória profissional nos órgãos de polícia política, revela:

Quando o elemento era preso, eram feitas aquelas fotografias que tem aí no prontuário. A planilha com a identificação datiloscópica ia para o arquivo. Colocávamos dentro desse prontuário todos os antecedentes que porventura existissem nos dossiês (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 46)

Uma atividade frequente dos serviços policiais investigativos era a de coletar informações diretamente dos periódicos. A imprensa, como órgão de divulgação informacional, era objeto de investigação diária dos setores da polícia, que produziam pastas de recortes de jornais de interesse da DESPS, uma matutina e outra vespertina. A fim de facilitar a busca pelas notícias publicadas nos jornais, a seção de Arquivo utilizava-se de índicestemáticos e nominais.

Ali (nas fichas índices ou fichas verdes) registrava tudo o que se referia à ação comunista no Brasil: São Paulo, Pernambuco, todos os estados do Brasil (...) a *Imprensa Popular* era vasculhada diariamente e os dados eram registrados nas fichas. Tínhamos uma equipe para ler os jornais e uma equipe para fazer o resumo e datilografar as fichas (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 95)

Cecil Borer, que durante anos foi chefe do Setor de Fiscalização Trabalhista,

⁶³ O Instituto de Identificação foi criado em fins de 1902 como órgão subordinado à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Recebeu a denominação atual em 1941 em homenagem ao introdutor da identificação datiloscópica no Brasil, Félix Pacheco.

órgão encarregado de vigilância sobre o movimento operário, atuando repressivamente sobre os comunistas e o PCB, declarou que a documentação era composta tanto por material apreendido, quanto por transcrição de documentos apreendidos.

em matéria de Serviço de Inteligência vale tudo. Eu mandava produzir chaves, chave de porta de comitê de partido, eu tinha acesso a isso. Nós entrávamos lá, abríamos, fiscalizávamos, fotografávamos, tirávamos tudo. Outros documentos, quando me interessavam dentro do fichário, eu pegava, tirava duas, três fichas originárias. O Partido só ia descobrir aquilo quando, por uma hipótese qualquer, ele fosse mexer naquilo. O Partido mandava um emissário levar um material produzido daqui para São Paulo. Alguém me avisava (...) mandava interceptar e tomar a pasta no meio do caminho (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 66).

Quando o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) foi extinto em 1983, Moraes era o chefe do Serviço de Processamento, unidade responsável pela manutenção dos arquivos ao qual nos referimos ao longo desse artigo. Por mais de quarenta anos, Moraes transitou por diversos setores dentro das polícias políticas: Registro de Estrangeiros, serviços de Pessoal e de Passaporte, além, é claro, do referido Serviço de Processamento. Em entrevista concedida aos pesquisadores Leila Menezes Duarte e Paulo Roberto Pinto de Araújo em 1998, destrinchou o cotidiano das atividades desenvolvidas pelos setores, em especial, pelo Arquivo, que tinha papel fundamental na lógica da desconfiança do Estado.

O quadro de pessoal que batia ponto diário em turno de seis horas na seção de Arquivo era em torno de quarenta a sessenta pessoas. Em ocasiões de exceção, como, por exemplo, no dia da cassação do registro do PCB, os funcionários recebiam uma leva exorbitante de documentos contendo informações a serem registradas nos fichários e dossiês – e era imprescindível que todo o serviço ficasse pronto o quanto antes. (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 90-91).

Até 1937, a documentação do arquivo era basicamente formada por dossiês e prontuários que foram sendo atualizados desde os primórdios dos órgãos de polícia política do Estado. O processo de acompanhamento do que se desenvolveu após a Intentona Comunista desdobrou-se em diversas pastas de informação que viriam a alimentar o arquivo. Essas pastas foram organizadas por setores – a partir do setor Comunismo, evidentemente, por determinação de Renato Lahmayer, pelos idos de 1938 (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 67). Cada documento colocado recebia um número de folha e era colocado de cima para baixo para que fosse mantida a ordem numérica e a sequência cronológica. Quando a pasta, ou dossiê, alcançava sua capacidade criava-se uma nova pasta respeitando sempre a ordem cronológica (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 103). Os registros eram feitos por fichas, que atingiam a produção diária de até quatrocentas ou quinhentas fichas de acordo com a documentação que se conseguia.

O documento chegava com todos os nomes que eram grifados ou ticados. Era feita a ficha e colocada naqueles fichários. O documento depois era guardado, a ficha indicava onde estava o documento. Com o documento, eu recebia a numeração de folhas. Por exemplo, a ficha de José de Moraes indicava meu nome, 'dossiê comunismo, folha 29'. As fichas eram agrupadas no fichário. Quando havia uma pesquisa, elas eram relacionadas e aí eu ia buscar onde estavam os nomes. À noite era feito o arquivamento (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 67).

A dinâmica da DPS funcionava da seguinte maneira. Os setores ligados ao Arquivo recebiam os pedidos de busca oriundos de órgãos públicos como, por exemplo, ministérios e demais polícias. Esses pedidos de busca continham algumas poucas informações sobre determinado indivíduo ou associação que pudessem contribuir na identificação, e assim eram encaminhados ao serviço de Investigações para a apuração dos fatos apresentados. No início da investigação, era de praxe que o investigador solicitasse ao Arquivo informações presentes na documentação custodiada sobre o indivíduo investigado. Por vezes, as informações reunidas nos fichários respondiam imediatamente ao que buscava o investigador e, portanto, não havia necessidade de ser dado prosseguimento à investigação (SANTOS, 2021, p. 44). Ou até mesmo, essas informações apresentavam a solução em fatos ocorridos anteriormente (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 48).

Após a apuração, os pedidos retornavam aos setores ligados ao Arquivo que realizavam o processamento daquela informação e divulgava o que havia sido apurado. A partir da chegada desse documento ao setor de processamento, as fichas eram confeccionadas contendo as informações de localização daquele documento que era colocado junto a outros documentos, formando assim um dossiê (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 96).

Ao atingir os 50 mil prontuários, muitas das fichas foram transferidas, por seu conteúdo, dos fichários para os prontuários. Ou seja, aquele que era o instrumento de pesquisa utilizado pelos investigadores do Arquivo, passou também a fazer parte da própria documentação referente ao indivíduo. Isso porque algumas das informações contidas nas fichas iam além da simples localização do documento. As fichas podiam apresentar informações de filiação, endereços residenciais e de trabalho, afiliações partidárias, possíveis associações a sindicatos ou grupos políticos, codinomes etc. Eram informações adicionais que contribuía para a identificação e o controle do Estado sobre a sociedade. Borer se justifica:

O prontuário era consequência de uma pessoa que entrava em processo. E dos apontamentos em ficha, cujo subsídios se recebia de fontes distintas e

colocava-se ali. Com a evolução do tempo, essa segunda parte passou a integrar a primeira, quando havia coincidência. Desaparecia a fonte de informação e vinha para dentro do prontuário, já como antecedentes daquele quadro. (ARAÚJO; DUARTE, 2013, p. 67).

Portanto, algumas fichas permaneceram nos fichários indicando a localização dos documentos, outras foram incorporadas aos prontuários, e existiram ainda aquelas que foram incineradas. Há uma justificativa para tal eliminação. Como observado por Borer, o prontuário era a consequência de um indivíduo que passava por investigação em termos jurídicos, em termos de processo, geralmente preso. E o dossiê era do investigado. Naturalmente, com o passar das investigações, o indivíduo investigado poderia vir a se tornar um indivíduo preso. Sendo assim, a ficha remissiva passava a fazer parte do prontuário.

Havia também aqueles que eram investigados com o intuito apenas de identificação. Para o indivíduo vigiado que tinha apenas uma indicação em dossiê, ou seja, um documento dentro de um conjunto, era aberto um novo prontuário. Em linhas gerais, isso significava a retirada do documento do dossiê de origem para ser reunido ao prontuário a ser criado. Acompanhando essa logística, a ficha remissiva presente no fichário perde seu valor. É preciso destacar a presença de fichários que indicam exclusivamente os números dos prontuários das polícias políticas. Portanto, ao criar um novo prontuário, necessariamente o investigador precisaria criar uma nova ficha (SANTOS, 2021, p. 45).

Com o propósito de diminuir a quantidade de fichas no arquivo, aqueles que trabalhavam na seção de Arquivo buscavam a eliminação dos dossiês em favor do prontuário. Por exemplo, um indivíduo poderia ter dezenas – até mesmo centenas, de fichas remissivas de dossiês nos mais diversos setores (Comunismo, Integralismo, Nazismo, Japonês, Alemão etc.). Observando o crescimento do número de fichas (e por conseguinte de dossiês), os investigadores passaram a listar todos esses setores, todos os dossiês indicativos desse indivíduo, acrescentando a listagem ao prontuário (a título de referência apenas) e transferindo os documentos dos dossiês para o prontuário.

Na visão desses investigadores que desempenhavam essas funções arquivísticas, essa ação facilitaria o processo de busca da informação, otimizando assim tempo e espaço. No entanto, não havia um controle de fato sobre tudo que fora retirado dos dossiês. Hoje, é possível observar ainda em alguns dossiês fichas indicando a retirada de

documentos para complementação em processos ou prontuários, porém, nem todos os documentos retornaram. Muitos se perderam ao longo dos anos e têm destino desconhecido (SANTOS, 2021, p. 46).

Considerações finais

Os arquivos da repressão encontram-se no centro da disputa política pela gestão do passado. Estão cada vez mais presentes no debate público, e por conseguinte, despertam os interesses mais diversos, e por vezes antagônicos. A existência e a organização desses arquivos implicam a possibilidade de controlar o poder e seu exercício.

A reflexão sobre as fontes torna-se cada vez mais imprescindível na produção das narrativas sobre o passado no contexto brasileiro contemporâneo, marcado por demandas memoriais, demandas por reconhecimento do Estado e da sociedade civil, e demandas por reparação material e simbólica. Em seu contexto de produção, os documentos serviram para incriminar e imputar o “inimigo interno”, e no presente, garantem os direitos dos cidadãos perante o Estado. Portanto, devem ser reconhecidos como bem público que contribuem tanto para a escrita da história, quanto para a promoção do direito à memória e ao exercício da plena cidadania (SANTOS, 2020, p. 28).

O Brasil possui o maior acervo de arquivos de regimes de exceção da América do Sul, tendo sido reconhecido o seu valor pelo Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Portanto, a preservação e difusão das informações contidas nesses arquivos torna-se imprescindível na luta pela defesa e valorização do patrimônio histórico-documental brasileiro. Aproximar a sociedade civil dos arquivos públicos é dever indispensável do arquivista contemporâneo, visto não mais como um cuidador passivo diante dos arquivos, mas sim como um cocriador consciente, um mediador ativo que possibilita a memória coletiva da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Roberto; DUARTE, Leila Menezes (orgs.). *A Contradita: Polícia Política e comunismo no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba, n. 1, pp. 5-11, jul. 2002.

_____. Os arquivos e o acesso à verdade. In: TELES, Janaina; TELES, Edson; SANTOS, Cecília M. (orgs). *Desarquivando a ditadura*. Memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009, vol. II, pp. 424-443.

KNAUSS, Paulo. A luta continua: usos do passado, democracia e arquivos da repressão no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, v. 1, pp. 90-101.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Verdade do arquivo versus autoridade do arquivo: reflexões a partir do caso Herzog. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, v. 1, pp. 213-231.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. *Massacre de Manguinhos: a ciência brasileira e o regime militar (1964-1970)*. São Paulo: Hucitec, 2020.

_____. *A estrutura da seção de Arquivo das Polícias Políticas (1938-1946)*. 2021. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Shana Marques Prado dos. *Tratamento de arquivos de direitos humanos na América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino Americana de Justiça de Transição, 2016.

SILVA, Uthant Saturnino. *Arquivo criminal e o Sistema de Classificação Vucetich: representação e identificação por impressão digital*. João Pessoa, 2016.

THIESEN, Icleia. Documentos “sensíveis” entre memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, v. 1, pp. 233-247.



UMA PADROEIRA VESTIDA DE SILÊNCIOS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA SOB A DITADURA CIVIL-MILITAR

Mathews Nunes Mathias

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as complexas relações que o Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida manteve com a ditadura civil-militar a partir da festa do Jubileu de 250 anos de Aparecida, celebrada em 1967. Considerando que a figura de Nossa Senhora Aparecida foi muito mobilizada pelas direitas no contexto de radicalização política anterior ao golpe de 1964 e nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o artigo também busca compreender os sentidos patrióticos que a imagem da Padroeira do Brasil assumiu não só para os segmentos sociais que apoiaram o golpe civil-militar, mas também para grupos mais amplos que veneravam a santa. Nesse sentido, a festa do Jubileu de 250 anos de Aparecida em 1967, com a participação do presidente Costa e Silva, é entendida como um dos elementos de manutenção do diálogo entre a Igreja Católica e o regime, bem como entre a ditadura e a sociedade, que mesmo nos períodos de maior repressão, manteve a sua fé no Brasil do futuro e renovou o consenso em torno dos governos militares.

Palavras-chave: Nossa Senhora Aparecida; ditadura civil-militar; consenso.

Abstract: This paper aims to analyze the complex relations that the National Sanctuary of Our Lady of Aparecida maintained with the civil-military dictatorship from the celebration of the Jubilee of 250 years of Aparecida, celebrated in 1967. Considering that the figure of Our Lady of Aparecida was much mobilized by the right-wing parties in the context of political radicalization prior to the coup of 1964 and in the Marches of the Family with God for Freedom, the article also seeks to understand the patriotic meanings that the image of the Patroness of Brazil assumed not only for the social segments that supported the civil-military coup, but also for broader groups that venerated the saint. In this sense, the celebration of the Jubilee of 250 years of Aparecida in 1967, with the participation of President Costa e Silva, is understood as one of the elements of maintenance of the dialogue between the Catholic Church and the regime, as well as between the dictatorship and society, which even in periods of greater repression, maintained its faith in the Brazil of the future and renewed the consensus around the military governments.

Keywords: Our Lady of Aparecida; civil-military dictatorship; consensus.

Em outubro de 2017, por ocasião da comemoração dos 300 anos de Aparecida, o Museu de Arte Sacra de São Paulo inaugurou uma exposição temporária em parceria com o Museu Nossa Senhora Aparecida, localizado na Torre do Santuário Nacional. A mostra intitulada *300 Anos de Devoção Popular*⁶⁴ trazia como destaques duas esculturas da santa – uma com manto e outra sem – feitas por Chico Santeiro, o primeiro escultor a produzir uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, além de 10 ex-votos que são mantidos na Sala das Promessas, no Santuário. Nas paredes, uma linha do tempo percorria toda a história desde 1717, quando a imagem foi encontrada, passando pela primeira capela no Porto Itaguaçu (1740), a doação da coroa de ouro pela Princesa Isabel (1884), a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil (1931), o início da construção da Basílica Nova (1955), até o Jubileu de 300 anos do encontro da imagem em 2017.

Entre algumas datas citadas na linha do tempo, uma em especial me chamou a atenção: 1967. Naquele ano, a Basílica de Aparecida foi agraciada com uma Rosa de Ouro do papa Paulo VI, por ocasião do Jubileu de 250 anos da Padroeira. Ao lado da descrição, havia apenas uma ilustração da Rosa e uma pequena referência à cerimônia de entrega do presente por um legado papal com a presença do então presidente da República, Artur da Costa e Silva. A ausência de mais detalhes sobre a cerimônia de 1967 contrastava com a quantidade de fotos e referências sobre outros momentos em que a imagem figurava ao lado de políticos como Rodrigues Alves, na coroação de Aparecida como Rainha do Brasil em 1904, e Getúlio Vargas em 1931, na consagração do Brasil à Virgem. Na linha de 1967 não havia nenhuma menção à ditadura nem aos motivos pelos quais o presidente Costa e Silva tinha participado da entrega da Rosa de Ouro. 1967 surgia como um parêntese entre tantos outros anos marcantes na longa trajetória da Padroeira. Assim, o Jubileu parecia um episódio fortuito que não merecia maiores explicações.

Porém, não era somente na exposição do Museu de Arte Sacra que a festa de 250 anos de Aparecida apresentava-se como uma nota de rodapé em letras miúdas. Na mídia em geral, nenhuma reportagem mencionava a comemoração. A única lembrança dizia respeito à Rosa de Ouro ofertada por Paulo VI em 1967 como um fato isolado e descontextualizado. Nas missas e nos sermões dos 300 anos de Aparecida, nenhuma

⁶⁴ *300 Anos de Devoção Popular*. Exposição temporária (de 22 de setembro a 19 de novembro de 2017) no Museu de Arte Sacra de São Paulo – MAS/SP, com a Secretaria da Cultura do Estado. Curadoria de Cesar Augusto Bustamante Maia e Fabio Magalhães.

menção ao último Jubileu. De certa forma, a festa de 2017 foi celebrada nas sombras das comemorações de 1967, solenemente *esquecidas*.

No entanto, embora esquecido no presente, o Jubileu de 250 anos de Aparecida foi muito celebrado no passado. A relação da imagem de Nossa Senhora Aparecida, bem como do Santuário Nacional com a ditadura civil-militar inaugurada em 1964 está longe de ser um parêntese. A rigor, a fim de mobilizar a figura de Nossa Senhora Aparecida como símbolo nacional capaz de unir os brasileiros, Igreja e ditadura se apropriaram de uma longa tradição patriótica que envolve a Padroeira do Brasil.

Desde o século XVIII, quando a imagem da santa foi encontrada por três pescadores no rio Paraíba do Sul, a figura de Aparecida sempre mobilizou brasileiros de toda a parte do país em busca de milagres e ações de graças. Entretanto, desde o Império, a figura de Aparecida também recebeu conotações políticas e se estabeleceu como um autêntico símbolo nacional. Entre o final do século XIX e o início do século XX, reagindo à sua decadência sob a monarquia e à afirmação da ideologia positivista da República, a Igreja buscou reivindicar um lugar especial no imaginário republicano justamente a partir da figura de Nossa Senhora Aparecida. Desta forma, desde 1873, uma grande parte do episcopado se empenhou na organização de romarias e peregrinações que levaram milhares de fiéis para a Basílica no interior de São Paulo (FERNANDES, 1998, p.94).

No mesmo período, o Santuário passou a ser administrado pelos servos da Congregação do Santíssimo Redentor, grupo de padres alemães com fortes tendências romanizadoras, que investiram na popularização da devoção à Aparecida em todo o Brasil. Por meio de periódicos eclesiais, como a publicação do *Jornal Santuário*, a partir de 1900, e do *Almanak de Nossa Senhora Aparecida*, desde 1927, os redentoristas proporcionaram um incremento na comunicação entre a Igreja e os fiéis, os quais passaram a ser instruídos não apenas sobre questões religiosas, mas também sobre assuntos políticos, econômicos e sociais, conforme o julgamento da Igreja (LODOÑO, 2000, p.252).

Em 1904, após o sucesso das grandes romarias, Nossa Senhora Aparecida foi coroada como Rainha do Brasil, expondo o duelo entre Igreja e República pela representação da nação. Na coroação solene realizada no dia 8 de setembro, logo após a festa da Independência, a Igreja apresentou Aparecida não só como “a Mãe de Deus, mas

como moça humilde do povo” (ROMANO, 1979, p.41), enquanto a República, inspirando-se na Marianne francesa, procurou atribuir um rosto feminino para a ordem republicana. Porém, naquele momento, saiu vencedora a Virgem que mais se aproximou das raízes culturais do povo. Aparecida acabou se fortalecendo como a imagem na qual a pátria e a religião se irmanavam e se consolidou como a representação que melhor conferia um sentido de comunhão nacional a vastos setores da população. Como observou José Murilo de Carvalho, “um sentido que na ausência de um civismo republicano, só pôde vir de fora do domínio da política” (CARVALHO, 1990, p.142).

Já em 1930, diante de um cenário político conturbado, Aparecida foi aclamada Padroeira do Brasil pelo papa Pio XI, a pedido do episcopado nacional e com forte apelo dos católicos. Enquanto imperava a desordem e as incertezas na política, Aparecida se revestiu de consenso entre os brasileiros. Assim, em maio de 1931, a padroeira fez sua procissão triunfal na cidade do Rio de Janeiro atraindo milhares de fiéis para a cerimônia de consagração do Brasil à Virgem. Com a presença de Getúlio Vargas, que apareceu ao lado da imagem de Aparecida na Esplanada do Castelo, Aparecida representou o enlace entre a Igreja e o Estado.

As romarias continuaram crescendo ao longo da década de 1940, quando os padres redentoristas notaram que a Basílica Velha, construída no século XVIII, se tornara demasiadamente pequena. Por isso, em 1950, os religiosos decidiram construir um templo mariano novo e bem maior, com a ajuda das ofertas dos fiéis e investimentos dos governos locais e federal (BRUSTOLONI, 1998, p.375). Em 1958, foi criada a Arquidiocese de Aparecida, subordinada ao então arcebispo de São Paulo, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. O cardeal foi um dos principais artífices da construção da nova Basílica e aproveitou a sua proximidade com o presidente Juscelino Kubitschek para angariar doações de políticos devotos para o Santuário.

Em meio à radicalização política e as crises que assolaram o governo João Goulart a partir do segundo semestre de 1963, a figura de Nossa Senhora Aparecida passou a ser invocada com mais frequência nas ruas e nas tribunas, principalmente entre os grupos conservadores e parte da hierarquia católica. Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2020), ao longo dos anos 1960, a cúpula da Igreja intensificou a sua visão anticomunista na medida em que surgia uma “esquerda católica” ligada ao trabalho do apostolado leigo, principalmente à Juventude Universitária Católica (JUC) (MOTTA, 2020, p.270). Os

opositores do governo Jango usaram referências simbólicas para caracterizar o “inimigo comunista”, como a alusão aos símbolos católicos, relacionando o comunismo à sombra, às trevas, ao medo e ao terror, dizendo-o capaz de destruir os três pilares da sociedade livre: *Deus, Pátria, Família* (Ibidem).

O engajamento de parte da Igreja e dos grupos conservadores contra o comunismo no início dos anos 1960 se revelou na atuação de grupos femininos como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), no Rio de Janeiro, a Liga da Mulher Democrata (Limde), de Belo Horizonte, ou a União Cívica Feminina (UCF), de São Paulo e na Concentração do Rosário em Família, que foi arquitetada pelo padre irlandês Patrick Peyton. A figura de Nossa Senhora possuía um sentido muito especial para esses grupos. Basta lembrar as multidões que tomaram as ruas do país, sob o lema “A família que reza unida, permanece unida”, em invocação à Virgem Maria e em franca oposição às políticas reformistas do governo João Goulart, que, segundo acreditavam, representavam o primeiro passo para a completa *bolchevização* do Brasil.

Nesse contexto, a imagem de Aparecida ganhou força nas manifestações anticomunistas, justamente, por sintetizar a força do catolicismo e do nacionalismo, duas matrizes fundamentais na luta contra o *perigo vermelho*. Em agosto de 1963, dias antes de um jogo decisivo entre Santos e Corinthians, o jornal *Última Hora* publicou uma charge em que a imagem de Nossa Senhora Aparecida, com feições negras, abençoava ambas as equipes tendo, ao mesmo tempo, um ponto de interrogação sobre a cabeça.⁶⁵ A ousadia do jornal, ao se valer da imagem para fazer uma ironia com os pedidos de intercessão feitos pelos jogadores, que estiveram em Aparecida antes do jogo, não foi bem compreendida por grande parte da população que, inflamada pelos protestos dos padres da Rádio Aparecida, foram às ruas do Vale do Paraíba para se manifestar contra o jornal identificando-o com as esquerdas e acusando-o de ser dominado por “forças ateístas e sem Deus”.⁶⁶ Naquela ocasião, protestos foram convocados por todo país contra o *Última Hora* e vários políticos de direita tomaram parte nas manifestações.

Foi um prelúdio do que aconteceria meses depois nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Ao longo de 1964, uma multidão foi às ruas, primeiramente, em ato de desagravo ao rosário *insultado* por Jango no comício da Central em que o presidente

⁶⁵ *Última Hora*, São Paulo, p. 9. 27 ago. 1963.

⁶⁶ *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, p. 6, 28 ago. 1963.

bradou contra os que exploravam “os sentimentos cristãos do povo”, e depois, em festa pela vitória do golpe civil- militar (PRESOT, 2011, p.83). Apesar das marchas reunirem não só os católicos, mas também pessoas de várias outras religiões, a figura de Nossa Senhora de Fátima figurava como um grande ícone cristão contra o comunismo entre os cartazes dos manifestantes. Ademais, Nossa Senhora Aparecida assumiu de forma mais apropriada a identidade nacional invocada nas marchas, proclamando-se a verdadeira padroeira da *Revolução* (Idem, p.87).

Antes mesmo do golpe, os padres redentoristas de Aparecida já “alertavam os romeiros contra o comunismo a que o governo de João Goulart estava levando” e rezavam “para que toda a baderna chegasse ao fim”. Após o comício da Central, um dos padres que escrevia nas *Ânuas de Aparecida*, espécie de diário dos principais acontecimentos do Santuário e do Brasil elaborado pelos redentoristas, apresentava a síntese do comício no qual se “ajuntou a fina flor da canalha esquerdista do Brasil”: “demagogia, ataques à Constituição, ameaças!” (ALVAREZ, 2017, p.210). Dois dias antes do golpe, os padres de Aparecida receberam o então presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli, que foi saudado com o apoio do vigário do Santuário, padre Pedro Fré, que celebrava a missa solene no dia 29 de março de 1964, domingo de Páscoa. Mazzilli pediu aos fiéis que rogassem à Aparecida que protegesse o Brasil e, no dia seguinte, os padres profetizaram nos seus diários: “a revolução vem aí!” (Ibidem).

Logo após o golpe, o Santuário recebeu um novo arcebispo. Dom Motta foi transferido da Arquidiocese de São Paulo para Aparecida sob clima de desconfiança, pois o cardeal havia sido contrário às Marchas da Família na capital (SILVA, 2018, p.48). Ao pedir a transferência, dom Motta alegou estar com idade avançada (74 anos) para exercer a chefia de uma diocese tão importante como a de São Paulo. No entanto, muitos bispos conservadores e parte da imprensa entenderam a mudança como uma retaliação do novo regime. Afinal, ao sair da arquidiocese de São Paulo, dom Motta também deixou a presidência da CNBB e não assinou o documento divulgado pela entidade que saudou os militares pela vitória do golpe.⁶⁷

Porém, em Aparecida, dom Motta não manteve distância dos militares. Menos de um mês depois do golpe, os padres de Santuário, com o consentimento do cardeal,

⁶⁷ Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F. (Org.). *As relações entre Igreja e Estado no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

buscaram o apoio do presidente recém-empossado Humberto Castello Branco, que foi convidado para participar de uma missa em ação de graças pela “vitória da democracia”, celebrada por dom Motta em Aparecida.⁶⁸ Em 1965, quando o Santuário de Aparecida já se preparava para celebrar os 250 anos do encontro da imagem da santa no Rio Paraíba do Sul, o Conselho Administrativo do Santuário recebeu um pedido do presidente Castello Branco para que a imagem de Aparecida saísse da Basílica em procissão por todo o Brasil:

O Povo Mineiro, interpretando o desejo do Povo Brasileiro, vem, pela comissão abaixo relacionada, respeitosamente pedir a Vossa Eminência Reverendíssima e ao D. D. Conselho Administrativo da Basílica de Nossa Senhora Aparecida que se dignem conceder licença para que a imagem de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, seja levada em triunfante peregrinação às Capitais de todos os Estados do Brasil, sendo em Brasília aclamada Generalíssima das Gloriosas Forças Armadas Brasileiras (ALVAREZ, 2017, p.225)

O Santuário atendeu o pedido com grande entusiasmo apesar dos protestos de comerciantes e devotos que dependiam da presença da santa na cidade. Em maio de 1965, a imagem de Aparecida fez sua primeira viagem tendo como destino a cidade de Belo Horizonte onde foi recebida pelo arcebispo dom João Resende da Costa e pelo governador Magalhães Pinto, além de outras autoridades civis e militares, em grande festa patriótica. Ao todo 7 peregrinações como essa foram feitas, entre 1965 e 1966, antes dos festejos do Jubileu de 1967. Levada pelo arcebispo coadjutor de Aparecida, dom Antônio Ferreira de Macedo, sempre com o apoio financeiro do Tesouro Nacional (BRUSTOLONI, 1998, p.38), a imagem de Aparecida percorreu todo o Brasil, passando por Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Mato Grosso, Pará, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Espírito Santo.

Em 1967, quando o Ano Jubilar foi proclamado, a Igreja Católica e o próprio Santuário de Aparecida passavam por um momento de revisão e crise, com os ventos de mudança e renovação que vinham do Conselho Vaticano II (BRUSTOLONI, 1998, p.362). A ditadura no Brasil ia mal. O governo Castello Branco havia decepcionado determinados segmentos que apoiaram o golpe de 1964 e terminava em 1967 em meio ao descrédito e a insatisfações. A crise econômica não havia sido debelada, a *intervenção salvadora* não tinha alcançado seus objetivos principais e, no início de 1967, todos já

⁶⁸ *Crônica Redentorista de Aparecida*, 1963-1973, vol. VII, APPJB apud ALVAREZ, Rodrigo. op. cit. p. 213.

voltavam as suas atenções para o novo ditador.

Em março de 1967, Costa e Silva assumiu a presidência prometendo diálogo, respeito aos valores democráticos, ordem jurídica estável e reformas (REIS FILHO, 2014, p.66). No seu discurso de posse, o novo presidente afirmou ter o homem como meta do seu governo e tentou ecoar as premissas da encíclica *Populorum Progressio* do papa Paulo VI. Vale lembrar que, antes mesmo da sua posse, Costa e Silva chegou a se encontrar com o pontífice no Vaticano. Além do voto de confiança e estima de Paulo VI, o general também recebeu a notícia de que o Papa enviaria uma Rosa de Ouro ao Santuário de Aparecida, em comemoração pelos 250 anos da Padroeira do Brasil.

Não era uma notícia irrelevante. Afinal, a honraria anunciada pelo Papa era quase tão grande quanto a própria visita papal. Até aquele momento, só a Basílica de Nossa Senhora de Guadalupe, no México, e o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, em Portugal, tinham tido o privilégio de receber a Rosa de Ouro durante o pontificado de Paulo VI. O ornamento precioso, lavrado de ouro puro e pedras preciosas, remontava à Igreja dos tempos da Idade Média quando os papas tinham o costume de oferecer rosas de ouro aos soberanos leais à Santa Sé como símbolo permanente de reverência, estima e afeição.⁶⁹

Em relação ao Brasil, havia um fato histórico importante em relação à Rosa: a primeira e única personalidade a recebê-la tinha sido a princesa Isabel por ter assinado a Lei Áurea em 1888. A Rosa de Ouro desfrutava de grande prestígio entre os católicos brasileiros que visitavam a Catedral do Rio de Janeiro, onde o ornamento estava exposto desde 1946, quando o príncipe dom Pedro Henrique doou a Rosa à Arquidiocese do Rio, por ocasião do centenário da princesa Isabel (BRUSTOLONI, 1998, p.366). Vale lembrar também que na época das Marchas da Família com Deus pela Liberdade em 1964, a Rosa de Ouro recebida pela princesa Isabel foi interpretada como um sinal antigo da “vocaçào do Brasil para a paz”, pois segundo os grupos que apoiaram a queda de João Goulart, a “revoluçào” venceu sem guerra civil assim como a libertaçào dos escravos teria acontecido sem derramamento de sangue (SILVA, 2018b, p.273).

⁶⁹A Rosa de Ouro tem um significado religioso muito importante para a Igreja Católica por refletir a majestade de Cristo a quem os profetas do Antigo Testamento se referiam como "a flor do campo e o lírio dos vales". Segundo o Papa Leão XIII, quando incensada, a Rosa exala o odor doce de Cristo que deve ser difundido extensamente por seus seguidores fiéis e os espinhos e o matiz vermelho relembram a sua paixão. Cf. BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. São Paulo: Ed. Santuário, 1998, pp. 364-365.

No entanto, em 1967, a oferta da Rosa de Ouro anunciada pelo papa a Costa e Silva e aos jornalistas possuía um significado diferente. Para o general, se a primeira Rosa de Ouro tinha sido para comemorar a libertação dos escravos, a segunda Rosa deveria ser “um penhor especial de Aparecida” para que o seu governo conseguisse garantir “a completa independência, com a libertação econômica e social do Brasil”.⁷⁰ Na visão de Costa e Silva, a Rosa ofertada pelo papa à Basílica de Nossa Senhora Aparecida representava não só uma homenagem da Santa Sé à Padroeira do Brasil, mas um pendão de esperança para que o seu governo começasse a construir o *pais do futuro* de que Paulo VI falava em seu discurso de boas-vindas ao presidente no Vaticano.

No Santuário de Aparecida, a notícia de entrega da Rosa foi recebida com muita empolgação. O arcebispo, dom Carlos Motta, promulgou um Ano Mariano repleto de indulgências plenárias⁷¹ e benefícios espirituais com o objetivo de atrair mais fiéis para a Basílica e celebrar a Padroeira. Para a Igreja, a Rosa de Ouro significava o reconhecimento papal da devoção centenária de milhões de brasileiros. Para a ditadura, o presente pontifício significava um gesto de confiança do papa no novo Brasil que o regime estava construindo. Em princípio, os significados atribuídos pela ditadura e pela Igreja à Rosa de Ouro eram distintos, mas a festa do Jubileu mostrou que, na verdade, os sentidos eram complementares.

Em agosto de 1967, fiéis do Brasil inteiro viajaram até Aparecida para participar da cerimônia que contou com a presença de mais de 30 mil devotos. Costa e Silva e vários ministros militares também compareceram à celebração e foram ovacionados pelos romeiros e pelo clero de Aparecida.⁷² Na cerimônia, o cardeal Cicognani, em nome de Paulo VI, expressou sua esperança no governo Costa e Silva e previu um futuro magnífico para o Brasil. Em suas palavras, a Rosa de Ouro entregue ao Santuário representava o fortalecimento da “liberdade” e da “religião”, as “duas colunas da nação brasileira” e “fontes de energia a que o Brasil devia o seu progresso, a sua prosperidade

⁷⁰ “Rosa de Ouro visita hoje a Guanabara”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, 10 nov. 1967.

⁷¹ A doutrina católica sobre as indulgências sempre pareceu confusa para grande parte dos fiéis. O Catecismo da Igreja afirma que as indulgências plenárias têm o poder para apenas “apagar” as consequências dos pecados cometidos pelos fiéis e pelas almas que já se encontram no Purgatório, desde que o penitente faça a sua confissão individual com o padre, receba a comunhão e reze ao menos um pai-nosso, uma ave-maria e um credo em favor do Papa. No entanto, na prática, a teoria sempre foi outra desde a Idade Média. A maior parte dos fiéis entende as indulgências como o “perdão dos pecados” e, em 1967, esse era mais um atrativo para que milhares de devotos participassem dos festejos da Padroeira.

⁷² “Cardeal entrega Rosa de Ouro em Aparecida”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1. 16 ago. 1967.

e o seu bem-estar”.⁷³ Assim, os milhares de fiéis que participaram da comemoração dos 250 anos de Aparecida também expressaram a sua fé em um Brasil grande, próspero e livre que, naquele momento, tinha a ditadura como o seu principal artífice e estava sintetizada na figura do marechal Costa e Silva. Naquele momento, depois de Aparecida, Costa e Silva encarnava a figura central da celebração, pois a sua autoridade como chefe máximo da nação conferia legitimidade à cerimônia envolta em liturgia patriótica.

Na celebração, enquanto o cardeal Cicognani dava a bênção com a Rosa de Ouro, os helicópteros da FAB lançavam pétalas de rosa sobre a Basílica. Todos aplaudiram o espetáculo e muitos se emocionaram, inclusive Costa e Silva e dona Yolanda. Ao final da missa, a Rosa de Ouro foi exibida especialmente para o presidente, que assinou a ata de entrega da flor dourada. A partir daquele momento, a Rosa de Ouro repousaria eternamente no Santuário de Aparecida como sinal perpétuo da honra que a Padroeira do Brasil merecia e também como sinal de esperança para os brasileiros, que poderiam celebrar a beleza da Rosa mesmo diante dos espinhos da ditadura.

Portanto, na liturgia cívico-religiosa de entrega da Rosa de Ouro, os devotos tomaram parte não somente como fiéis pagadores de promessas ou ávidos por indulgências, mas como cidadãos que depositavam no altar de Aparecida as expectativas por um Brasil melhor. Entre os devotos que partiram de todos os estados que receberam a imagem da Padroeira entre 1965 e 1966, certamente circulavam as vozes dissonantes; aqueles que no âmbito privado se expressavam contra a ditadura e outros tantos que eram indiferentes ao regime, aqueles que esperavam um bom governo com Costa e Silva e aqueles que viam o presidente com desconfiança. A presença do ditador na missa poderia ser incômoda para alguns, mas não ao ponto de obscurecer o brilho da festa de Nossa Senhora Aparecida que representava, acima de tudo e de todos, a Mãe Pátria. No final, todos aplaudiram Costa e Silva porque valorizavam a atitude do presidente que se ajoelhava diante da santa venerada por milhões de brasileiros e que se mostrava ele também um romeiro junto aos milhares de peregrinos. Assim, é preciso perceber a atitude social dos devotos na *zona cinzenta* onde é possível ser contra a ditadura e, ao mesmo tempo, aplaudir e ovacionar o ditador que escolhe estar junto dos fiéis e contar com a ajuda da Padroeira do Brasil para construir o progresso do país.

⁷³ “Segunda Rosa de Ouro é promessa de nova libertação para o Brasil”, *Jornal do Maranhão*, p. 1. 20 ago. 1967.

Nesse sentido, os tons cinzentos também podem compor os gestos do clero de Aparecida que, em nenhum momento, demonstrou constrangimento com a participação de Costa e Silva na comemoração dos 250 anos de Aparecida. Pelo contrário, para os redentoristas, a presença do presidente indicava o compromisso do governo com o investimento nas estradas que levavam até a cidade de Aparecida do Norte e na conclusão das obras da nova Basílica. Nem mesmo entre os bispos que começavam a se posicionar mais incisivamente contra o regime houve resistência ao envolvimento de Costa e Silva na celebração do Jubileu.

Depois da celebração em Aparecida, o cardeal Cicognani deu sequência a sua missão de distribuir rosas para a ditadura. No dia 17 de agosto, o legado de Paulo VI esteve no Congresso Nacional para expressar as suas notas de otimismo no futuro do Brasil diante de deputados e senadores reunidos em sessão solene. A ida de Cicognani ao Congresso realizou o *milagre* de juntar situação e oposição para celebrar a Padroeira do Brasil. Além disso, a presença do cardeal também aliviou a tensão que pairava sobre os senadores por conta da disputa entre Auro de Moura Andrade e Pedro Aleixo pela presidência do Senado.⁷⁴ Nos discursos de Ulysses Guimarães, em nome da Câmara, e de Mem de Sá, em nome do Senado, a Rosa de Ouro representava uma “homenagem a uma nação ciente das grandes tarefas a empreender no combate a fome, a ignorância e a doença” que tinha em Aparecida o apoio para promover “o bem-estar social de todos os brasileiros, sem distinção de raça, classe ou credo”.⁷⁵

No Supremo Tribunal Federal, onde o cardeal Cicognani também foi recebido, o clima de otimismo e deferência pela Rosa de Ouro era o mesmo. O ministro Eloy da Rocha saudou o legado papal como um mensageiro da esperança para o Brasil e reafirmou o compromisso do Supremo com os valores humanos em resposta “aos anseios dos que tem fome de justiça, mas estão convencidos de que só Deus pode governar só”.⁷⁶ Assim, os poderes da República expressavam seu otimismo e sua confiança no futuro do Brasil

⁷⁴ Naquele momento, o Congresso vivia a ressaca da disputa entre o vice-presidente Pedro Aleixo e o senador Auro Moura Andrade pela presidência do Senado. A Constituição aprovada em 1967 possuía um dispositivo que delegava ao vice-presidente da República a função de presidir o Congresso Nacional. Porém, a reforma no regimento do Congresso desagradou a Auro Moura Andrade que chegou a levar a questão até o Supremo, mas foi derrotado.

⁷⁵ “Rápido o agradecimento do Congresso”. *Jornal do Brasil*, 17 ago. 1967. p.7.

⁷⁶ ROCHA, Eloy José da. Discurso proferido na 4ª Sessão Solene do Supremo Tribunal Federal por ocasião da visita de sua Eminência o Cardeal Amleto Giovanni Cicognani, em 16 de agosto de 1967. *Relatório do STF*, 1967, p.95.

que começava a ser construído naquele presente em que as o discurso de Costa e Silva prometendo diálogo, respeito aos valores democráticos e ordem jurídica estável ainda ecoava pela Praça dos Três Poderes.

Antes de voltar para Roma, o cardeal Cicognani se encontrou mais uma vez com Costa e Silva. Em banquete no Palácio do Itamaraty, o presidente afirmou se inspirar na encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, para orientar as ações do governo no combate à pobreza e à ignorância no mundo, consolidando a paz em Cristo.⁷⁷ Aliás, é preciso destacar que desde a sua posse em março de 1967, o presidente sempre afirmou o desejo de pautar o seu plano de governo na encíclica papal. Foi da *Populorum Progressio* de Paulo VI que Costa e Silva tirou a ideia de “homem como meta do governo” e a partir da encíclica apelava para que os homens se empenhassem na construção do novo Brasil.

Em resposta ao compromisso firmado por Costa e Silva, o cardeal despediu-se do Brasil afirmando estar impressionado com os esforços do governo e do povo trabalhador para a superação das dificuldades. Para Cicognani, a Rosa de Ouro simbolizava a confiança da Igreja no futuro do Brasil que, naquele momento, tinha Costa e Silva como seu grande artífice. Dessa forma, “se a primeira Rosa entregue à Princesa Isabel havia marcado a libertação do homem dos grilhões de ferro, a segunda poderia registrar o começo da libertação do homem brasileiro da miséria e da fome”.⁷⁸ A expressão de tamanha confiança do cardeal emocionou Costa e Silva que só soube olhar para Cicognani e dizer: “Esse já é brasileiro”.⁷⁹

Portanto, a vinda do legado papal ao Brasil e a entrega da Rosa de Ouro em 1967 representou não somente o auge das relações entre parte da alta hierarquia da Igreja e a ditadura, mas também as esperanças das instituições na mudança prometida por Costa e Silva em seu primeiro ano de governo. O clima de otimismo não se limitou ao Congresso Nacional e ao STF, nem mesmo ao clero de Aparecida que se valeu das promessas de obras públicas para estimular as peregrinações ao Santuário. O Jubileu de Aparecida envolveu milhares de devotos que estiveram na Basílica para pagar promessas, alcançar

⁷⁷ BRASIL, *Pronunciamentos do Presidente Costa e Silva*. 1º semestre de 1967. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1983. p.108.

⁷⁸ “A Rosa de Ouro”. *Jornal do Commercio*, 15 ago. 1967. p.4.

⁷⁹ “Costa e Silva: “Esse já é brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 17 ago. 1967. p.7.

indulgências e, sobretudo, para expressar sua fé no Brasil. Naquele momento, tal expressão era fundamental para que Costa e Silva levasse adiante o seu projeto autoritário.

Ora, a relação do Santuário de Aparecida com a ditadura não se encerrou com o governo Costa e Silva. Mesmo após o Ato Institucional nº 5, a Rosa de Ouro enviada pelo papa Paulo VI visitou vários estados do país e recebeu diversas homenagens dos devotos. Porém, o Santuário também não escapou do recrudescimento do regime. Em 1969, o padre Paulo Vítor Coelho de Almeida leu a Declaração Universal dos Direitos Humanos em um programa da Rádio Aparecida, como um protesto contra o AI-5. Em resposta à afronta do padre, os militares suspenderam a transmissão da rádio por 24 horas (BRUSTOLONI, 2008, p.102). Em setembro de 1970, após a prisão do bispo Aloisio Lorscheider, dom Motta se uniu aos outros quatro cardeais brasileiros (dom Agnelo Rossi, dom Vicente Scherer, dom Jaime Câmara, dom Eugenio Sales) para se dirigir ao presidente Médici reclamando do ocorrido, através de uma carta particular (RODRIGUES, 2006, pp.144-145).

Entretanto, ao longo dos anos 1970, os laços que uniram o Santuário de Aparecida e o regime desde o golpe civil-militar de 1964 foram abençoados pelos anos do *milagre*. Aparecida do Norte tornou-se um grande canteiro de obras do Departamento Nacional de Estradas (DNER). A rodovia Presidente Dutra ganhou mais uma via para facilitar a chegada de mais romeiros ao Santuário e a construção da nova Basílica foi acelerada sob o comando do padre Noé Sotillo, que afirmou que na época foi muito criticado pela esquerda clerical por ter feito acordos com a ditadura, embora só estivesse pensando no benefício dos romeiros (OLIVEIRA, 2001, p.130). Nesse sentido, a construção da Basílica que hoje abriga a imagem da Padroeira coincidiu com os esforços da ditadura na construção do *Brasil grande*. O governo Médici investiu recursos federais na construção da chamada Passarela da Fé, que liga a antiga Basílica à nova e as obras em Aparecida do Norte ganharam status de interesse público. A desapropriação de terras particulares para a construção da passarela só foi possível por meio de decretos do governo federal e do consenso construído entre a ditadura e o clero de Aparecida (Idem, p.128).

Em 1972, Aparecida ainda abençoou as festas do Sesquicentenário da Independência do Brasil. A “grande euforia desenvolvimentista, as expectativas de ascensão social e o entusiasmado sentimento de *construção do futuro*, do *Brasil potência*” (CORDEIRO, 2015, p.24) também empolgou milhares de devotos e militares que

participaram dos festejos patrióticos do sesquicentenário sob as bênçãos da Padroeira. Portanto, assim como importantes segmentos sociais, o Santuário de Aparecida parece ter vivido os seus *anos de ouro* sob ditadura. No entanto, mesmo diante de todas essas evidências, a memória da santa mais popular do Brasil ainda veste um denso véu de silêncio sobre a relação do Santuário com o regime civil-militar

Ora, o silêncio sobre os 250 anos da Padroeira explicita a dificuldade de parte da sociedade e da própria Igreja ao lidar com a memória do período autoritário sem as lentes que a expressão *anos de chumbo* impõe. Segundo Daniel Aarão Reis, a partir de 1979, ano da anistia e da revogação dos Atos Institucionais, teve início um longo processo de transição democrática que formulou uma memória baseada na ideia de que a ditadura teria sido uma imposição dos militares, de cima para baixo, contra a vontade de todos (REIS FILHO, 2004). Consagrou-se a expressão *ditadura militar* como forma de absolvição da sociedade de qualquer responsabilidade e varreu-se para debaixo de grosso tapete o apoio de vários segmentos sociais ao regime. Em um primeiro momento, a expressão *ditadura militar*, como um achado instrumental, beneficiou as esquerdas que puderam recuperar a sua honra após a derrota melancólica de 1964. Porém, como efeito adverso, notórias lideranças civis de direita, que ajudaram a construir e sustentaram longamente a ditadura, também foram beneficiadas pela imposição de uma divisão clara entre sociedade e regime (REIS FILHO, 2014b, p.8). Assim, no processo de transição democrática iniciada em 1979, a sociedade se apresentou como vítima do autoritarismo dos militares e, ao mesmo tempo, resistente, desde o golpe, à ditadura.

Na esteira do mito da resistência, a Igreja Católica também reconstruiu a sua memória em torno da defesa dos direitos humanos e da luta pela democracia. De modo geral, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é reconhecida como uma das instituições mais críticas ao regime civil-militar. No panteão dos grandes heróis da resistência contra a ditadura, figuras como dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns são sempre lembradas como exemplos de coragem por denunciarem a tortura e acolherem presos políticos em suas dioceses. Porém, frequentemente se silencia sobre o apoio que a CNBB deu ao golpe de 1964⁸⁰ e sobre a bênção de dom Arns às tropas golpistas do general Mourão Filho de passagem por Petrópolis, no Rio de Janeiro.

⁸⁰ Cf. Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F. (Org.). *As relações entre Igreja e Estado no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

Ao mesmo tempo, a maior parte dos estudiosos da ação da Igreja no contexto da radicalização política dos anos 1960 adota uma postura cautelosa em relação ao apoio efetivo da hierarquia católica ao golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart em 1964. Renato Cancian, por exemplo, lembra que as Marchas da Família com Deus pela Liberdade não devem ser interpretadas como uma expressão de apoio da Igreja Católica como um todo ao movimento de políticos conservadores, da elite empresarial e de mulheres de classe média que foram para as ruas pedir uma intervenção das Forças Armadas. Para Cancian, “é preciso distinguir entre ações particulares e isoladas de autoridades eclesiásticas e o episcopado nacional do que seria um indicador do apoio institucional da Igreja” (CANCIAN, 2011). Na visão do autor, as ações isoladas da hierarquia e o apoio entusiasta ao golpe deve ser relacionado aos bispos ultraconservadores, como dom Geraldo Sigaud, de Diamantina, e dom Jaime Câmara, do Rio de Janeiro. No entanto, outros bispos que saudaram o golpe ou foram indiferentes ao rompimento institucional não são sequer nomeados. São figuras sem rosto, esquecidas.

Pelo menos nos últimos 20 anos, a historiografia tem se ocupado do debate sobre esses esquecimentos e silêncios a respeito dos movimentos, instituições e manifestações que respaldaram a ditadura. A memória da resistência tem sido desconstruída e as relações entre o regime e a sociedade tem recebido contornos mais complexos, rompendo com a dicotomia Estado opressor x sociedade vítima. Da mesma forma, a relação entre a Igreja e a ditadura tem sido relativizada. Em 2004, o historiador estadunidense Kenneth Serbin abriu novas possibilidades de análise das oposições entre bispos católicos e militares a partir do estudo da Comissão Bipartite, formada por membros da alta hierarquia católica e militares, que mantiveram encontros secretos entre 1970 e 1974 com o objetivo de discutir e resolver os principais conflitos surgidos entre a Igreja Católica e as Forças Armadas (SERBIN, 2001). Mais recentemente, Paulo César Gomes (2014) também chamou a atenção para a complexidade que a simples oposição bispos conservadores x bispos progressistas acaba por deixar na obscuridade. Gomes ressalta a ausência de homogeneidade na atuação dos bispos católicos durante o regime, inclusive entre os chamados progressistas. Nesse sentido, a desconstrução da memória da Igreja Católica como a grande opositora da ditadura deve considerar que, apesar dos conflitos envolvendo os bispos e as Forças Armadas ao longo todo o regime, a ruptura total entre eles nunca ocorreu (GOMES, 2014, p.42).

A rigor, a maior parte dos trabalhos sobre a relação entre Igreja e ditadura reconhecem que durante os primeiros anos do regime, a maior parte da hierarquia católica manteve-se reticente diante dos militares. Os bispos evitaram criticar o governo diretamente e só passaram a confrontar os generais-presidentes quando os membros do clero começaram a ser perseguidos. Entre 1964 e 1968, a CNBB, principalmente sob a liderança de Dom Agnelo Rossi, buscou se afastar de debates políticos e as organizações laicas da juventude católica foram desencorajadas. Durante o governo Castello Branco e o primeiro ano do governo Costa e Silva, o regime conviveu com a militância católica e os bispos toleraram pequenas provocações de militares, quase sempre contra Dom Helder Câmara.

A atuação do clero de Aparecida do Norte e a própria identificação dos militares com a figura da Padroeira do Brasil foi a maior expressão da boa convivência da ditadura com a Igreja durante os primeiros anos do regime. Mais que isso, a imagem de Aparecida representou a capacidade da ditadura de suscitar apoios e alcançar legitimidade por meio de referências e valores compartilhados por parcelas significativas da sociedade. Um desses valores foi, precisamente, a devoção à Nossa Senhora Aparecida, venerada como Padroeira há séculos; figura invocada na Colônia, no Império e na República; nas democracias e nas ditaduras. Porém, ao longo do tempo, a memória da Igreja tratou alguns laços políticos do Santuário com mais honra e veneração do que outros.

Considerações finais

O Jubileu de 250 anos de Nossa Senhora Aparecida em 1967 oferece um exemplo interessante para a compreensão das formas pelas quais o governo Costa e Silva buscou construir a sua legitimidade com a população valendo-se da tradição patriótica que há muito tempo reverenciava a Padroeira do Brasil como grande símbolo nacional. O Jubileu também coroou a forte relação da ditadura com o Santuário de Aparecida com base na memória da santa que abençoou a *revolução* em 1964 e continuou a espalhar as suas graças por todo o país ao longo do governo Castello Branco. Mais que isso, a participação de Costa e Silva nas festividades do Jubileu junto aos fiéis reforçava a ideia das peregrinações de 1965 e 1966 que consagraram a importância da união nacional e o elo patriótico estabelecido entre o governo e o povo aos pés de Aparecida.

Nesse sentido, ao retomar as celebrações do Jubileu de 1967 e as relações do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida com a ditadura, é preciso observar os tons cinzentos das complacências, das indiferenças ou mesmo das cumplicidades de parte da população e dos redentoristas em relação ao longo do regime. Além disso, os festejos dos 250 anos da Padroeira demonstram que o Santuário Nacional viveu os seus *anos de ouro* durante o regime civil-militar, assim como segmentos significativos da sociedade. No entanto, para compreendê-los, é preciso romper com os parênteses que a memória coloca entre os anos incômodos e às vezes fazer os santos descerem dos seus altares.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2017.

BRUSTOLONI, Júlio J. *A Senhora da Conceição Aparecida: História da Imagem da Capela das Romarias*. 2. ed. Aparecida: Editora Santuário, 1981.

_____. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. 10. ed. Aparecida: Editora Santuário, 1998.

_____. 25 anos de construção da Basílica Nova. *Revista Ecos Marianos*. Aparecida: Ed. Santuário, 1982.

_____. *Vida de Padre Paulo Vítor Coelho: Missionário redentorista e Apóstolo da Rádio Aparecida*. São Paulo: Editora Santuário, 2008.

CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Editora Claridade, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FERNANDES, Rubem César. *Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá!* In SACHS, Viola. *Brasil e nos EUA: Religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

JANE VIEIRA, Jessie. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica [Internet]. 2011;3(2):203-216.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 3: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LONDOÑO, Fernando Torres. Imaginária e devoções no catolicismo brasileiro: notas de uma pesquisa. *Projeto história: história e imagem*, n. 21. São Paulo: EDUC / FAESP, 2000.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS FILHO, José Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2.ed. Niterói: Eduff, 2020.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *Basílica de Aparecida: Um templo para a cidade mãe*. São Paulo: Olho d'água, 2001.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64*. 151 p. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004; pp. 29-52.

_____. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.387, nota 20.

_____. Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel; SILVEIRA, Diego Omar (orgs.). *A sombra das ditaduras - Brasil e América Latina*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

_____. *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da. *Entre a cruz e a espada: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977)*. Dissertação (mestrado) – UFRJ /IFCS/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2006.

ROMANO, Roberto. *Brasil: a Igreja contra o Estado*. São Paulo: Kairos, 1979.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SILVA, Wellington Teodoro da. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. *Interações*, vol. 9, nº 15, 2014, p. 71.

_____. *Catolicismo e golpe de 1964*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

TOURIS, Claudia F. Igreja Católica, ditaduras e memórias em conflito no Brasil e na Argentina. *Archives de sciences sociales des religions*. nº 170, 2015, 97-115.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, jan./abr. 2013.